



Paula Beatriz Rêgo Menezes

FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL E OS TERRITÓRIOS INSULARES



PRÁTICAS ESPACIAIS DA COMUNIDADE DE JOÃO PILATOS, PORÇÃO INSULAR NORTE DE ANANINDEUA, PARÁ.





**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

PAULA BEATRIZ RÊGO MENEZES

**FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL E OS TERRITÓRIOS INSULARES:
PRÁTICAS ESPACIAIS DA COMUNIDADE DE JOÃO PILATOS, PORÇÃO INSULAR
NORTE DE ANANINDEUA, PARÁ.**

**BELÉM-PA
2024**

PAULA BEATRIZ RÊGO MENEZES

**FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL E OS TERRITÓRIOS INSULARES:
PRÁTICAS ESPACIAIS DA COMUNIDADE DE JOÃO PILATOS, PORÇÃO INSULAR
NORTE DE ANANINDEUA, PARÁ.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito á obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização e Gestão do Território.

Linha de Pesquisa: Dinâmicas Territoriais da Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues

Coorientador: Prof. Dr. Mário Gonçalves Fernandes

**BELÉM-PA
2024**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

M541f Menezes, Paula Beatriz Rêgo.
Fragmentação Socioespacial e os Territórios Insulares : Práticas
espaciais da Comunidade de João Pilatos, porção insular norte de
Ananindeua, Pará. / Paula Beatriz Rêgo Menezes. — 2024.
125 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues
Coorientador(a): Prof. Dr. Mário Gonçalves Fernandes
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Geografia, Belém, 2024.

1. Urbanização. 2. Reestruturação Urbana. 3.
Fragmentação Socioespacial. 4. Práticas Espaciais. 5.
Cartografia Participativa. I. Título.

CDD 910.130811

PAULA BEATRIZ RÊGO MENEZES

**FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL E OS TERRITÓRIOS INSULARES:
PRÁTICAS ESPACIAIS DA COMUNIDADE DE JOÃO PILATOS, PORÇÃO INSULAR
NORTE DE ANANINDEUA, PARÁ.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito á obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização e Gestão do Território.

Linha de Pesquisa: Dinâmicas Territoriais da Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues

Coorientador: Prof. Dr. Mário Gonçalves Fernandes

RESULTADO: _____

DATA: ____/____/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues (Orientador – PPGEO/UFPA)

Prof. Dr. Mário Gonçalves Fernandes (Coorientador – CEGOT/FLUP/ Universidade do Porto)

Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha (Examinador Interno – PPGEO/UFPA)

Prof. Dr. Daniel Araújo Sombra Soares (Examinador Externo – FAGEO/CANAN/UFPA)

BELÉM-PA

2024

Dedico este trabalho primeiramente à minha amada mãe Jamily Rêgo, cujo amor incondicional e apoio foram fundamentais em toda minha vida e jornada acadêmica. À minha querida vó Maria de Nazaré, exemplo de sabedoria e força, que sempre acreditou em mim. E à minha estimada namorada, Adriele Rodrigues, meu amor, que esteve ao meu lado em cada desafio, me inspirando e me apoiando com seu imenso carinho. Sem o amor e suporte delas, não seria possível.

O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência.

Milton Santos (2006)

AGRADECIMENTOS

Acredito que redigir os agradecimentos seja uma das partes mais complicadas de toda a execução e a produção de um trabalho, porque colocar em palavras todo um sentimento e todas as emoções vividas ao longo desta pesquisa vão muito além, não pela ausência de gratidão, mas pela falta de palavras que consigam expressar. Ao longo de dois anos, que passaram depressa, aconteceram mil e uma coisas, foram momentos bons e ruins, felizes e tristes, momentos de completa falta de inspiração e criatividade e outros de incansáveis ideias que davam fome de aprender mais e mais, com a motivação e com a insegurança, com o apoio e a frustração, e também, lidei com a presença, a ausência e a saudade dos meses longe de casa. Foram anos de muitas emoções, mas com certeza o principal tem sido o de gratidão.

Em primeiro e único lugar, agradeço a Deus pelo fôlego de vida e por cumprir as promessas dEle sobre a minha vida. Por me proteger, me guiar e me dar um propósito nesta vida terrena, além de realizar os meus sonhos.

À minha querida e guerreira mãe, Jamily Rêgo, e minha vó, Maria de Nazaré, meus exemplos de coragem, força, honestidade e determinação. Obrigada por sempre estarem ao meu lado em todos os momentos, pelo apoio, pelo colo e por sentirem tanto orgulho de mim. AMO VOCÊS! Meu coração fora do peito.

Ao meu padrasto, Lauzier Moura, um dos meus principais incentivadores a atravessar o Oceano Atlântico, além de me encorajar. Ao meu avô, Sidney Oliveira, por quem tenho grande apreço e carinho, me incentiva sempre. Aos meus irmãos, Henzzo Eluan e Diego. Ao meu primo-irmãos Anthony Marcos e Raphael Henderson. Às minhas tias, J. Karin e Nirayce. Amo todos!

Neste momento, reservo espaço para agradecer à minha namorada, Adrielle Rodrigues, pelo apoio, afeto, amor e cuidado que dedicou a mim do início ao fim desta trajetória, lidamos com a distância, mas sempre estive ao meu lado e dando o apoio sempre. Obrigada pelo afago e compreensão! Eu te amo! Você foi de extrema relevância nesse processo, obrigada por tanto.

A vida me presenteou com grandes amigos, família que construí desde a graduação em diferentes circunstâncias e ainda hoje nos fazemos presente um na vida do outro. Com isso, expresso minha gratidão aos meus amigos Rick Monteiro, Rayssa Amorim, Geovane Araújo, Mariza Castro, Gabriel Gonçalves, Dávison Klener, Gustavo Pinheiro e Elon Maia, obrigada pelo carinho. Por fim, nos últimos meses que passei na cidade do Porto em Portugal, em estágio na Universidade do Porto, pude ser presenteadada com a amizade de Alberto Lima, Fabiano Liebl,

Rebeca Pinotto e Jackelyne Oliveira. Agradeço pelo acolhimento, convivência, por dividir histórias e fazê-las, a aventura no outro lado do mundo tornou-se mais especial.

Agradeço à minha INCRÍVEL melhor amiga, a cadela caramelo mais linda do mundo, a Lily Rêgo, por ter sido minha companheira em momentos de angústia e ansiedade, me trazendo alegria nos dias e noites de estudo.

Guardo lugar de destaque nestes agradecimentos ao meu orientador, Jovenildo Cardoso Rodrigues, que desde a graduação vem contribuindo para o meu crescimento não só acadêmico, mas pessoal, por ser além de professor, um amigo! Obrigada por motivar, incentivar e acreditar na minha capacidade e cobrar sempre que necessário, permitindo com que eu aprimore sempre minhas expertises e estimular a fazer sempre o melhor! Agradeço por construir junto ao senhor, este sonho.

Devo o reconhecimento, também, ao meu coorientador, Mário Gonçalves Fernandes, pela acolhida desde o breve momento de trâmites para a realização do estágio investigativo na Universidade do Porto. Agradeço por acreditar no meu potencial como pesquisadora e abrir minha mente para um horizonte, o qual ainda não tinha desbravado no âmbito da pesquisa e me fazer enxergar múltiplas possibilidades de aprendizado.

Ao LAHAM, agradeço pelos momentos reunidos em que produzimos e compartilhamos conhecimento em coletivo, às pesquisas de campo que alçaram um olhar mais aguçado sobre o objeto de estudo. Em especial, à Izabel Nahum, Gilmara Silva, Léa Costa e Rodrigo Luciano, este caro amigo geógrafo paraense que também desbravou outro continente, me prestou o acolhimento em momentos de saudade de casa quando estive em Portugal.

À Agnes Brenda, fundadora do Grão Ipá Ecoturismo, principal responsável por atuar e incentivar o turismo sustentável e impacto positivo nas comunidades das ilhas de Ananindeua. Por prestar apoio e serviço às minhas idas em pesquisa de campo.

À comunidade de João Pilatos, onde me receberam de braços abertos e onde pude desenvolver a pesquisa embasada nos territórios insulares de Ananindeua. Principais agentes motivadores na produção e evolução deste trabalho.

Por fim, meus agradecimentos à CAPES/CNPQ por subsidiar esta pesquisa e permitir, através da ciência, vozes sejam ouvidas, descobertas sejam feitas e que a produção de conhecimento seja igualitária e democrática.

RESUMO

O território amazônico vem passando por profundas transformações no início do século XXI. Tais transformações estão vinculadas aos novos nexos da globalização fragmentária e intensificação das desigualdades socioespaciais nas periferias de pequenas, médias e grandes cidades. Dado o processo de formação dessa região, onde caracteriza-se pela vulnerabilidade socioeconômica e possui o seu mosaico constituído por uma diversidade de grupos étnicos, a cidade de Ananindeua surge como resultado dessas relações sociais contraditórias à produção capitalista do espaço, a partir de sucessivas, complexas e diversas práticas espaciais. À luz disso, ressaltamos a seguinte problemática central: Como vêm se dando as práticas espaciais da comunidade de João Pilatos na ilha de João Pilatos, face à fragmentação socioespacial metropolitana, na porção territorial norte do município de Ananindeua a partir dos anos 2000. Portanto, o objetivo desta pesquisa é analisar as práticas espaciais da comunidade de João Pilatos na ilha de João Pilatos, face à fragmentação socioespacial metropolitana, na porção territorial norte do município de Ananindeua a partir dos anos 2000. A pesquisa aqui apresentada terá como escopo teórico-metodológico as concepções de Práticas espaciais, Território e Fragmentação socioespacial. Para além disso, para os procedimentos metodológicos, realizamos abordagens de caráter qualitativo, a produção cartográfica, trabalho de campo com observações sistematizadas, entrevistas semiestruturadas e registros fotográficos. A análise é interescalar, visto que, a pesquisa leva em conta a compreensão das práticas espaciais e das relações sociais, econômicas, políticas e culturais estabelecidas no território. Além disso, utilizamos como estratégia a tipologia de pesquisa é o estudo de caso. Dessa forma, a presente dissertação se justifica pela necessidade de compreender e refletir sobre como tem se caracterizado as práticas espaciais, diante das transformações urbanas progressivas ocasionadas nas últimas décadas provocadas pela fragmentação socioespacial, além de vislumbrar o produto de tal fenômeno no cotidiano das comunidades ribeirinhas. Do ponto de vista prático, o presente trabalho permitirá subsidiar a sociedade local, principalmente, e o poder público para que se possa dialogar através de informações relevantes para se pensar sobre futuras atividades relacionadas às comunidades insulares e não insulares da periferia de Belém.

Palavras-chave: Urbanização; Reestruturação Urbana; Fragmentação Socioespacial; Práticas Espaciais; Cartografia Participativa.

ABSTRACT

The Amazon territory has been undergoing profound transformations at the beginning of the twenty-first century. Such transformations are linked to the new nexus of fragmentary globalization and intensification of socio-spatial inequalities in the peripheries of small, medium and large cities. Given the process of formation of this region, where it is characterized by socioeconomic vulnerability and has its mosaic constituted by a diversity of ethnic groups, the city of Ananindeua arises as a result of these contradictory social relations to the capitalist production of space, from successive, complex and diverse spatial practices. In light of this, we highlight the following central problem: How have the spatial practices of the community of João Pilatos on the island of João Pilatos been taking place, in the face of metropolitan socio-spatial fragmentation, in the northern territorial portion of the municipality of Ananindeua since the 2000s. Therefore, the objective of this research is to analyze the spatial practices of the community of João Pilatos on the island of João Pilatos, in the face of metropolitan socio-spatial fragmentation, in the northern territorial portion of the municipality of Ananindeua from the 2000s onwards. The research presented here will have as its theoretical-methodological scope the conceptions of Spatial Practices, Territory and Socio-spatial Fragmentation. In addition, for the methodological procedures, we carried out qualitative approaches, cartographic production, fieldwork with systematized observations, semi-structured interviews and photographic records. The analysis is interscalar, since the research takes into account the understanding of spatial practices and the social, economic, political and cultural relations established in the territory. In addition, we used the research typology as a strategy. Thus, the present dissertation is justified by the need to understand and reflect on how spatial practices have been characterized, in the face of the progressive urban transformations caused in recent decades caused by socio-spatial fragmentation, in addition to glimpsing the product of such a phenomenon in the daily life of riverside communities. From a practical point of view, the present work will allow subsidizing the local society, mainly, and the public power so that it can dialogue through relevant information to think about future activities related to the island and non-island communities on the outskirts of Belém.

Keywords: Urbanization; Urban Restructuring; Socio-Spatial Fragmentation; Spatial Practices; Participatory Cartography.

RESUMEN

El territorio amazónico ha experimentado profundas transformaciones a principios del siglo XXI. Dichas transformaciones están vinculadas al nuevo nexo de la globalización fragmentaria y la intensificación de las desigualdades socioespaciales en las periferias de las ciudades pequeñas, medianas y grandes. Dado el proceso de formación de esta región, donde se caracteriza por la vulnerabilidad socioeconómica y tiene su mosaico constituido por una diversidad de etnias, la ciudad de Ananindeua surge como resultado de estas relaciones sociales contradictorias a la producción capitalista del espacio, a partir de sucesivas, complejas y diversas prácticas espaciales. Frente a esto, destacamos la siguiente problemática central: ¿Cómo se han venido dando las prácticas espaciales de la comunidad de João Pilatos en la isla de João Pilatos, frente a la fragmentación socioespacial metropolitana, en la porción territorial norte del municipio de Ananindeua desde la década de 2000? Por lo tanto, el objetivo de esta investigación es analizar las prácticas espaciales de la comunidad de João Pilatos en la isla de João Pilatos, frente a la fragmentación socioespacial metropolitana, en la porción territorial norte del municipio de Ananindeua a partir de la década de 2000. Las investigaciones que aquí se presentan tendrán como alcance teórico-metodológico las concepciones de Prácticas Espaciales, Territorio y Fragmentación Socioespacial. Además, para los procedimientos metodológicos, se realizaron abordajes cualitativos, producción cartográfica, trabajo de campo con observaciones sistematizadas, entrevistas semiestructuradas y registros fotográficos. El análisis es interescalar, ya que la investigación tiene en cuenta la comprensión de las prácticas espaciales y las relaciones sociales, económicas, políticas y culturales que se establecen en el territorio. Además, se utilizó como estrategia la tipología de investigación. Así, la presente tesis se justifica por la necesidad de comprender y reflexionar sobre cómo se han caracterizado las prácticas espaciales, frente a las progresivas transformaciones urbanas provocadas en las últimas décadas por la fragmentación socioespacial, además de vislumbrar el producto de dicho fenómeno en la vida cotidiana de las comunidades ribereñas. Desde un punto de vista práctico, el presente trabajo permitirá subsidiar a la sociedad local, principalmente, y al poder público para que pueda dialogar a través de información relevante para pensar en futuras actividades relacionadas con las comunidades insulares y no insulares de la periferia de Belém.

Palabras clave: Urbanización; Reestructuración Urbana; Fragmentación socioespacial; Prácticas Espaciales; Cartografía participativa.

LISTA DE SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Água
BDLB	Biblioteca Digital Luso-Brasileira
BNH	<i>Bus Rapid Transit</i> (Transporte Rápido por Ônibus)
CEGOT	Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território
CP	Cartografia Participativa
CS	Cartografia Social
COHAB	Companhia de Habitação
EFB	Estrada de Ferro de Bragança
FPIC	Funções Públicas de Interesse Comum
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LAHAM	Laboratório de Estudos e Pesquisas Geográficas sobre Habitação e Moradia
PAAR	Pará, Amapá, Amazonas e Roraima (Conjunto Habitacional)
PMA	Prefeitura Municipal de Ananindeua
RMB	Região Metropolitana de Belém
SEDOP	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras
SERFHAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
UBS	Unidade Básica de Saúde
UNAMA	Universidade da Amazônia

LISTA DE FIGURAS, MAPAS, GRÁFICOS E TABELAS

Lista de Figuras

Figura 1 - Recorte “Mappa Hidrográfico (...)”, áreas compreendidas por Belém, Vila do Conde e Vila do Bejé, no século XVIII.....	42
Figura 2 - Recorte “Mappa Hidrográfico (...)”, áreas compreendidas por Guarapiranga, Cotijuba, Tatuoca e Pinheiro dos Periquitos, no século XVIII.....	44
Figura 3 - Parada de trem de Ananindeua.....	48
Figura 4 - Planta da Estrada de Ferro de Braçançã e Ramais, 1914.....	49
Figura 5 - Vila do Maguary.....	50
Figura 6 - Mediações do Curtume do Maguary.....	51
Figura 7 - Fábrica de Refrigerantes Garoto e BR-316.....	57
Figura 8 - Diferenciações espaciais de Ananindeua-PA.....	65
Figura 9 - Empreendimentos BR-316 km 03.....	72
Figura 10 - Diferenciações espaciais em espaços públicos, Parque Cultural Vila Maguary.....	76
Figura 11 - Portos de Belém e Ananindeua de uso da comunidade.....	80
Figura 12 - Porto do Surdo e Porto do Fidelis.....	81
Figura 13 - Espaços de uso da Comunidade de João Pilatos.....	89
Figura 14 - 1ª Oficina de Cartografia.....	92
Figura 15 - 2ª Oficina de Cartografia.....	93
Figura 16 - Escola de Ensino Fundamental e Porto Sítio São Joaquim.....	94
Figura 17 - Campo de futebol e clube da associação de moradores.....	96

Lista de Mapas

Mapa 1 - Localidades das Comunidades da Ilha de João Pilatos, Ananindeua, Pará.....	19
Mapa 2 - Mapa histórico em Toponímia, parcial, do século XVIII.....	43
Mapa 3 - Mapa histórico em Toponímia, parcial, do século XVIII, em menor escala.....	45
Mapa 4 - Localização do município de Ananindeua, Pará.....	53
Mapa 5 - Eixo Rodoviário.....	69
Mapa 6 - Cartografia Participativa da Comunidade de João Pilatos na análise da fragmentação socioespacial, 2023.....	91

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Crescimento populacional de Ananindeua, 1970-1990.....	56
Gráfico 2 - População Residente da RMB (1990-2022).....	62

Lista de Tabelas

Tabela 1 - População Residente RMB.....	62
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	22
1. FORMAÇÃO DA CIDADE E DOS TERRITÓRIOS INSULARES.	38
<i>1.1. Gênese da formação da cidade e dos territórios insulares de Ananindeua.</i>	<i>38</i>
<i>1.2. De nó da Estrada de Ferro a condição de município e cidade (final do séc. XIX ao anos 1960).</i>	<i>46</i>
<i>1.3. Urbanização do território e estruturação urbana (a partir dos anos 1970).</i>	<i>55</i>
2. URBANIZAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL... 59	
<i>2.1. Efeitos da urbanização na fragmentação socioespacial na escala metropolitana.</i>	<i>59</i>
<i>2.2. A reestruturação urbana e a formação de novas centralidades na cidade de Ananindeua.....</i>	<i>66</i>
<i>2.3. A fragmentação da cidade e dos territórios insulares de Ananindeua?</i>	<i>73</i>
3. FRAGMENTAÇÃO DA CIDADE E PRÁTICAS ESPACIAIS: PERCEPÇÕES E INTERPRETAÇÕES A PARTIR DO OLHAR RIBEIRINHO.....	78
<i>3.1. Práticas espaciais da mobilidade habitacional ribeirinha, face à fragmentação da cidade.</i>	<i>78</i>
<i>3.2. Olhares cruzados e percepções da cidade em fragmentos: o trabalho e o consumo como expressões de práticas espaciais e resistências urbanas.</i>	<i>85</i>
<i>3.3. A Cartografia do Vivido no território da Comunidade de João Pilatos.....</i>	<i>88</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS	107
APÊNDICE A	113
ANEXO I.....	115
ANEXO II.....	117
ANEXO III	120
ANEXO IV	122

INTRODUÇÃO

O território das cidades amazônicas vêm passando por profundas transformações associadas aos novos nexos da globalização fragmentária e intensificação das desigualdades socioespaciais nas periferias de pequenas, médias e grandes cidades. Dado ao processo de formação dessa região, caracterizada pela vulnerabilidade socioeconômica e por um mosaico constituído por uma diversidade de grupos étnicos, estes denominados de populações tradicionais: indígenas, afro descendentes, ribeirinhos e urbanos que podem viver em diversos ambientes (Viana, 2017). Assim, a Amazônia tornou-se o lugar em que as relações de produção do espaço se estabelecem e tendem a definir as práticas espaciais da população amazônida.

Considerando tal perspectiva e sua relação com a realidade social, pode-se entender que a Amazônia brasileira tem passado por processos de ocupação e usos do território diversos e desiguais, desde meados do século XVII até o momento atual (Machado, 1997). Roberto Lobato Correa (1987), em suas reflexões sobre a rede urbana amazônica afirma que o período entre os séculos XVII e a primeira metade do século XX, é marcado por dinâmicas territoriais associadas ao tempo lento das relações sociais e trocas econômicas, configurando a predominância da “rede urbana dendrítica” e de um tempo nas cidades da ribeira.

Por sua vez, o período que constituiu entre os anos de 1960 e o contexto contemporâneo é marcado pela “rede urbana complexa” conformando a composição e superposição de redes (rodoviárias, elétricas, hidrelétricas, urbanas, telecomunicações) que se intensificaram como resultado do avanço da urbanização e expansão do meio técnico científico informacional (Corrêa, 1987; Becker, 2001).

Na escala metropolitana amazônica, as cidades que compõem o espaço metropolitano sofreram intensas metamorfoses associadas ao processo de reestruturação urbana e reestruturação da cidade, sobretudo a partir dos anos de 2000, quando a dispersão metropolitana tendeu a contribuir para a fragmentação urbana e das cidades. Este cenário foi instigado pela inserção da rede urbana complexa e a constituição de hierarquias urbanas, as quais promoveram espacialidades de conjecturas diversas e desiguais. Ora, também, fundamentada pelas expressões da financeirização do espaço urbano.

Essas expressões, mais tarde, emergem principalmente, com a financeirização imobiliária, a partir da criação de decretos regulamentadores, programas e órgãos de financiamentos,

vinculados a suprirem uma demanda habitacional que se sucedeu após a incorporação de rodovias, as quais colaboraram para uma acelerada expansão urbana da capital paraense. Com este efeito, Ananindeua passa a exercer um papel importante no espaço metropolitano de Belém, .

Nesse contexto, a cidade de Ananindeua surge como produto dessas relações sociais contraditórias à produção capitalista do espaço, a partir de sucessivas, complexas e diversas práticas espaciais. Sobretudo, ao que tange a porção insular norte da referida cidade, haja vista, que possui suas expressões na Região Metropolitana de Belém (RMB) e encontra-se “à parte” de uma dinâmica típica urbana em contraponto ao modo de vida tradicional e rural ribeirinho.

A cidade de Ananindeua projeta-se no espaço metropolitano como um conjunto contraditório, por obter a sua configuração territorial marcada pelas relações de produção, nas quais provocaram arranjos e rearranjos diversificados em seu território. Sobre isso, Santos (2014) ressalta o conjunto de variáveis da dinâmica social como resultado dessas relações, sendo elas econômicas, culturais, políticas, que em determinado tempo da história promovem a sua significância à configuração territorial. “Quanto às representações de relações de produção, que envolvem relações de potência, elas também se efetuem no espaço, e o espaço contém as representações nos edifícios, nos monumentos e nas obras de arte.” (Lefebvre, 2006, p. 58).

Dito isso, essas representações no espaço, em determinado tempo por ações pretéritas e presentes, são sobrepostas no território, este que é o resultado de ações conduzidas por atores que se “*apropriam de um espaço*”, a partir do qual produzem espaço, projetam trabalho, energia e informação (Raffestin, 1993). Dessa maneira, o território é marcado por relações de poder, que contribuem para o estabelecimento de configurações territoriais sendo elas formadas por um conjunto de sistemas de ações e sistemas de objetos herdados por uma determinada sociedade (Santos; Silveira, 2020).

No início do século XXI, com as metamorfoses provocadas nas cidades metropolitanas diante aos efeitos da urbanização, há a tendência de fragmentação de cidades como Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santarém, Marabá, Castanhal, diante dos novos padrões de organização espacial incorporadas pelas atividades hegemônicas vinculadas a globalização (Rodrigues, 2015). Dessa maneira, no cotidiano do viver na cidade, as relações espaciais são tangenciadas por essa lógica, de modo que passam a exercer fortes influências nas práticas espaciais, as quais passam a ser reorientadas e redefinidas.

De certo, no plano local, a Comunidade de João Pilatos tem vivenciado essa cidade que precariza os elementos da dimensão da vida social, tais como: a habitação, a mobilidade urbana, o consumo, o trabalho e o lazer. Com isso, suscita a existência de uma cidade em “pedaços” e a expressão do processo de acirramento do processo de segregação e diferenciação espacial.

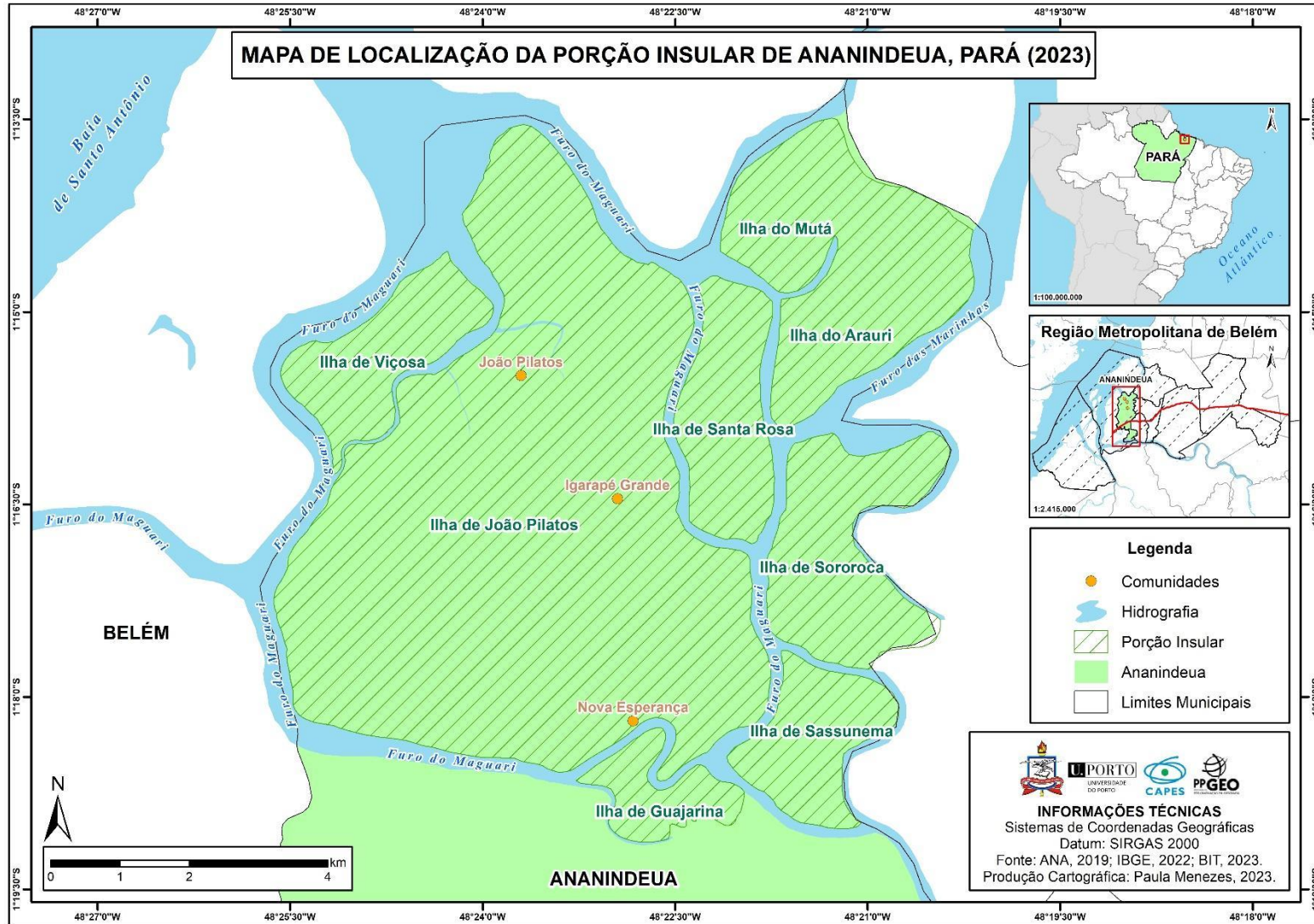
Considerando essas perspectivas, temos como objeto de estudo a Fragmentação Socioespacial e as Práticas Espaciais . O Recorte territorial adotado para esta pesquisa é a Ilha de João Pilatos, espaço situado na porção insular norte do município de Ananindeua, localizado na Região Metropolitana de Belém – RMB (Mapa 1). Para tal, destacamos as práticas espaciais (habitar, mobilidade, trabalho e consumo), tendo em vista que são ações espacialmente localizadas elaboradas por agentes sociais concretos constituídas de ações individuais – embora não sejam necessariamente sistemáticas e regulares – caracterizadas por uma escala temporal limitada (Corrêa, 2007).

Portanto, optamos por recorte temporal o período a partir dos anos de 2000. Tal escolha se faz pertinente devido aos efeitos territoriais do processo de urbanização no Brasil, na produção territorial das cidades da Amazônia. A identificação e análise de tais processos e as dinâmicas espaciais na área de estudo, de certo, nos serve de guia para as investigações da construção da pesquisa.

Ainda em relação ao referido recorte territorial, (ilha de João Pilatos no município de Ananindeua), temos o intuito de compreender as práticas espaciais das comunidades, motivado pelo conhecimento empírico desta pesquisadora em relação a este território, sucedeu através de uma visita que antecede a execução do trabalho que advém pelo anseio de pesquisar sobre um lugar tão pouco explorado nas pesquisas acadêmicas, em que pese o fato do referido território estar situado no espaço metropolitano belenense.

O objetivo desta pesquisa é analisar as práticas espaciais da comunidade de João Pilatos na ilha de João Pilatos, face à fragmentação socioespacial metropolitana, na porção territorial norte do município de Ananindeua a partir dos anos 2000

Mapa 1 - Localidades das Comunidades da Ilha de João Pilatos, Ananindeua, Pará..



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Autora, 2023.

Ao longo do trabalho, as sistematizações e análises a serem estruturadas no processo de construção da nossa pesquisa compreendem de elementos fundamentais na arguição da seguinte ideia: A nova urbanização e a (re)estruturação urbana vêm contribuindo para novos usos no território, através da dispersão urbana provocando a fragmentação do espaço urbano que com seus aspectos têm refletido e reverberado nas práticas espaciais (habitar, mobilidade, trabalho e consumo) do cotidiano das famílias situadas neste território. Nesse sentido, à luz do que foi dito anteriormente, observa-se esse processo a partir da expansão do perímetro urbano, provocado pelo crescimento demográfico e espacial da cidade, deste modo julgamos necessário salientar as espacialidades, vinculadas às relações de reprodução do modo de vida tradicional ribeirinho no território insular de Ananindeua.

Considerando sua estrutura, esta dissertação dispõe de três capítulos de três seções cada. O primeiro capítulo tem como objetivo principal alicerçar o presente trabalho pela perspectiva histórico-geográfica, visto que a construção teórico-conceitual se faz ainda na introdução e conduz aos principais conceitos e categorias, que se farão presentes. Nestas circunstâncias, abordaremos a gênese da formação da cidade e dos territórios insulares de Ananindeua, fazendo o resgate sobre as fases em que se deu a formação territorial da cidade e dos respectivos territórios, desde o contexto anterior à estrada de ferro até a contemporaneidade com o processo de urbanização e estruturação urbana, onde houve a inserção da infraestrutura rodoviária, em que nos fornece então, o embasamento nas análises referentes aos processos que se deram no território insular e continental do município.

No segundo capítulo buscamos dissertar acerca da urbanização, reestruturação e fragmentação socioespacial, tem como perspectiva a explicação sobre o contexto da nova urbanização e o processo de metropolização do espaço, os quais contribuiram para a fragmentação da cidade e a formação de novas centralidades, associados por uma dinâmica de urbanização extensiva e dispersão metropolitana, com efeitos nas práticas espaciais de habitar, mobilidade, consumo e trabalho dos moradores das ilhas de Ananindeua.

A construção do terceiro e último capítulo, busca discutir os efeitos da fragmentação socioespacial no cotidiano da comunidade de João Pilatos da porção norte de Ananindeua, baseado nas percepções e interpretações dos moradores por meio das suas práticas espaciais. Com isso, utilizamos as entrevistas semiestruturadas e a Cartografia Participativa, como instrumentos de pesquisa associados em conjunto, para que possamos identificar as dinâmicas estabelecidas no

território da ilha, através da relação do *percebido* e do *vivido*, de suma importância para a manifestação da *territorialidade cotidiana dos sujeitos*, demonstrando as expressões das práticas espaciais e das resistências urbanas da comunidade de João Pilatos.

Por último, contaremos com as considerações finais, momento de retomada ao que se discutiu ao longo deste trabalho e os principais pontos de vistas ressaltados pelo viés das problemáticas motivadoras da pesquisa e da escolha do recorte territorial.

A relevância do estudo sobre as comunidades da porção insular de Ananindeua se faz pela necessidade de novas iniciativas a desvendar as dinâmicas ocasionadas no território desde as configurações relacionadas anteriores a fundação do município, meados do século XIX no momento da Estrada de Ferro Belém-Bragança. Haja vista, a presente dissertação justifica-se pela necessidade de compreender e refletir sobre como tem se caracterizado as práticas espaciais, diante das transformações urbanas progressivas ocasionadas nas últimas décadas provocadas pela (re)estruturação urbana, ocasionando a fragmentação socioespacial, além de vislumbrar tal fenômeno no cotidiano das comunidades ribeirinhas. Do ponto de vista prático, o presente trabalho permitirá subsidiar a sociedade local, principalmente, e o poder público para que se possa dialogar através de informações relevantes para se pensar sobre futuras atividades relacionadas às políticas públicas voltadas às comunidades das ilhas situadas na porção insular norte do município de Ananindeua.

A pesquisa em questão, partiu das seguintes questões problematizadoras:

Questão Geral:

- Como vem se dando as práticas espaciais da comunidade de João Pilatos na ilha de João Pilatos, face à fragmentação socioespacial metropolitana na porção territorial norte do município de Ananindeua a partir dos anos 2000?

Questões Norteadoras:

- Como se deu a formação da cidade e da porção insular de Ananindeua?
- De que forma se deu a relação entre reestruturação urbana e a fragmentação socioespacial da cidade e dos territórios insulares a partir dos anos 2000?

- De que maneira a fragmentação socioespacial vem interferindo nas práticas espaciais (habitar, mobilidade, trabalho e consumo) dos moradores da comunidade de João Pilatos?

ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Antes de adentrarmos a fundo acerca das percepções e concepções do que esta pesquisa se propôs, lançamos mão das noções teórico-conceituais acerca do debate sobre a fragmentação socioespacial e das práticas espaciais, no qual faremos algumas reflexões que servem de alicerce ao objeto de estudo a fim de que se construa compreensões para refletir e dialogar com as comunidades locais o processo contínuo de profundas modificações que o espaço urbano ananindeuense vem enfrentando.

Deste modo, consideramos importante salientar a perspectiva teórico-metodológica desta pesquisa. De antemão, Minayo (1994) compreende por *metodologia* o caminho do pensamento e da prática exercida na abordagem da realidade, ocupando um lugar central no interior das teorias e que inclui concepções teóricas de abordagem, conjunto de técnicas que favorecem a construção da realidade e “o sopro divino do potencial criativo do investigador”, sendo assim, a teoria e a metodologia caminham juntas, “intrincavelmente inseparáveis”.

Sob essa ótica, a presente pesquisa conta com a utilização das abordagens de caráter qualitativo-quantitativo. Do ponto de vista qualitativo sobre o que não pode ser quantificado, no qual trabalharemos com identidade e subjetividades das práticas espaciais, considerando o fenômeno ou processo social e que deve ser entendido nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos (Minayo, 1994). Sob o ângulo quantitativo, no que consiste a dados demográficos, sociais, econômicos, etc., equivale à questão objetiva de compreensão da realidade social que, de certo modo, oferece a possibilidade de expressar através de generalizações com precisão e objetividade (Minayo, 1994).

“O conjunto de dados quantitativos e qualitativos (...) não se opõem, (...) se complementam, pois, a realidade abrangida por eles interage dinamicamente.” (Minayo, 1994, p. 22) visto que esta abordagem permite minuciar os dados no recolhimento e análise de variáveis (demográficas, sociais e econômicas) e demais informações para o entendimento do objeto de

estudo, partindo da concepção das *partes* para a compreensão da *totalidade* (Santos; Silveira, 2020).

Levando isso em consideração, Santos (2018), aponta que o espaço é afetado por disparidades, no que tange a situação geográfica e individual, promovendo uma seletividade do espaço a nível econômico e social o que considera como a produção e o consumo. Deste modo, coloca a produção como força que tende a se exprimir em pontos específicos do território e quanto ao consumo corresponde como força de dispersão visto que há uma seletividade social, diante da disparidade de consumo sendo ela qualitativa e quantitativamente (Santos, 2018).

Nesse sentido, o método que compõe a abordagem da pesquisa é a partir da perspectiva dialética, em que se busca olhar o todo em movimento, para compreender as partes ao reconstituir os processos, de como é para o que era. Isso se traduz a partir da análise do concreto, visto que o mundo é permeado pelas contradições, não expressadas por dualismos e sim por pares dialéticos que devem ser analisados criticamente, como: pobreza e riqueza, mercado e Estado, matéria e consciência, necessário e contingente, forma e conteúdo, realidade e possibilidade, tempo e espaço (Salvador, 2012).

Ao que se refere à tipologia de estudo a ser utilizada na presente dissertação, teremos como estratégia de pesquisa, o estudo de caso que, segundo Martins (2008), é uma estratégia metodológica onde se é aplicada para avaliar ou descrever situações dinâmicas em que o elemento humano está presente, trata-se de apreender a totalidade de determinado evento e assim, descrever, compreender e interpretar a complexidade do caso. Conforme exposto, o desenvolvimento da pesquisa considera a interpelação interescalar, Sposito (2006) leva em conta a compreensão das interações espaciais e das relações sociais, econômicas, políticas ou culturais que se estabelecem entre os territórios, sejam elas regionais e nacionais, são “peças” fundamentais na compreensão da condução analítica dos processos.

(...) reconhecer uma escala geográfica não seria apenas avaliar o resultado das articulações entre diferentes recortes territoriais, mas a forma como o tempo incide sobre diferentes territórios, oferecendo condições para o estabelecimento de relações de diferentes tipos – naturais, econômicas, políticas, sociais, culturais..., que se refletem no espaço e nele se apoiam e que são, de fato, interações espaço-temporais. (Sposito, 2006, p. 150)

Do ponto de vista de uma leitura interescalar, dedicaremos atenção à escala do território da comunidade da ilha de João Pilatos em uma perspectiva interescalar (temporal, espacial e cartográfica).

A teoria de base utilizada nesta pesquisa, se dá através da produção do espaço pelo ponto de vista lefebvriano, do qual consiste o espaço enquanto produto, por interação ou retroação, seja ele produtivo ou produtor, como suporte de relações econômicas e sociais, resultando no espaço social produzido. Lefebvre (2006), considera que o espaço é produzido e organizado pelas relações sociais e espaciais, ordenados pelas atividades hegemônicas que organiza e produz ao mesmo tempo as relações sociais, seu espaço e seu tempo, sendo assim, o espaço produzido. Este que, também, “serve de instrumento ao pensamento, como à ação, que ele é, ao mesmo tempo, um meio de produção, um meio de controle, portanto, de dominação e de potência (poder) - mas que ele escapa parcialmente, enquanto tal, aos que dele se servem” (Lefebvre, 2006, p. 50).

Deste modo, essa abordagem permite com que possamos vislumbrar pela perspectiva do *espaço social*, este onde estão inseridas as *relações sociais de reprodução* e as *relações de produção*, desempenhando o papel de produção e reprodução. Nesse sentido, Lefebvre (2006) aponta como dois encadeamentos que não podem se separar, tendo em vista, que as *relações sociais de reprodução* é, por exemplo, a organização específica de uma família e, as *relações de produção* é, a divisão do trabalho e sua organização, obtida de funções sociais hierarquizadas. Com isso, a divisão do trabalho se estabelece no leito familiar e se mantém, em contrapartida, a organização familiar não interfere na divisão do trabalho (Lefebvre, 2006).

Sobre essa ideia, Lefebvre (2006) salienta que com o neo-capitalismo “moderno”, são considerados três níveis que se entrecruzam: o da reprodução biológica (a família); a reprodução da força de trabalho (classe operária); e, a reprodução das relações sociais de produção, esta como constituinte da sociedade capitalista. A partir disso, o espaço possui essa dupla ou tripla interferências de relações sociais, que segundo Lefebvre (2006) consiste em:

Por representações simbólicas, ele as mantém em estado de coexistência e de coesão. Ele as exhibe transpondo-as, portanto, dissimulando-as de maneira simbólica, com a ajuda e sobre o fundo da Natureza. As representações das relações de reprodução consistem em símbolos sexuais, do feminino e do masculino, com ou sem os das idades (gerações), juventude e velhice. Simbolização que dissimula mais do que não mostra, visto que essas relações se dividem em relações frontais, públicas, declaradas e portanto codificadas – e relações veladas, clandestinas, reprimidas e definidoras desde então de transgressões, em particular no que

concerne não tanto ao sexo como tal, mas à fruição sexual, com suas condições e conseqüências (Lefebvre, 2006, p.58).

Desta forma, o espaço, em Lefebvre (2006), detém de entrelaços múltiplos nos lugares, constituído de um emaranhado de representações das relações de produção, nas quais envolvem relações de potência efetuadas no espaço, e este, contém representações nos edifícios, monumentos, nas obras de arte. E por fim, concebido por práticas espaciais.

Acerca dessas práticas espaciais, Lefebvre (2006) considera como uma práxis que engloba a produção e reprodução em determinados lugares específicos de acordo com cada formação social, o que significa ser a relação do indivíduo com o espaço social, o seu espaço em determinada sociedade. Dada essa relação, há as representações do espaço, as quais estão vinculadas às relações de produção de modo que impõem “ordem” a essa dinâmica (Lefebvre, 2006).

Através disso, no espaço são incorporados atos sociais, a esse respeito Lefebvre (2006) ressalta como sendo a partir “[...] de sujeitos ao mesmo tempo coletivos e individuais, que nascem e morrem, padecem e agem. Para eles, seu espaço se comporta, ao mesmo tempo, vital e mortalmente; eles aí se desenvolvem [...] e encontram os interditos; depois caem e seu espaço contém sua queda.” (p. 59). Esses atos são práticas espaciais e por meio delas pode-se analisar como o espaço social funciona, ora, a prática espacial se vê antes do conceber ao que antecede, primeiramente, o concebido sobre o vivido que tende a desaparecer com a vida, a prática (Lefebvre, 2006).

Para Santos (1988), o espaço é o resultado de ações produtivas nas quais sua evolução é consequência das transformações dos aspectos materiais ou imateriais do processo produtivo, revelando ao mesmo tempo, o passado, o presente e o futuro. Complementando a essa ideia, Souza (2013) discute sobre um espaço de “primeira natureza” e “segunda natureza”, na qual a primeira exprime o sentido da relação homem-natureza mediada pela cultura e pela história, quanto ao espaço da “natureza segunda”, são os espaços materiais modificados pela sociedade e sobre espaços simbólicos, em que as projeções espaciais de poder de certo modo representam a materialidade e a imaterialidade, o que considera como “espacialidade social”. Portanto, através dessas considerações, pode-se dizer que o espaço geográfico e o espaço social são análogos, sendo o espaço social aquele no qual falamos do objeto material.

Com isso Souza (2013), provoca que a materialidade é uma “noção intuitiva” como um passo que antecede o território, tem relação com as limitações e fronteiras que são demarcadas a

partir de uma relação de poder. Portanto, há diversas formas de demarcações, ou seja, há diversas relações de poder e, conseqüentemente, não haverá apenas um tipo de território.

Podemos relacionar as considerações de Souza (2013), através de Santos (2013), o espaço geográfico possui em si substâncias do meio científico-tecnológico-informacional, ou seja, os processos vitais e de produção são oriundos da cientificização e tecnicização da paisagem. Significa dizer que é parte da informatização (ou informacionalização) do espaço, com isso, os espaços são requalificados e costumam atender aos interesses de atores hegemônicos da economia e da sociedade e, desta forma, são incorporados às correntes de globalização (Santos, 2013).

Nessa perspectiva, Santos (2020) ressalta o espaço quanto à realidade objetiva, como produto social em permanente processo de transformação, impondo sua própria realidade e por isso, a sociedade não pode operar fora dele. Desta forma, para que possamos estudar o espaço e compreender sua relação com a sociedade, é necessário assimilar os efeitos dos processos (tempo e mudança) e as noções de *forma*, *função* e *estrutura*, elementos fundamentais para o entendimento da produção do espaço (Santos, 2020).

Diante disso, à medida que a sociedade sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (sejam eles, novos ou velhos), assumem novas funções e conseqüentemente, por meio disso, cria-se uma nova organização espacial (Santos, 2020). Para Santos (2020), a sociedade, evidentemente, é definida através do espaço, por ser este, o resultado da produção por meio de sua história e nesse processo, a paisagem é a acumulação desses tempos unidos pelo passado e o presente. Com isso, para a compreensão da organização espacial e sua evolução, é imprescindível a interpretação do processo dialético entre *forma*, *função* e *estrutura* através do tempo (Santos, 2020). Assim:

Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado tempo. *Função*, de acordo com o Dicionário Webster, sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. *Estrutura* implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. *Processo* pode ser definido como uma ação contínua desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança. (Santos, 2020, p. 69)

Por meio destas considerações, elencamos como categorias teóricas da presente dissertação: Urbanização do Território, Reestruturação Urbana, Fragmentação Socioespacial e

Práticas Espaciais. A modo que nos permite reconstituir as formas e objetos geográficos, para o entendimento da organização espacial, em razão do nosso recorte territorial e objeto de estudo.

A respeito das categorias teóricas que alicerçam este trabalho, ressaltamos a urbanização do território como matriz dos processos que buscamos discutir, pelo viés de uma “revolução urbana”, notadamente caracterizada por uma urbanização aglomerada e com o aumento populacional, seguida de uma urbanização concentrada e com a multiplicação de cidades de tamanho intermédio e, por último, o estágio da metropolização, na qual é composta por um número considerável de cidades milionárias e de grandes cidades médias (Santos, 2013).

Acerca disso, a pesquisa conta como principais conceitos a Fragmentação Socioespacial, as Práticas Espaciais e Território.

Do ponto de vista da Fragmentação Socioespacial, utilizamos como principais referenciais do debate: Sposito & Sposito (2020), Legroux (2021), Turra Neto et.al (2022).

Consideramos os autores, diante a iniciativa recente de seus estudos, aos quais apresentam a importância da análise da diferenciação socioespacial a partir dos conflitos ocasionados no espaço da cidade que estão diretamente ligados ao processo de fragmentação socioespacial, a segregação, autosegregação, desigualdades espaciais e sociais. Sobre isso, Sposito & Sposito (2020), explicam a fragmentação socioespacial por duas perspectivas, sendo a primeira, a partir de um “conceito polissêmico”, o qual são atribuídos a ele muitos conteúdos utilizados para explicar processos contemporâneos e de diferentes realidades, seja por meio da análise de dinâmicas mais gerais da estância global e/ou explicar mudanças das formas de estruturação espacial das cidades, desempenhando como um o conceito multiescalar.

A segunda perspectiva, Sposito & Sposito (2020) qualificam a partir de um “conceito multidimensional”, ao qual está relacionado as dimensões associadas às diversas diferenças e formas de separações do espaço. Sendo assim, a fragmentação socioespacial é compreendida de concepções plurais diante a sua multidimensionalidade e multiescalaridade, sob o aspecto de sua complexidade (Sposito & Sposito, 2020).

Com isso, Sposito (2022) ressalta que a fragmentação socioespacial é um processo composto com uma miríade de dinâmicas e transformações, a partir delas são reorientadas as relações entre sociedade e espaço redefinindo as práticas espaciais e os usos do tempo urbano, considerando a condição de uma cidade vinculada à uma relação centro-periferia. Em relação a isso, as transformações na estruturação do espaço metropolitano, são promovidas alterações nas

práticas espaciais da população que reside na cidade, onde, no cotidiano estão submetidos às mudanças que a metrópole vive (Sposito, 2022).

Nessa compreensão, Góes e Sposito (2016) colocam que além das dinâmicas relacionadas a produção do espaço urbano, no que diz respeito as práticas espaciais e de consumo, são constituídas de relações contraditórias entre reprodução e inovação, repetição e criação, entre outras, constituindo de uma articulação entre as formas de reprodução econômica e social, de um lado, e de outro, as práticas. Com isso, as práticas espaciais expressam as dimensões da vida social, micropolítica e cultural, servidas de subjetividades e complexidades, a partir desses espaços construídos, tomam forma e condicionam as práticas futuras (Góes; Sposito, 2016).

Em Legroux (2021), a fragmentação vai além da separação física e social é necessário compreender as dinâmicas intensificadas através das rupturas e da relativa incomunicabilidade entre os diferentes “pedaços”, sendo eles, desconexos e diferenciados. Dessa forma, a fragmentação expressa nas classes sociais o acirramento dos processos de segregação e diferenciação nos diferentes espaços urbanos, sejam através do trabalho, lazer, moradia, etc. e em formas e conteúdos urbanos socioespaciais cada vez mais complexos, condiz dizermos que são as novas formas de produção e apropriação da cidade (Legroux, 2021).

[...] a lógica fragmentária refere-se à existência e constituição de espaços urbanos sob a forma de um mosaico, de um arquipélago de fragmentos (pedaços, ilhas, enclaves, etc.) mal articulados entre si e com altos níveis de desigualdades em termos de acesso às infraestruturas e aos serviços urbanos. [...] Deste modo, a fragmentação socioespacial ganha corpo para explicar a complexidade dos processos atuais das cidades, organizando outros processos e conceitos, alguns mais antigos (como os de segregação, de periferização, de diferenciação socioespacial, de desigualdades de acesso a bens e serviços básicos, desigualdades de renda, etc.) – e outros mais recentes (autossegregação, concentração dos mais ricos, policentralidade, etc. (Legroux, 2021, p. 239)

Pela perspectiva das práticas espaciais, ressaltamos como principal referência Lefebvre (2006). Acerca disso, o autor ressalta que as práticas espaciais, representam junto ao espaço, uma relação dialética de forma que a prática produz lenta e se apropriando. Na contemporaneidade, as práticas espaciais estão diretamente associadas ao espaço percebido, ou seja, a realidade cotidiana e na realidade urbana, a partir das dimensões da vida social (habitação, a mobilidade urbana, o consumo, o trabalho e o lazer) (Lefebvre, 2006).

A visão de lefebvre contribui com a pesquisa, pelo viés de que as práticas espaciais são condicionadas ao espaço. Haja vista que, este é constituído pela triplicidade: percebido-concebido-vivido (prática espacial – representações do espaço – espaços de representação). São esferas da produção do espaço que contribui para a análise do seus efeitos da fragmentação socioespacial nas relações espaciais e sociais da cidade, à maneira que revelam as suas contradições.

No que diz respeito à perspectiva de Território, ressaltamos pela visão de Rogério Haesbaert enquanto no que se refere ao território enquanto dimensão espacial que produz em si, tanto processos de dominação concretos (por um viés materialista), quanto por um espaço propício a produção da imaterialidade em que geram a identidade, subjetividade e simbolismos. O território como sendo multidimensional: a) jurídico-político; b) cultural; c) econômico; e d) “natural” (Haesbaert, 2016), o intuito trata-se de investigar sistematicamente a constituição de um território multidimensional a medida que buscamos, por esse meio, discutir acerca das representações sobre o espaço sendo ele parte indissociável das relações.

Desse modo, essa abordagem permite com que possamos vislumbrar para além da perspectiva materialista de território, não tão somente vinculado às relações econômicas ou de produção. Considerando esta perspectiva, a concepção de território é por um viés materialista-idealista, tendo como base a concepção haesbaertiana de território multidimensional, na qual desdobra-se a partir de um ponto de vista “*parcial*” de território que abrange as dimensões econômicas, políticas, culturais ou “*natural*” e que além disso, traz um olhar *integrador* de território e visa, por meio deste, responder as problemáticas que se condensaram através do espaço envolvidas em todas as esferas (Haesbaert, 2016).

Sobre essa ideia, Haesbaert (2016) faz apontamentos sobre uma noção de território do qual não pode ser somente considerado como um espaço estritamente natural, nem somente político, econômico ou cultural, considera ser concebido através de uma ótica integradora entre as diferentes dimensões, nesse caso, considera a existência de múltiplos territórios coexistindo com dinâmicas próprias. Assim, “[...] trabalhar com a ideia de uma nova forma de construirmos o território, se não de forma “total”, pelo menos de forma articulada/conectada, ou seja, integrada.” (Haesbaert, 2016, p. 76).

Somado à esta dimensão de território, torna-se imprescindível acionarmos o ponto de vista de Haesbaert (2007) quanto a territorialidade. Sobre isso, o autor considera a territorialidade como não apenas *algo abstrato*, mas que também possui caráter imaterial, ou seja, ao ser como

uma espécie de símbolo de um território a modo que existe e pode existir como estratégia político-cultural. Sobre isso, podem ser consideradas leituras de variáveis e distintas possibilidades entre elas, mas principalmente será cerceado pelo conceito de territorialidade, quanto de dimensão simbólica e de identidade territorial (Haesbaert, 2007).

Em Haesbaert (1997) a identidade territorial é intercalada por várias outras e o seu conteúdo conforme o tempo pode mudar, nunca podendo ser vista como unitária. Entretanto, os símbolos que compõem uma identidade não são construções apenas eventuais, o “poder simbólico” pode fazer uso de elementos espaciais, representações e símbolos, constituindo uma identidade territorial definidas historicamente, desta forma a identidade não é formada por meio do espaço, mas sobre a força política e cultural dos grupos sociais em que nele são reproduzidas mediadas pelo território (Saquet; Briskievicz, 2009; Haesbaert, 1997).

Contribuindo com esta ideia, ressaltamos Saquet e Briskievicz (2009), pela sua ideia de que as identidades são consideradas patrimônio territorial e produtos de processos históricos e relacionais, correspondendo à vida em sociedade. A compreensão da territorialidade se faz no contexto de formação histórica e como componente do território, sobre a dimensão do *vivido* que envolvem: “(...) o saber-fazer, as edificações, os monumentos, os museus, os dialetos, as crenças, os arquivos históricos, as relações sociais das famílias, as empresas, as organizações políticas...” (Saquet; Briskievicz, 2009, p. 14).

Na Amazônia, em meados da década de 1960, Becker (2001) ressalta que urbanização se deu à crescente intervenção econômica do Estado que propiciou o contínuo processo de ocupação deste território, pela necessidade de unificar o mercado nacional, relacionado ao avanço da industrialização despertando a abertura da região Amazônica. Nesse período, houveram ações efetivas que afetaram a região, principalmente pela inserção de rodovias, como Belém-Brasília e Brasília-Acre, nas quais evidenciaram a migração que já se efetuava em direção a Amazônia, crescendo a população regional de 1 para 5 milhões, entre as décadas de 1950-1960 (Becker, 2001).

Segundo Becker (2001), somente entre as décadas de 1965 a 1985 que se deu o planejamento regional efetivo na região, onde teve como iniciativa a “modernidade acelerada da sociedade e do território nacional”. Dessa forma, a Amazônia assumiu prioridade, tendo em vista a sua compreensão para a solução das tensões sociais internas, em decorrência da modernização da agricultura, assim, tratada como prioritária diante a possibilidade de devolvimento de “focos revolucionários” (Becker, 2001).

Diante das mudanças ocorridas no território amazônico, Becker (2005) destaca acerca da modificação estrutural no povoamento regional que passou a se localizar ao longo das rodovias e não mais ao longo da rede fluvial, tal como no passado, e no crescimento demográfico, sobretudo urbano. De certo, a região carecida de uma mobilidade espacial, com forte migração e contínua expropriação de terra, ligado ao processo de urbanização (Becker, 2005).

Nesse contexto, a partir das transformações ocasionadas pelo processo de urbanização do território Amazônico, busca-se refletir acerca de Ananindeua, de maneira que possamos vislumbrar a evolução do território a partir de padrões de organização socioespacial em que contribuíram para a difusão da urbanização e da reestruturação urbana, as quais favoreceram a fragmentação socioespacial e conseqüentemente, nas práticas espaciais ribeirinhas da comunidade de João Pilatos.

Do ponto de vista dos procedimentos operacionais, aplicamos o uso de ferramentas metodológicas que possibilitaram analisar o que esta pesquisa se propõe.

A presente pesquisa contou com o levantamento e análise bibliográfica, acerca das categorias analíticas já apresentadas a partir de artigos, dissertações, teses, livros. Realizou-se levantamento e análise documental de fontes primárias e secundárias, as quais de fontes primárias encontram-se anexadas na presente dissertação e de fontes secundárias, as instituições consultadas são: IBGE; Prefeitura Municipal de Ananindeua (PMA); e, Biblioteca Digital Luso-Brasileira (BDLB).

Nesse aspecto, busca-se relacionar o teórico e o empírico, visto que, analisamos as práticas espaciais da Comunidade de João Pilatos em sua continuidade, o intuito primeiramente, é trazer uma Cartografia geo-histórica de modo que possamos identificar o território insular em um contexto histórico de construção e gênese da cidade e em outro momento, utilizaremos a Cartografia Participativa enquanto instrumento de lutas, (re) existências e de identidade territorial. Explica-se, porquê a Cartografia Participativa vai muito além do mapeamento de espaços, é um passo dado àqueles que por diversas vezes são invisibilizados pela sociedade, principalmente na Amazônia, em que muito se fala sobre seus recursos, mas que ainda possui uma longa caminhada em direção à valorização dos seus povos tradicionais.

Pelo viés da Cartografia geo-histórica, a metodologia que operamos, se deu a partir da pesquisa, interpretação e estudo comparativo de mapas históricos datados desde o processo de colonização da região amazônica, originados em meados do século XVII no período da Capitania

do Grão-Pará e Maranhão. A principal fonte de dados para a pesquisa histórica foi através do acervo da Biblioteca Digital Luso-Brasileira, onde encontramos documentos com representações cartográficas do território do Grão-Pará e Maranhão.

Logo mais, elencamos o melhor documento do qual pudéssemos identificar e equiparar as toponímias antigas e as atuais, embora algumas, com o passar do tempo foram perdidas. Analisamos e interpretamos a hierarquias sobre os lugares, com base nas simbologias utilizadas no mapa e o conhecimento através da experiência e linguagem dos mapas contemporâneos. Com isso, criamos uma base de dados das localidades e foram separadas em duas categorias: a) Vilas Principais; e b) Localidades Secundárias. Esse procedimento justifica-se, para que pudéssemos compreender e situar adequadamente o recorte territorial desta pesquisa, para isso produzimos dois mapas com escala menor (1:1.240.000) e em escala maior de (1:300.000).

Na legenda dos mapas, as localidades estão de acordo com as toponímias do documento cartográfico do qual nos serviu de base, entretanto, outras nomeadas como “Freguezia” ou não possuíam identificação de nome, inserimos entre colchetes o atual nome dessas localidades. Para isso, como ressaltamos anteriormente, o procedimento constituiu-se de comparar o documento e fazer o uso de uma ferramenta simples, como o *Google Maps* e o *Google Earth*. É importante ressaltar, que a região amazônica possui uma enorme riqueza em seus rios e de características diversas, mas indubitavelmente a largura dos rios é a principal delas, considerando esse aspecto, usufruímos do conhecimento dos rios para identificar a maior parte dos lugares.

Através dessa perspectiva, conseguimos encontrar evidências de uma cartografia histórica do recorte territorial desta pesquisa, indicando que de alguma forma o território insular descrito no mapa possuía grande importância, em razão do contexto histórico da época que se tratava em cartografar e retratar o território norte do Brasil à coroa Portuguesa. Destacamos que a busca por cartografias que retratassem a gênese de formação territorial de Ananindeua ainda é escasso e incipiente, principalmente em estudos acerca da região insular do município, portanto, dedicamos um grande fôlego para encontrar minimamente indícios através de uma representação cartográfica.

De certo, quanto à Cartografia Participativa, a nossa inspiração para aplicação de tal metodologia, se deve à produção cartográfica realizada pela autora desta dissertação na construção da pesquisa realizada em conjunto com demais pesquisadores na produção do Relatório Técnico: Conflitos e formação social do território do Conde que sucedeu na materialização do Boletim Informativo – A Guerra no Território do Conde: Comunidades Tradicionais, Migrantes, Estado e

Empresas na disputa territorial (2019)¹. Não obstante, nosso recorte territorial não é o mesmo, bem como, também, o uso de outras estratégias de pesquisa, além de outras dimensões de análise como será elencado através desta pesquisa.

Embora, nossa inspiração metodológica seja baseada na Cartografia Social, ao ter como característica a uma auto-cartografia”, buscamos utilizar a Cartografia Participativa como elemento metodológico de análise das práticas espaciais, territoriais e do simbólico. Com isso, a nível de definições, é necessário um breve resgate sobre a cartografia da qual utilizaremos como procedimento metodológico prático desta dissertação. É imprescindível elencarmos, o processo e as diferenças entre os conceitos definidos atualmente sobre a Cartografia Social (CS) e a Cartografia Participativa (CP).

Nesse sentido, resgata-se que a CS surge como contraponto a uma lógica hegemônica oriunda do sistema mundo capitalista, além desta prerrogativa, a proposta desse instrumento não é “imputar” a cartografia técnica, mas de permitir com que as demais instâncias sociais sejam alcançadas e possam ser representadas cartograficamente (Sombra; Rodrigues; Pinho, 2022). Ao que se pretende chamar de social a CS, Sombra, Rodrigues e Pinho (2022) apontam que devido ao certo padrão das bases geoespaciais sistemáticas em determinadas escalas, a diversidade de sujeitos, por sua vez, é suprimida em favor dos critérios políticos-administrativos, e então a CS possui o papel de enfatizar os critérios próprios da instância cultural e dos seus sujeitos em detrimento das questões políticas e econômicas.

Com isso, as iniciativas de mapear comunidades ou populações em situação de conflito, surgiu meados dos anos 90 do século XX (Silva; Gonçalves, 2019). Ao ter como proposta principal, a inclusão de populações tradicionais nas quais ocupam territórios em conflitos nos mapas e a partir disso, são trazidos elementos do seu cotidiano “suas bases referenciais de existência e de resistência, a partir de uma base cartográfica” (Silva; Gonçalves, 2019, p. 196).

Silva e Gonçalves (2019) consideram que os mapas são ferramentas essenciais para a leitura e interpretação territorial, visto que o produto cartográfico pode ser utilizado em todas as atividades em que o território sirva como pano de fundo e é tido como um documento importante no que concerne, ao reconhecimento de comunidades ou da legitimação territorial. Assim, “quando

¹ Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com.br/download/05-guerra-no-territorio-do-conde-comunidades-tradicionais-migrantes-estado-e-empresas-na-disputa-territorial/>> Acesso em: 10 de nov. 2023.

as comunidades pensam em fazer sua própria cartografia, elas não estão simplesmente retratando o espaço físico, mas reafirmando seus modos de vida” (Acselrad, et. al, 2010, p.5)

Sendo assim, a representação cartográfica operada pela CS é a partir de formas representativas que originadas eminentemente por saberes locais, não se enquadram nas dimensões cartográficas convencionais, a sua classificação, dentro da geografia, é caracterizada como “croqui” (Sombra, et. al 2022). Para Castro (2019), a CS apresenta representações espaciais sem uso efetivo das referências constituídas pela Cartografia Temática.

Com isso, retomando Sombra, Rodrigues e Pinho (2022), afirma-se que há uma distinção quanto ao que se consolidou chamar de Cartografia Social e outras dimensões do mapeamento participativo, as quais irão constituir ao que se chama de Cartografia Participativa. Com base nisso, a CP não é uma tentativa de validação dos conhecimentos locais pela ciência, mas que se trata de fornecer os instrumentos da cartografia técnica e científica, a modo que as comunidades se apropriem desta linguagem. E com isso, a CP está preocupada em referenciar no espaço absoluto e no espaço relativo as territorialidades e seus usos (Sombra; Rodrigues; Pinho, 2022).

A cartografia participativa utiliza imagens de satélite, e demais técnicas de geoprocessamento, como meios, como “objetos intermediários”, e se preocupa com a construção de um produto que sirva os atores locais, e que tenha sua participação no processo de construção. (Sombra, et. al, 2022, p. 305).

Ao que se refere, Andrade (2008) aponta a existência de um conjunto de métodos de intervenção dos quais enfatizam o mapeamento participativo, como sendo um instrumento de percepções das quais as comunidades utilizam para a apreensão da sua condição espacial, e para o empoderamento no que tange a solução de conflitos territoriais. Com isso, tem redesenhado as diversas formas de produzir mapas e encorajado os habitantes a representar o seu território e recursos, a modo que se possa optar por incluir ou retirar detalhes (Milagres, 2011).

Nessa lógica, Milagres (2011) colabora com a ideia que os mapas podem ser utilizados como técnica potencializadora de processos de discussão junto às comunidades, caso sua construção se associe a métodos participativos. Com isso, a construção de mapas participativos são “construir o território com os atores e mobilizar estes atores através do território sob a hipótese de que, nesta relação, uns e outros se transformarão” (Acselrad; Coli, 2008).

Assim, retomamos Acsehrad e Viégas (2013), do ponto de vista de que a CS traz consigo uma interação entre as formas de conhecimentos e de representações universalizantes e localizadas, técnico-científicas e tradicionais envolvidas por meio de um processo de negociação epistemológica e marcadas pelas relações de poder determinadas em cada contexto. Para isso, explicam que na relação entre os pesquisadores e a comunidade deve-se respeitar as categorias construídas pelos próprios sujeitos dentro dessa dinâmica e a partir de então, é necessário que haja o diálogo de saberes em que o conhecimento local possa se expressar.

A Cartografia Social representa variáveis importantes para cada território por meio do autorreconhecimento da comunidade em que é o ator principal nos procedimentos qualitativos e são organizados por meio da linguagem oral ou de representação simbólica, exercendo sobre o território em que atuam, intencionalidade e postura política (Milagres, 2011; Lobatón, 2009). Por meio disso, são legitimados no processo em que são reconhecidos interesses da comunidade envolvida, como sendo o principal ponto de partida de processos sociais, e desse modo, salientam como a representação de sua condição espacial, a combinação do espaço percebido, concebido e vivido (Milagres, 2011; Lobatón, 2009).

Ora, sob o ponto de vista do qual trouxemos sobre a CS e a CP, escolhemos e optamos por desenvolver uma Cartografia Participativa, isso se explica por ser uma metodologia que possibilita uma maior interação entre os sujeitos e permite um múltiplo entendimento dos indivíduos sobre o seu território, em contrapartida nos favorece sob a ótica do saber local para com o conhecimento científico a análise do que se busca tratar nesta pesquisa. Diante da sua complexidade e ao tempo de construção, de certo modo, conseguimos realizar apenas na comunidade de João Pilatos, haja vista que ao longo da aplicação obtivemos algumas dificuldades quanto ao contato contínuo com a liderança da comunidade de Nova Esperança.

Para iniciar esta metodologia, houve a realização de oficinas para que a comunidade pudesse se apropriar da linguagem cartográfica, além do cuidado ao detalhamento do processo constituídas em etapas até o produto final. Com isso, optamos desta forma, como proposição à temática apresentada nesta pesquisa.

As etapas de produção da Cartografia Participativa na comunidade de João Pilatos, se deu da seguinte forma:

1. Pesquisa de campo para contactar a comunidade e explicar os objetivos do estudo;

2. Retorno à comunidade para a realização de entrevistas e entender a dinâmica do seu território;
3. Realização de oficinas com a comunidade de João Pilatos. Nesta etapa utilizamos imagens de satélite com identificação de dois pontos de referência coletados a partir da pesquisa de campo, permitindo que os moradores conseguissem se situar, além de introduzir a linguagem cartográfica e os aspectos a serem cartografados.
4. Na primeira oficina os materiais utilizados foram: imagens de satélites seccionadas em folhas A4 e uma em A3 com o recorte da comunidade como um todo com espaço em branco reservado à legenda construída no processo; canetas hidrocor; etiquetas adesivas para inserir “pontos” para que ao processar os dados, a vetorização estivesse precisa.
5. Na segunda oficina, com os dados processados e formalizados em um mapa temático, prosseguimos na identificação de novos itens a serem cartografados e estabelecendo uma legenda com base nos usos do território pela comunidade.
6. Reunimos os dados para produzir o produto final.

Para a produção dos produtos cartográficos, no geral, utilizamos a base de dados geográficos vetoriais do IBGE no formato *shapefile*, dentre outras bases utilizamos, também, de massas d'água da ANA. Outrora, construímos uma base de dados própria diante o escopo a ser utilizado pela CP, constituído de dados primários a partir da análise das comunidades e seus usos. Lançamos mão ainda da aquisição de dados RASTER, pelos sensores óticos LANDSAT-8 como base de localização. Feito isso, os dados tratados e processados pelo *Software Arcgis* na versão 10.8.2, realizado no CEGOT da Universidade do Porto, em Portugal no período de estágio investigativo.

Ao que constitui os dados de origem primária, consiste na obtenção de informações por meio de observações sistemáticas e entrevistas semiestruturadas², na qual corresponde a uma série de perguntas e de ordem prevista e assim, dispondo de maior amplitude na coleta dos dados além de promover uma maior organização (Laville; Dionne, 1999).

² Para Laville e Dionne (1999) a entrevista semiestruturada tem como característica a flexibilidade adquirida traduz-se por uma perda de uniformidade, ou seja, possibilita um contato mais íntimo entre o entrevistador e o entrevistado, o que favorece a profundidade dos saberes, bem como, suas representações de suas crenças e valores.

As perguntas semi-estruturadas direcionadas aos entrevistados foram fundamentadas a fim de obter a compreensão das dimensões da vida cotidiana (habitação, a mobilidade urbana, o consumo, o trabalho e o lazer), dos moradores da comunidade. Tal procedimento metodológico de pesquisa, corroborou para a análise e reflexão dos efeitos da fragmentação socioespacial na porção norte insular de Ananindeua. Com isso, foram elencadas cerca de onze perguntas que caminham em direção das perspectivas à prática do lugar, dos usos e acesso dos espaços da cidade. A totalidade de pessoas entrevistadas, se deram em torno de quatro moradores.

Por meio disso, a fala dos sujeitos nos ajudou a compreender os efeitos da fragmentação socioespacial e em que aspectos cercea a vida cotidiana dos indivíduos, o que nos leva a futuramente a alçar o debate da justiça espacial.

Contamos, também, com observações sistematizadas e registros fotográficos, se dando a aplicação desses procedimentos em campo com os moradores das comunidades, sob o direcionamento dos líderes comunitários, nos possibilitou desvendar diversas percepções e concepções sobre o território insular, as territorialidades e a identificação das relações espaciais.

1. FORMAÇÃO DA CIDADE E DOS TERRITÓRIOS INSULARES.

1.1. Gênese da formação da cidade e dos territórios insulares de Ananindeua.

A formação do território que dará origem ao município e a cidade de Ananindeua, tem sua gênese vinculada ao processo de ocupação das margens dos rios por comunidades ribeirinhas e quilombolas.

Enquanto a gênese da formação territorial de Ananindeua, se originou através do processo de ocupação por parte de desertores, indígenas e escravos fugidos³, que no período pombalino na fase de experiência agrícola propiciou a criação de pequenos sítios e fazendas, no qual produziam e detinham de relações sociais próprias, passavam a habitar áreas às margens dos Rios Guamá, Acará, Capim e Moju, formando os quilombos, em meados da metade do século XVIII (Marín; Castro, 1999). Marín e Castro (1999) explicam que na paisagem agrária, nesse contexto, as comunidades de antigos fugitivos e de homens livres inseridos na ordem pós-abolição, obtinham poucas vantagens com exceção daqueles que estiveram expostos a interesses especulativos e com isso, permaneciam a usufruir dos recursos naturais e dos territórios, dos quais ocupavam. A partir daí, expressa a autonomia do grupo que criou as raízes do Abacatal⁴.

A única comunicação com Belém era descendo o igarapé Uriboquinha para alcançar o rio Guamá e dessa forma chegar aos portos, vários deles clandestinos, de Belém. Uma abertura somente ocorreria no final do século XIX com a construção da Estrada de Ferro Belém-Bragança. Os moradores percorriam então um caminho por eles aberto ou subiam o rio Uriboca até alcançar os trilhos da estrada. (Marín, Castro, 1999, p. 37)

Compreendendo a região insular, situada na região norte do município de Ananindeua, o processo foi iniciado de forma lenta e gradativa, ocupada por ribeirinhos e caboclos nos quais se estabeleceram no rio Maguari-Açu (Sirotheau, 2012). No início do século XIX, segundo Sirotheau (2012), esses povos foram os primeiros proprietários de terra a se constituírem no Maguari, áreas

³ Em meados da década de 1820, escravos com *pretensões de liberdade* acentuaram nas fugas de seus senhores com intenções dirigidas para o interior, provocando empregos da força militar de linha a caça dos fugidos com batidas frequentes na ilha do Mosqueiro, distrito de Barcarena, ilha das Onças, rios Guamá e Capim etc. à procura de mocambos com intenção destruí-los e prender negros que os constituíam (Muniz, 1922).

⁴ Em termos geográficos, este, situa-se na porção sul do município, a ocupação nesta localidade se deu através de um engenho de cana de açúcar de propriedade do Conde Antônio Koma de Melo, onde atualmente encontramos o território quilombola do Abacatal (Ananindeua, 2023).

em que são localizados os bairros do Distrito Industrial e Curuçambá. Dado este momento, essa dinâmica ficou compreendida por uma característica ribeirinha, assumindo suas ruralidades vinculadas as atividades extrativistas da caça e da pesca (Rodrigues; Sobreiro Filho; Oliveira Neto, 2018).

Em escala local, a fundação das comunidades da ilha de João Pilatos, localizada na Porção Norte Insular de Ananindeua está vinculada a processos de ocupação da referida porção territorial, revelando-se também a partir de narrativas dos moradores e resumida em um *mito de fundação*⁵. A entrevista com a líder da comunidade de João Pilatos da ilha de João Pilatos, situada na porção insular do município de Ananindeua, o território possui título de legitimação de meados de 1905 (Anexo I), atualmente, a comunidade possui 118 anos de existência. O título de posse, foi promulgado pelo então governador do Estado do Pará Doutor Augusto Montenegro para o proprietário de terra João Bernardo de Souza, em lugar anteriormente nomeado como Alcântara, hoje compreendido como o território da ilha de João Pilatos. E embora o documento seja datado de 1905, a comunidade indica que há indícios de ocupação da ilha desde 1895. Período em que a EFB teve início de sua operação.

Aqui a gente tem um tem o documento que está na mão do esposo dela né? Que é o título de posse da ilha toda, né? Ele está de mil novecentos e cinco (1905), não é isso? Um documento grande, né? Mas antes desse documento, já existe a ilha desde mil oitocentos e noventa e cinco (1895) já existiam as pessoas aqui, desde mil oitocentos e noventa e cinco (1895). Mas esse documento ele só foi feito em mil novecentos e cinco (1905). Só que por aí você tira o tempo né? E esse documento ficando em mão de pessoas sendo guardado. Hoje tem o documento[...]. (Líder da Comunidade de João Pilatos, entrevista cedida em pesquisa de campo em jun. de 2023).

A composição da comunidade é originária a partir de João Bernardo de Souza e grande maioria pertence à família Souza.

Aqui a maioria é Souza. Maioria é Souza. No início era meu avô, avó do esposo dela (Regiane) aí tinha mais uma outra tia minha que depois foi lá pro Murinim, era só a família deles né, que tinha o João do Monte aí tinha um pessoal, eu posso dizer os mais

⁵ Segundo Saldanha (2021), sobre a Comunidade de Igarapé Grande (Comunidade da Ilha de João Pilatos), a história permeia sobre a chegada de um morador mais antigo, mas não há dados históricos assegurando este fato, tais como estudos relacionados à Belém. No entanto, a história perpassa pelos seus descendentes, a modo que este antepassado é homenageado pelos atuais moradores e retrata características de uma comunidade tradicional, cujo modo de vida pouco se transformaram ao longo da sua história. Tais considerações, assemelham-se com a Comunidade de João Pilatos situada mais ao norte da ilha e que possuem fortes relações entre si.

antigos era o meu avô Otacino também, mas ele também não era daqui mesmo. Ele era da banda lá de lá de Mosqueiro, mas daqui mesmo era ela. Cândida, Osvaldo, a Maria, a tia Ana e esses foram formando as suas famílias aqui dentro. Se a gente for observar a composição da nossa comunidade vai se ramificando. Osvaldo aí vai os filhos, netos, bisnetos, tataranetos. Cândida: filhas, netos, bisnetos, tataranetos e vai embora. A mesma coisa dos outros. Aí os filhos, os netos já vão, já vão casando, às vezes alguém vai buscar. O Lindomar era neto da Candinha, ele já casou com a Regiane que era lá do Tauá, foi buscar uma lá de outro lugar e já trouxe pra cá. Então é assim que vai. Eu posso dizer que o Souza predomina aqui mesmo. A maioria aqui é! Noventa por cento aqui é Souza! (Líder da Comunidade de João Pilatos, entrevista cedida em pesquisa de campo em jun. de 2023)

Percebe-se que a formação territorial insular, possui semelhanças com a gênese do território compreendido ao Abacatal. Constituindo comunidades com ancestralidade, histórias e geografias da vida cotidiana, marcadas pela produção familiar ribeirinha.

Por sua vez, as formas espaciais nas circunstâncias históricas motivadas, os núcleos antigos do município de Ananindeua teriam sido iniciadas em datas imprecisas do século XVIII, tais como: o Engenho do Uriboça (atualmente, território quilombola do Abacatal) ao sul, nas proximidades do rio Guamá, e o engenho de açúcar da ilha de São Pedro, que originou a habitação das ilhas ao norte, próximo a Mosqueiro (Saldanha, 2021). Diante do reflexo dos trilhos de ferro e o salto dado a uma urbanização, a história dos núcleos que hoje pertencem ao rural ananindeuense, assumem lugar de coadjuvante em uma memória de uma cidade cerceada pelo Curtume do Maguary, empresa de curtimento de couro instalada nas proximidades da estrada de ferro (Saldanha, 2021).

Siqueira (2014), afirma que a região das ilhas obteve bastante movimento na época por ser um caminho entre Belém e a próspera Vila de Benfica (atualmente, é distrito do município de Benevides), estava sendo estabelecida séculos antes de uma aldeia Tupinambá chamada Maguari⁶, em que na segunda metade do século XIX, a freguesia incluía as ilhas de Mosqueiro e Caratateua (Outeiro) e com isso, as ilhas que atualmente pertencem à Ananindeua.

Entretanto, dado a narrativa inserida neste primeiro capítulo, por meio de uma análise histórico-geográfica do processo de construção do território de Ananindeua, pode-se identificar o

⁶ Foi constatado uma crença entre os moradores de Benfica, que a povoação local teve sua origem através da aldeia de povos nativos conhecidos como Saparás, Separarás ou Sappararás. No entanto, a aldeia mencionada como Taubará, Sapará e Tapabará, localiza-se onde atualmente está a vila de Cacoal (município de São Caetano de Odivelas. Assim, a fundação de Benfica no século XVII é associada, a partir de documentos, à destruição da aldeia de Maguari, uma das muitas do povo Tupinambá (Siqueira, 2014; Saldanha, 2021).

território insular ananindeuense em meados do século XVIII em cartografia histórica⁷ (Mapa 2). Pelo ponto de vista, ao qual pode ter sido um território, anteriormente, de suma importância na evolução e de construção do Grão-Pará, este, entendido por ser um combinado de cidades e vilas, conectadas pelos rios, com florestas e fazendas (Sombra, 2021).

O recorte espacial do mapa 2 ilustrado, datado do século XVIII, demonstra parcialmente as principais vilas, localidades secundárias e principais rios. A interpretação que realizamos a partir da análise de uma cartografia histórica, se caracteriza, principalmente, pela toponímia ainda utilizada nos dias atuais, mas também, como na interpretação das simbologias que as hierarquizam.

As consideradas como “vilas principais” no “MAPPA hidrográfico [...]” (Anexo II), são simbolizadas por um ponto vermelho com cruz, o que consideramos ser uma vila predominantemente constituída pela formação de igrejas, as “vilas jesuíticas”. Nesse aspecto, são: Vila de Oeiras; Vila de Cameté; Abaité [Abaetetuba]; Vila do Bejé [Beja]; Vila do Conde; São Domingos [do Capim]; Vila de Ourém; Vila da Vigia; Vila de Oliveira [São Caetano de Odivelas]; Salinas; e as Freguezias [Acará e Moju]. Como “localidades secundárias”, os símbolos utilizados são pontos diferentes caracterizados, seja por um círculo preenchido ora por círculo não preenchido, permite a interpretação de que essas localidades possuem grau de relevância inferior entre elas, sendo consideradas vilas em construção ou de menor influência. Portanto, apenas conseguimos identificar: Muara [Muaná]; Igarapé Mirim; Mangabeira; Caxoeira [Cachoeira do Arari]; Guarapiranga [Arapiranga]; Cotijuba; Tubuoca [Tatuoca]; Baía do Sol e Colares.

A partir disso, houve a identificação dos rios: Rio Tocantins; [Rio] Capim; Rio Acará e Rio Guamá.

Nota-se que, majoritariamente, as vilas permeiam sua construção às margens dos rios, caracterizando e constituindo parte da rede urbana dentrítica da qual nos fala Corrêa (1987). Isso, justifica-se, diante de um arranjo espacial oriundo da colonização da bacia hidrográfica do Rio

⁷ Segundo Almeida (2006), na primeira metade do século XVIII, em Portugal, houve a contratação por D. João V, de dois jesuítas matemáticos na Itália para serem feitos novos mapas do Brasil. Esse momento, se deu à chegada dos jesuítas italianos em Portugal e posteriormente, sua partida ao Brasil. Entretanto, um deles fora ser substituído por um português para determinar a posição exata do meridiano de Tordesilhas. Com isso, desde as primeiras décadas do século XVII, a cartografia oficial do Brasil teve pouco progresso em questão ao conhecimento do território brasileiro. Então, em meio a contratação de padres matemáticos e pelo esforço desenvolvido a partir do engenheiro Manuel de Azevedo Fortes, não foram obtidos resultados satisfatórios e devido a isso, [...]”O recurso ao recrutamento de cartógrafos estrangeiros para fazer novos mapas do Brasil era incontornável devido à inexistência de cartógrafos suficientemente qualificados em Portugal. ” (Almeida, 2006, p. 102). Para a elaboração de novos mapas do Brasil, Almeida (2006), considera que essa importação de cartógrafos e de instrumentos científicos foi uma necessidade da Coroa Portuguesa por fatores essencialmente geopolíticos, a fim de conhecer o espaço brasileiro com rigor e por isso, tornou-se importante definir limites.

Amazonas, no qual houve o domínio das vias fluviais. Nesse contexto, a vila, hoje, cidade de Belém durante o século XVI, teve suas imediações em torno do eixo que ligava o Forte do Presépio ao Convento de Santo Antônio, limites topográficos estreito estabelecidos entre Baía do Guajará e o Igarapé do Pirí, correspondente ao bairro do Comércio (Duarte, 2010). O símbolo utilizado para representar Belém no mapa Setecentista, não só pretende significar que é a povoação mais importante, como, estará a ser utilizado para significar Bispado, ou seja, cidade com Bispo, visto que Belém passou a ter Bispo a 4 de março de 1719, por decisão do Papa Clemente XI.

Caracterizado pelo documento histórico apenas como ponto, cruz e reforçado por mais pontos, ressaltando a interpretação de uma vila de grande importância na dinâmica colonial (Figura 1).

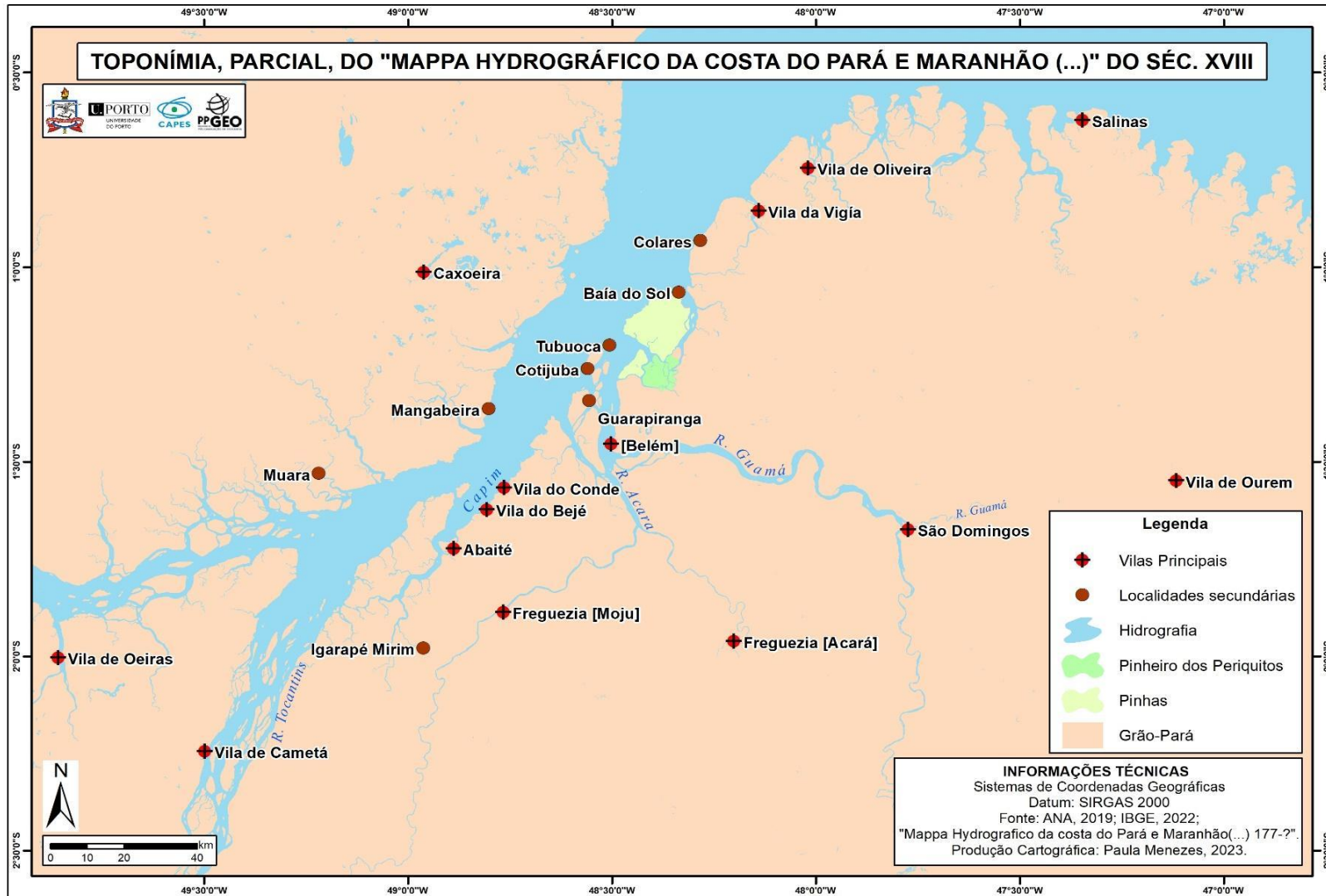
Figura 1 - Recorte “Mappa Hydrográfico (...)”, áreas compreendidas por Belém, Vila do Conde e Vila do Bejé, no século XVIII.



Fonte: MAPPA hydrografico da costa do Pará e Maranhão...: desde o rio Calsuene até o rio Turiasu compreendendo todo o Amazonas e o Tocantins [177-?]. 1 mapa ms. Em 4 seções, col., desenho a ananquin, 34,5x51,5. Adaptação da autora, 2024.

Embora não evidenciadas no mapa 2, considerando a hierarquia das simbologias cartográficas, no documento há a presença de simbologias que caracterizam localidades ou ocupações de nível “terciário”, tendo em vista, a interpretação de possíveis núcleos de exploração e povoamento do território. Como se pode observar na figura 1, é possível observar representações em pontos pequenos às margens de pequenos rios (ou igarapés) que cortam o continente.

Mapa 2 - Mapa histórico em Toponímia, parcial, do século XVIII.



Fonte: MAPPA hydrografico da costa do Pará e Maranhão...: desde o rio Calsuene até o rio Turiasu compreendendo todo o Amazonas e o Tocantins [177-?]. 1 mapa ms. Em 4 seções, col., desenho a ananquin, 34,5x51,5

Em escala menor (Mapa 3), é possível identificar conjunto de ilhas nas proximidades de Cotijuba e Tubuoca, caracterizadas em duas ilhas por Pinhais e obtém como “localidade secundária” a Baía do Sol. Atualmente, região de Pinhais é compreendida pelas ilhas de Mosqueiro, onde situa-se a Baía do Sol e a ilha de Caratateua. No documento histórico, Pinhais possui uma formação territorial quase única, entretanto, com base em mapas atuais, identificamos como sendo duas ilhas.

Ademais, quanto à formação de Pinheiro dos Periquitos, possui proximidade com Pinhais, identificamos como um território desenhado por linhas delimitadas, que por sua vez, tem-se a toponímia de “Magairi”. A nossa interpretação é de que as linhas que circundam, é referente a um rio de “menor” porte (Figura 2).

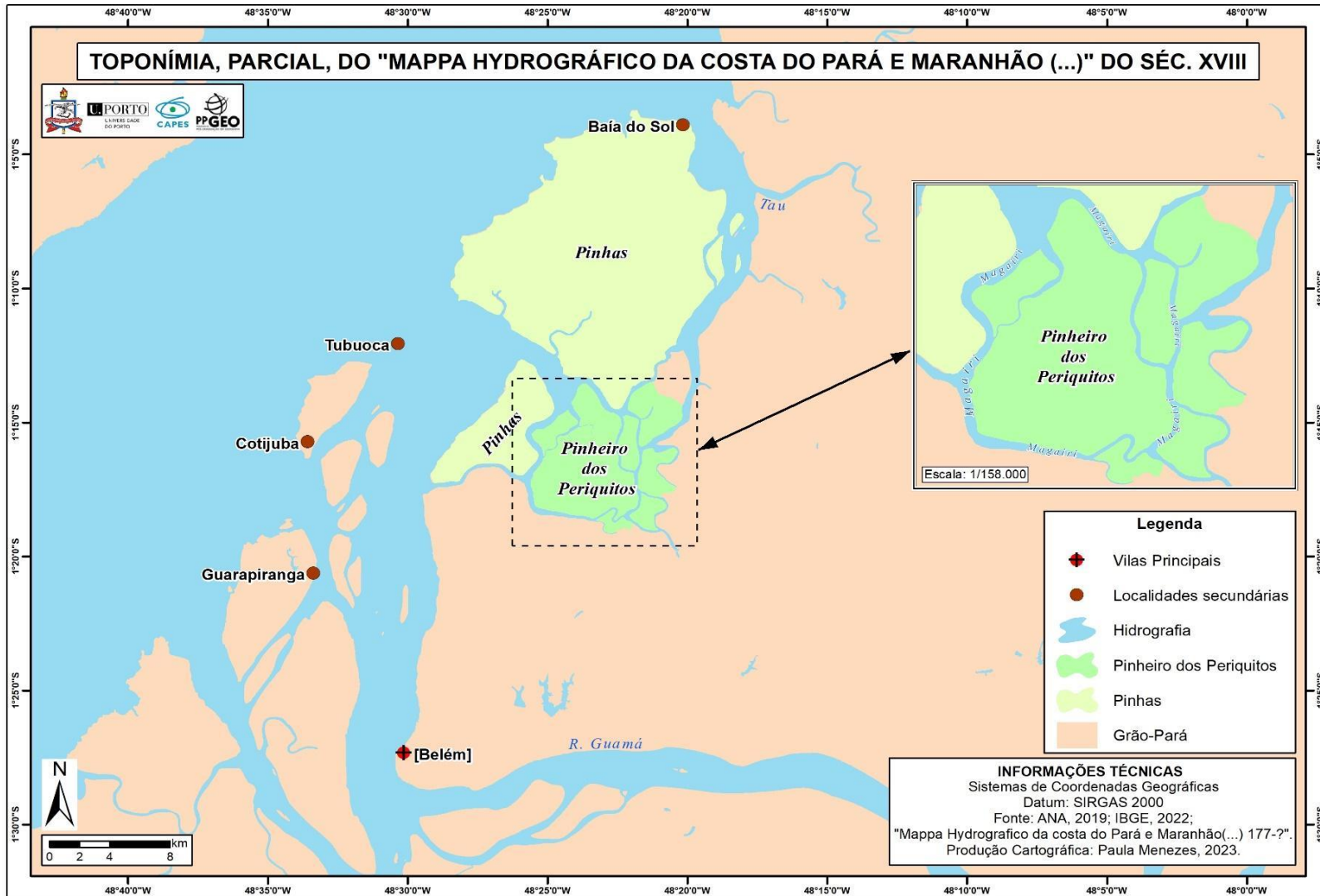
Figura 2 - Recorte “Mappa Hydrográfico (...)”, áreas compreendidas por Guarapiranga, Cotijuba, Tatuoca e Pinheiro dos Periquitos, no século XVIII.



Fonte: MAPPA hydrografico da costa do Pará e Maranhão...: desde o rio Calsuene até o rio Turiasu compreendendo todo o Amazonas e o Tocantins [177-?]. 1 mapa ms. Em 4 seções, col., desenho a ananquin, 34,5x51,5. Adaptação da autora, 2024.

À luz do que identificamos e caracterizamos, os elementos que foram elencados colaboram para a análise da área de estudo da qual apresentamos, é objeto histórico do século XVIII, acerca do território insular de Ananindeua.

Mapa 3 - Mapa histórico em Toponímia, parcial, do século XVIII, em menor escala.



Fonte: MAPPA hydrografico da costa do Pará e Maranhão...: desde o rio Calsuene até o rio Turiasu compreendendo todo o Amazonas e o Tocantins [177-?]. 1 mapa ms. Em 4 seções, col., desenho a ananquin, 34,5.

1.2. De nó da Estrada de Ferro a condição de município e cidade (final do séc. XIX ao anos 1960).

No contexto da Estrada de Ferro de Bragança (EFB), configurada diante do *boom* da atividade da borracha na Amazônia, no final do século XIX, constituiu-se de um importante evento significativo ao que consiste no processo de integração da região nordeste do estado do Pará dado a ocasião de dinâmicas econômicas e espaciais de reprodução do capital, ora vinculadas às demandas agrícolas (Penteado, 1967). A partir da EFB, a fundação do município de Ananindeua se deu eminente, diante do estabelecimento de uma estação, na qual atualmente há as instalações da sede municipal e então, o povoamento de Ananindeua ganhou um dinamismo, ao ser reconhecida como freguesia e logo após, conhecida como Distrito de Belém (Sirotheau, 2012).

O período que compreende entre o final do século XIX e início do século XX é marcado pela inserção de formas urbanas vinculadas a expansão e implantação da Estrada de Ferro Belém-Bragança estava inserida no período constituído pela *Belle Époque*, momento em que a região amazônica perpassa por inúmeras mudanças urbanas e de embelezamento, provocados pelo ciclo da borracha (Quaresma; Maia, 2019). Esse período é marcado pela construção de uma ferrovia dentro da floresta amazônica, bem como o crescimento das cidades da região dado o fluxo da borracha, são elementos que demonstram o poder do homem, seja pelo sentido material quanto o simbólico (Quaresma; Maia, 2019).

Com o giro da economia em torno da dinâmica da borracha, Quaresma e Maia (2019) destacam que a Amazônia se inseriu no mercado capitalista mundial e fez com que cidades como Belém e Manaus, se tornassem pontos estratégicos para a dinamização econômica desse mercado, construindo cidades modelos da reurbanização presente no final do século XIX e início do século XX.

Dessa forma, é possível perceber que esse frenético fluxo de capitais e pessoas, gerando novas relações e modificações sociais, também provocaram transformações urbanas. Nesse contexto, a abertura de boulevards, o ajardinamento de praças, as modificações arquitetônicas na cidade foram demandas das camadas mais abastadas da sociedade. Logo, as modificações atenderam inicialmente à elite daquele momento. Associadas as questões urbanísticas, tem-se também as relacionadas à mobilidade, como a melhoria dos portos e a reorganização do espaço da urbe através de ferrovias ou bondes que foram demandas necessárias para a dinamização econômica da cidade [...]. (Quaresma; Maia, 2019, p. 69).

Costa (2009), ressalta que nesse processo de urbanização e industrialização da capital paraense, Belém adota medidas urgentes para sanar um problema existente, o inchaço populacional

o qual sobrecarregou os restritos núcleos urbanos da cidade. Em consequência disso, medidas foram adotadas, com intuito de “higienizar” os espaços públicos para que não houvesse a propagação de doenças ou o uso do centro da cidade pelas camadas populares, sucedeu o deslocamento dessa população para áreas apartadas da cidade (Costa, 2009).

Nesse processo, segundo Costa (2009) a industrialização do espaço belenense, devido ao código de postura municipal adotado, as restrições provocaram o aumento dos valores dos espaços nas proximidades ao centro de Belém, o que causou o desinteresse de novos investidores nestas áreas ocasionando na procura por áreas mais distantes da cidade. A partir deste cenário, a urbanização da capital paraense teve um impulso extraordinário, resultando no elevado crescimento econômico e demográfico na cidade de Belém, contribuindo para o aumento da demanda por produtos agrícolas (Penteado, 1967).

A instalação da Estrada de Ferro de Bragança (EFB) no final do século XIX, foi um marco importante no que diz respeito à incorporação de novos territórios no nordeste paraense, cujo objetivo era atender às necessidades alimentares da capital paraense (Penteado, 1967).

Levando isso em consideração, a tendência do governo provincial de promover a colonização de terras férteis na Zona Bragantina e de aumentar a produção de alimentos para atender o mercado regional e da cidade de Belém no final do século XIX, levou à formação do povoado de Ananindeua, este que foi dado à condição de “Ponta de Trilho” da referida EFB (Moreira, 1989; Penteado, 1967). Em 1884, é inaugurado os primeiros 14 quilômetros da estrada de ferro que conectou Belém e o povoado de Ananindeua (Ananindeua, 2006). Na figura 3, podemos observar a parada de trem no referido povoado.

Figura 3 - Parada de trem de Ananindeua.



Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. IBGE, 1957.

Com isso, os processos urbanísticos impulsionados pelo ideal de modernização, estenderam-se até a regiões interioranas do Pará, ainda que em menor escala, foram lideradas pelo então Governador do Estado, Augusto Montenegro (1901-1909) e o intendente de Belém, Antônio Lemos (1897-1911) (Rosa; Palácios, 2020). A figura 1 demonstra o eixo central da ferrovia, atravessava os seguintes municípios: Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Samnta Izabel do Pará, Castanhal, São Francisco do Pará, Igarapé-Açú, São Luiz (Nova Timboteua), Peixe-Boi, Capaenama, Tracuateua e Bragança. A ferrovia também possuía ramais, os principais eram: Ramal de Prolongamento (linha urbana de Belém), Pinheiro (atualmente Distrito de Icoaraci), Benfica (Benevides), Santo Antônio da Prata (Igarapé-Açú) e Benjamin Constant (Bragança) (Rosa; Palácios, 2020).

Figura 4 - Planta da Estrada de Ferro de Bragança e Ramais, 1914.

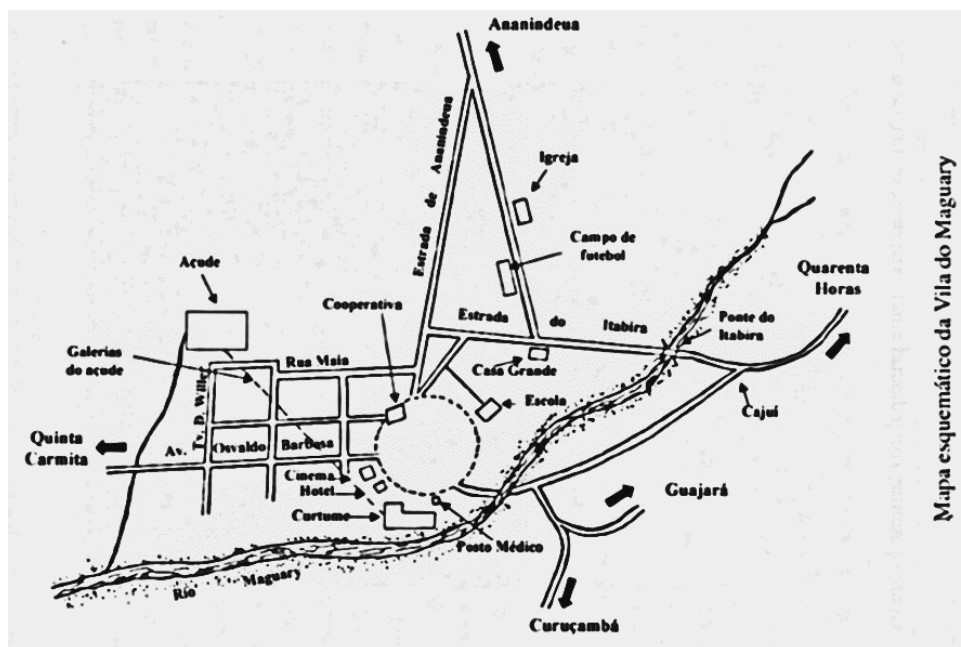


Fonte: CRUZ, 1955. Disponível em: <<http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publicacao/a-estrada-de-ferro-de-braganca-visao-social-economica-e-politica/>>. Acesso em: nov. de 2023.

A configuração espacial-territorial de Ananindeua, tem suas imediações a partir da EFB, constituído de um evento categórico que propiciou na virada do século XIX ao início do século XX, o alcance de sua notoriedade e de dimensões, articulando-se com o segundo núcleo do futuro distrito belenense, a Vila Operária, esta que era localizada ao norte da estação da EFB. A construção da vila tinha como objetivo abastecer as caldeiras da empresa *Parah Electric Railways and Lighting Company*, ligada às atividades de extração de madeira, criada em 1902 que deu origem a colônia agrícola do Curuçambá (Ananindeua, 2006). Logo após, com a substituição desse combustível, a madeira dá lugar ao óleo diesel e a empresa vende a área para *Saunders & Davids*, que em 1916 é implantado o Curtume Maguari (Ananindeua, 2006).

A figura 5 corresponde a planta da Vila Maguary, localizada atualmente no bairro Centro de Ananindeua. É onde desenha-se uma das primeiras expressões da centralidade urbana do município, e de onde nasce o primeiro vetor de expansão do núcleo de Ananindeua (Rodrigues, 2020), no qual destaca-se as vias de acesso aos bairros do Curuçambá, Quarenta Horas; Guajará e, acesso ao bairro do Distrito Industrial.

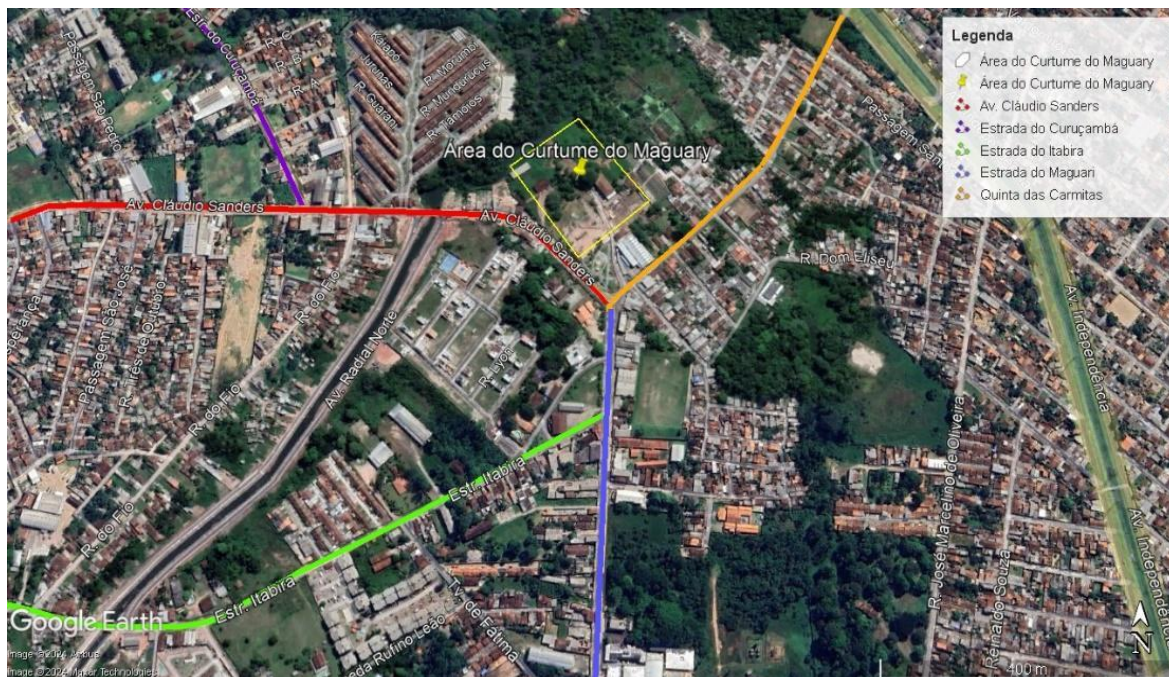
Figura 5 - Vila do Maguary



Fonte: LEÃO, 1999.

O principal responsável pela implantação do curtume, é o inglês Claude Whitfield Tyrrel Saunders e Arthur Davids. Segundo Leão (1999), Saunders era célebre, pensante e engenhoso e detinha conhecimentos no manuseamento financeiro e comercial, pois era representante do óleo Mobiloil, enquanto seu companheiro Davids dominava a técnica química, congnição necessária para o curtimento de pele de animais. Dado a essa motivação, partiram em busca de um lugar para realizar suas atividades e localização de morada de seus trabalhos, “graças à boa qualidade da água encontrada”, o rio Maguari (Leão, 1999). Na figura 6, conseguimos observar o local atualmente.

Figura 6 - Mediações do Curtume do Maguary



Fonte: *Google Earth Pro*. Adaptações da autora, 2024.

No curtume, foram erguidos imensos galpões de aço e montagens de modernas máquinas importadas da Inglaterra, tudo fora bem planejado e executado. O Curtume possuía variedade de produtos e era auto-suficiente, além de um açude com cerca de 500 metros de galerias, nas quais transportavam água para a preparação do curtimento do couro e abastecimento das caldeiras (Leão, 1999). A medida em que a empresa se desenvolvia na região, foram adquiridas terras advindas de proprietários em falência ou de locais circunvizinhos ao Curtume, diante disso, fez da grande indústria uma grande detentora de enorme área de terra, estas atualmente onde são localizados os conjuntos residenciais da Cidade Nova, Guajará e PAAR⁸ (Leão, 1999).

A partir da instalação do Curtume, concebeu-se uma nucleação ao entorno com moradias de trabalhadores da fábrica, mais tarde se torna a Vila Operária, depois denominada Vila Padrão e, por fim, Vila Maguari, que promoveram a instalação de equipamentos de assistência médica, educação, esporte e lazer (Ananindeua, 2006). Evidentemente, com isso, teve início a fundação do primeiro vetor de expansão do núcleo original relacionado à Estação da Estrada de Ferro de Bragança, originando a Estrada do Maguari, aberto em 1916 (Ananindeua, 2006).

⁸ É um termo formado a partir das iniciais dos quatro conjuntos habitacionais previstos para implantação junto aos conjuntos Cidades Novas e Guajará, não construídos. Dos quais seriam: Pará, Amapá, Amazonas e Roraima (Mendes, 2018).

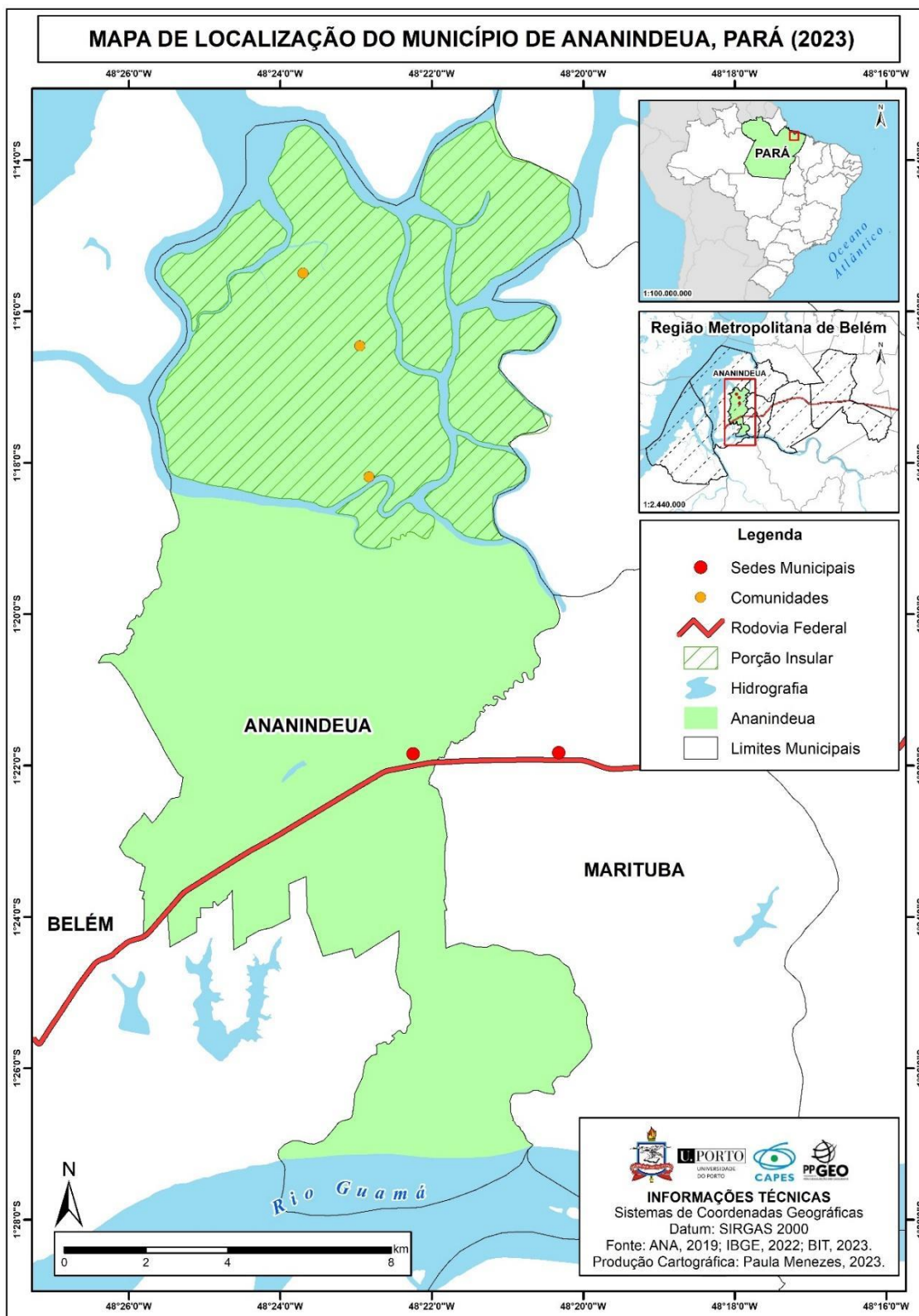
Sob esse aspecto, em escala local, diante do declínio da borracha na Amazônia brasileira entre os anos de 1920 ao final da década de 1950, com a continentalização da cidade de Belém, a implantação do Curtume Maguari e o funcionamento da EFB contribuíram para a produção de uma divisão social do espaço definido por diferenciações socioespaciais, sendo elas urbano e rurais, traduzindo em uma dinâmica campo-cidade em Ananindeua (Rodrigues; Sobreiro Filho; Oliveira Neto, 2018). Através disso, os primeiros indícios do crescimento urbano da cidade de Ananindeua e os seus usos territoriais provocados pela industrialização em paralelo ao evento condicionado à EFB, promoveu o desenvolvimento da nucleação central do município, no qual atualmente localiza-se a sede administrativa.

Com a dinamização do povoamento de Ananindeua, na década de 1938, por meio de ato do Governo do Estado do Pará, Ananindeua torna-se distrito de Belém⁹ e com a tendência do crescimento populacional, a cidade passa a ser transformada em município na década de 1943 (Mendes, 2018). Haja vista, dado a sua dinâmica de centro econômico-industrial, entre os anos de 1940 e 1950, Ananindeua passou a apresentar a condição de terceiro maior município do estado do Pará em número de indústrias, tendo o Curtume Maguari a sua mais expressiva representação, tido como um dos mais importantes estabelecimentos industriais do Norte do país (Rodrigues, J.; Rodrigues, L., 2021).

O território municipal de Ananindeua (Mapa 4) compreende a uma área de 485 km², situada na mesorregião e na microrregião de Belém, sendo limitado ao norte, ao sul e oeste pelo Município de Belém, a leste pelo Município de Benevides e Marituba (Ananindeua, 2006). O município integra a Região Metropolitana de Belém – RMB, oficializada pela Lei Federal de nº 14/08.06.1973 composta por Belém e Ananindeua (Mendes, 2018). Atualmente, a RMB é composta por: Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará, Castanhal e Barcarena. O nome do município tem o seu nome inspirado em uma árvore de Anani (*Symphonia globulifera*), de origem tupi que tinha como característica a produção de uma resina de cerol utilizada para lacrar fendas de embarcações, na qual existia em grande parte do território, sobretudo na região das ilhas (Ananindeua, 2023).

⁹ A emancipação se deu através do Decreto-lei nº 4.505, promulgado pelo interventor/governador Magalhães Barata. A sede municipal foi reconhecida como cidade em 1947, logo após contou como distritos: Ananindeua, Benevides, Benfica e Engenho do Araci (atualmente, compreende ao município de Santa Bárbara do Pará). (Ananindeua, 2023).

Mapa 4 - Localização do município de Ananindeua, Pará.



Fonte: IBGE (2020), ANA (2016). Elaboração: autora da dissertação, 2023.

Ao que corresponde o período entre os anos de 1960 a 1970, Rodrigues (2015) elucida que esse momento se sucedeu a transformações aceleradas no espaço regional amazônico, como resultado de um rápido processo de urbanização instigado pelo Estado, por meio de políticas de planejamento, a modo que objetivou a incorporação da Amazônia no contexto da divisão territorial do trabalho. Por sua vez, um contexto marcado pela decadência econômica da rede urbana dentríca e incorporação de uma “rede urbana complexa” conformando a composição e superposição de redes (rodoviárias, elétricas, hidrelétricas, urbanas, telecomunicações, etc.), caracterizando-se pelo avanço exponencial urbano e do meio técnico científico-informacional (Corrêa, 1987; Becker, 2001).

Na década de 1960, a capital paraense sofre com uma rápida expansão urbana e um expressivo crescimento populacional em decorrência da implantação da rodovia Belém-Brasília que ligava a cidade de Belém com o restante do país, e a partir disso há o declínio da importância da Estrada de Ferro de Bragança (Ananindeua, 2006).

Em vista disso, com a incorporação da rede urbana, houve o declínio da EFB diante do grande investimento na malha rodoviária passa a deixar de funcionar em 1964, logo no início do Golpe Civil-Militar (Quaresma; Maia, 2019). Embora sua desativação tenha mais de 50 anos, segundo Quaresma e Maia (2019), as estações foram abandonadas e ou refuncionalizadas para outros fins e os trilhos foram retirados para a adequação de seus usos, por outro lado, a memória coletiva constituída a partir da estrada de ferro ainda permeia a região integrando o patrimônio histórico local.

Como consequência disso, houve uma crescente demanda habitacional em todo o país e especificamente nos grandes centros metropolitanos e assim, são criados o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), além das Companhias Estatais de Habitação (COHAB's), nas quais colaboraram para o processo acelerado de expansão urbana na cidade de Belém, onde se sucedeu à Ananindeua, caracterizado por uma favelização intensa, constituído por loteamentos irregulares e invasões de áreas públicas e privadas (Ananindeua, 2006). Assim, instaurou-se dois vetores de expansão: 1) sentido Belém-Ananindeua às margens da rodovia federal BR-316; 2) na cidade de Belém, situado no trecho inicial da Avenida Augusto Montenegro sentido Centro de Belém-Região Norte (Ananindeua, 2006).

As transformações espaciais na escala da cidade de Ananindeua constituíram-se de um movimento contínuo de sucessivas modificações necessitam de uma leitura que permita pensar a um só tempo a unidade e a diversidade do urbano amazônico.

1.3. Urbanização do território e estruturação urbana (a partir dos anos 1970).

A urbanização do território amazônico induzida pelo Estado, produziu efeitos territoriais diversos tanto na escala metropolitana de Belém, quanto na escala do município e cidade de Ananindeua. O município de Ananindeua no início da década de 1970, os efeitos territoriais do fenômeno da dispersão metropolitana e detém de diversas proporções possibilitando uma análise complexa a respeito das novas configurações espaciais urbanas que surgiram nesse período, haja vista, que com a institucionalização das regiões metropolitanas a cidade passa a integrar a Região Metropolitana de Belém (RMB).

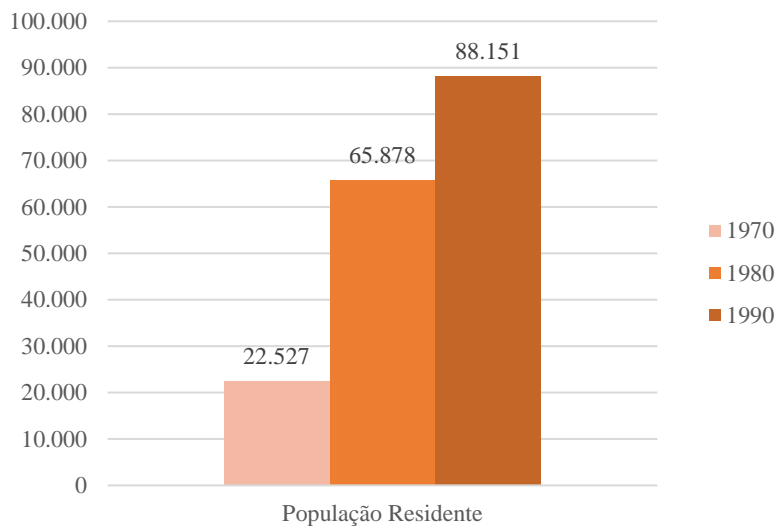
Com isso, há a produção de novas centralidades urbanas a partir dos novos padrões de organização espacial, dos quais foram suprimidas pelo processo de urbanização no território amazônico, não pautado mais exclusivamente nas dinâmicas ribeirinhas, tampouco, na dinâmica ferroviária e sim, passa a vigorar à uma dinâmica da cidade de “Beira de Estrada” , evidenciada a partir dos anos 1960 e 1970 (Rodrigues, 2020).

A urbanização no território amazônico se deu efetivamente entre as décadas de 1960 a 1980, diante de uma iniciativa geopolítica do Estado de modernidade acelerada da sociedade e do território nacional e com isso, mobilizou-se novos fluxos de mão-de-obra, capital e informação (BECKER, 2001). O povoamento na região amazônica, segundo Becker (2001), passou a ser de padrão concentrado e caracterizado às bordas de rodovias, separados por extensões florestais que gerou um grande arco de desmatamento. Em consequência disso, o avanço dos processos de urbanização do território e da rede urbana paraense colaborou na expressão na produção do espaço metropolitano belenense, dado ao crescimento demográfico e espacial das cidades de Belém e Ananindeua (Rodrigues; Sobreiro Filho; Oliveira Neto, 2018).

Em escala local, a cidade de Ananindeua passou por intensas transformações como produto da estruturação urbana e estruturação da cidade, que resultou em intenso crescimento demográfico, econômico e espacial (Rodrigues & Rodrigues, 2021).

Considerando esses aspectos, o gráfico 1 permite ilustrar a evolução do crescimento populacional do município de 1970 a 1990, demonstrando que entre as décadas de 70 e 80 o percentual de aumento se deu por cerca de 200%.

Gráfico 1 - Crescimento populacional de Ananindeua, 1970-1990.



Fonte: Censo do IBGE, 2022. Adaptações da autora, 2024.

O processo de estruturação da cidade, como expressão e resultado da dispersão do espaço metropolitano de Belém, induziu e contribuiu para a configuração de novas centralidades urbanas, tanto em áreas da Cidade Nova, quanto na instalação do distrito industrial após a consolidação da referida cidade à RMB, as quais obtiveram esses vetores de expansão horizontal estimulados a partir da localização de novos empreendimentos industriais e principalmente dos primeiros conjuntos habitacionais – ideologia propagada por governos militares – que atraiu um número significativo de pessoas para essas áreas (Silva, 2022).

Esse cenário se deu, diante da implantação de 600 casa iniciais do Conjunto Cidade Nova I, em 1977, um núcleo que possuía tendência a se consolidar e se expandir com a implantação de novas glebas de empreendimento habitacional, ao mesmo tempo, o eixo da Estrada do Maguari como vetor de expansão do núcleo urbano da sede municipal (Ananindeua, 2006).

Nas figura 7, podemos observar a fábrica de refrigerantes Garoto às margens da Rodovia BR-316 e logo, podemos observar o viaduto, atualmente conhecido como Viaduto do Coqueiro,

este que serve de entrada para os conjuntos Cidade Nova. É possível demonstrar as formas espaciais e estruturas estabelecidas a partir do processo de urbanização na década de 1980.

Figura 7 - Fábrica de Refrigerantes Garoto e BR-316.



Fonte: Acervo do IBGE, 1980.

Segundo Rodrigues (2017), o município de Ananindeua perpassa por uma organização interna da cidade, formando três núcleos centrais e de suma importância na estruturação da cidade:

Núcleo Cidade Nova, Núcleo político administrativo (compreende à área localizada nas proximidades do antigo Curtume do Maguary e onde é a sede do município, bancos, comércios e serviços) e o Eixo da BR-316 entre o quilômetro 1 ao quilômetro 4. A reestruturação da cidade, de acordo com Rodrigues, Sobreiro Filho e Oliveira Neto (2018), os núcleos urbanos de Ananindeua estão fortemente ligados a uma matriz rodoviária imposta pelo governo federal a partir da década de 1960, cujo fato contribuiu no processo de intensificação da metropolização do espaço e a produção das diferenciações e desigualdades socioespaciais.

2. URBANIZAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL.

2.1. Efeitos da urbanização na fragmentação socioespacial na escala metropolitana.

A nova urbanização do território brasileiro evidenciada a partir dos anos de 2000 vem produzindo manifestações particulares nas cidades amazônicas, sobretudo vinculadas a reconfiguração da rede complexa e constituição de heterarquias urbanas, conformando um mosaico de espacialidades diversas e desiguais (Sposito, 2023; Rodrigues, 2023).

Em escala regional, as cidades médias da Amazônia paraense, ganham projeção e visibilidade como expressão e resultado do processo de reestruturação urbano-regional, a partir de dinâmicas econômicas e espaciais vinculadas a atividades mineradoras, do agronegócio globalizado, da produção imobiliária, bem como, em razão do avanço de setores de comércio e serviços urbanos, com ações de redes econômicas internacionais como os Grupos ASSAI (Cassino) e ATACADÃO (Carrefour)(Costa & Rodrigues, 2022).

A dispersão metropolitana de Belém a partir de meados dos anos de 1970, impulsionou novas configurações espaciais urbanas e novos padrões de organização espacial em meio a um movimento contínuo de sucessivas modificações incorporadas no território (Trindade Jr, 1998). A produção do espaço metropolitano dá início diante a mundialização do capital, este que estabelece a hierarquização do espaço geográfico e nele são alicerçadas as atividades hegemônicas provocadas pela globalização, estas que majoritariamente encontram-se no espaço urbano e recebem influências e maiores investimentos do capital (Corrêa, 1995; Santos, 2013).

O início do século XXI constitui momento de profundas metamorfoses nas cidades metropolitanas amazônicas como São Luiz, Manaus e Belém. Tais metamorfoses estão associadas aos efeitos da urbanização. O processo de urbanização incompleta da sociedade e do território amazônico, nos termos de Santos (2005) incorreu na produção de tendências de fragmentação de cidades como Ananindeua, elemento que tem contribuído para a precarização da habitação, da mobilidade urbana, do consumo, do trabalho e do lazer, no cotidiano dos moradores das periferias desta cidade de porte médio.

Maricato (2013) evidencia que a expansão urbana ocorre em detrimento da modificação e do consumo do espaço, ou seja, com o gigantesco movimento consequente a construção das cidades, o uso e a ocupação do espaço urbano se dá por meio do amparo de infraestrutura urbana através da disponibilização de trabalho, transportes, saúde, energia, água.

Com isso, lançou-se mão das reformas urbanas realizadas entre o final do século XIX e o início do século XX, nas quais obtiveram evidência da formação periférica das cidades com o processo de “higienização” dos centros urbanos caracterizados pelo saneamento ambiental, embelezamento e segregação territorial dando bases legais ao mercado imobiliário de corte capitalista, ocorridas em diversas cidades, inclusive Belém (Maricato, 2013).

De acordo com Corrêa (1995), a cidade capitalista apresenta um conjunto de diferentes usos da terra sobrepostos uns sobre os outros, estes usos irão definir áreas como “[...] o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entres outras, aquelas de reserva de expansão.” (Corrêa, 1995, p. 7). Com isso, a organização da cidade (ou do espaço urbano), é de certo, um espaço fragmentado, sobretudo, articulado, por meio de relações espaciais que se integram em diferentes partes da cidade, especialmente no centro da cidade (ou nas centralidades?!). (Corrêa, 1995).

Fragmentada, articulada, reflexo e condicionante social, a cidade é também o lugar onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem. Isto envolve o cotidiano e o futuro próximo, bem como as crenças, valores e mitos criados no bojo da sociedade de classes e, em parte, projetados nas formas espaciais: monumentos, lugares sagrados, uma rua especial etc. O espaço urbano assume assim uma dimensão simbólica que, entretanto, é variável segundo os diferentes grupos sociais, etários etc. (Corrêa, 1995, p. 9)

À luz do espaço urbano fragmentado e articulado, o produto social oriundo de lutas e simbolismos, são o resultado de ações acumuladas ao longo do tempo e foram geradas a partir de agentes que produzem e consomem espaço (Corrêa, 1995). Pelo viés da fragmentação, Sposito (2022) compreende a fragmentação socioespacial¹⁰ como um processo multidimensional (também, multiescalar) e complexo, diante da infinidade de dinâmicas e transformações que por meio delas as relações entre a sociedade e o espaço são reorientadas, redefinindo as práticas espaciais e os usos do tempo urbano.

Quanto ao plano de estruturação do espaço metropolitano de Belém, segundo Silva (2022), até meados da década de 1950, a cidade de Belém não obtinha ocupação nas áreas de baixadas, região comumente considerada sem infraestrutura urbana, foram priorizadas áreas com cotas

¹⁰ Segundo Sposito (2022), as transformações na estruturação do espaço metropolitano provocam alteração nas práticas espaciais cotidianas dos cidadãos e estes estão sujeitos às mudanças da metrópole, a adjetivação “socioespacial” à lógica urbana fragmentária é utilizada para contemplar esse processo.

altimétricas mais elevadas. No entanto, a cidade se densificou em vários setores, até mesmo dos terrenos de cotas mais baixas, momento este que a malha urbana se expandiu para as localidades que eram consideradas distantes, bem como, a rodovia Augusto Montenegro (Eixo Belém-Icoaraci) e para a BR-316 e estrada do coqueiro (Eixo Belém-Ananindeua), ultrapassando a primeira légua patrimonial que compreende uma área de aproximadamente 4.100 hectares, constituído pelo patrimônio fundiário inicial do município (Silva, 2022; Trindade Jr, 1998).

Diante do movimento de expansão da franja urbana motivada por empreendimentos industriais e de conjuntos habitacionais, Trindade Jr (1998) evidencia que esse processo corroborou para o alcance da segunda légua patrimonial¹¹, cenário que definiu uma forma metropolitana diante da intensidade da urbanização e o aumento da malha urbana, inclusive uma significativa concentração populacional.

Sendo assim, houve a expansão da malha urbana, detendo de um crescimento demográfico exponencial a partir das décadas de 70/80, se intensificando nos anos 90 e potencializado nos anos 2000 até os dias atuais (Tabela 1). Isso se deu, face ao desmembramento de Ananindeua do município de Belém, dado ao processo de fragmentação político-institucional semeada pela institucionalização da Região Metropolitana de Belém (RMB)¹². No decorrer dos anos, foram incluídos mais municípios à RMB, como: Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará, Castanhal e por último, no ano de 2023, a cidade de Barcarena passa a ser incorporada com a Lei Complementar nº 164, de 5 de abril de 2023, articulando-se à dinâmica urbana metropolitana.

A fragmentação político-institucional, segundo o relatório de estudo da RMB do SEDOP (2018), promoveu a incorporação de mais municípios às RMs, impulsionados pela necessidade de integração das ações de planejamento, gestão e execução a partir das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) que favorecia a ampliação das regiões metropolitanas. Como resultado disso, surgiram aglomerados urbanos e regiões metropolitanas que possuíam fortes diferenças econômicas ou sociais entre os municípios (SEDOP, 2018).

¹¹ No final do século XIX, o governo do Estado doou a 2ª légua patrimonial e fora acrescentada à primeira légua (TRINDADE JR, 1998).

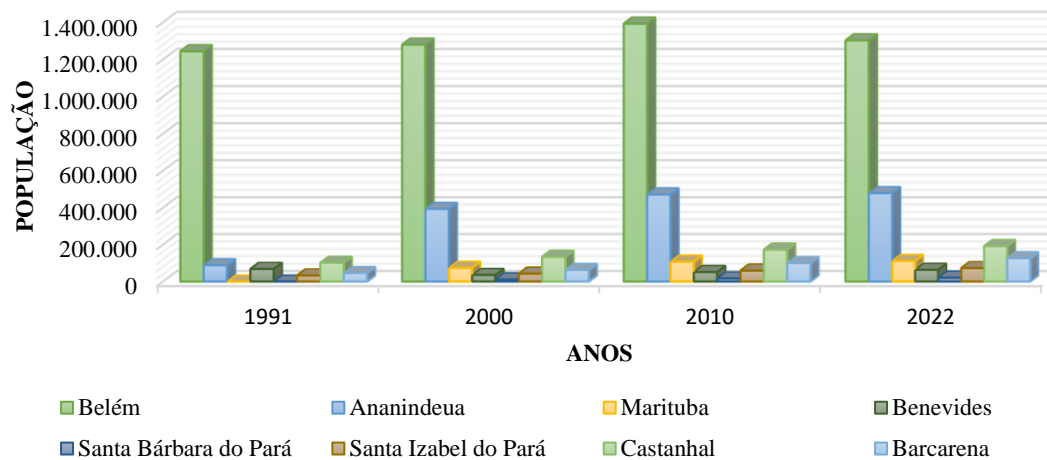
¹² Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973.

Tabela 1 - População Residente RMB.

Região Metropolitana de Belém (RMB) – População Residente (1970-2022)								
Ano	Belém	Ananindeua	Marituba	Benevides	Santa Bárbara do Pará	Santa Izabel do Pará	Castanhal	Barcarena
1970	633.374	22.527	-	13.867	-	15.848	37.910	17.498
1980	933.280	65.878	-	22.315	-	24.044	65.246	20.015
1991	1.244.689	88.151	-	68.465	-	33.329	102.071	45.946
2000	1.280.614	393.569	74.429	35.546	11.378	43.227	134.496	63.268
2010	1.393.399	471.980	108.246	51.651	17.141	59.466	173.149	99.859
2022	1.303.403	478.778	111.785	63.567	21.087	73.019	192.256	126.650

Fonte: Censos do IBGE, 1970-2022. Elaborado pela autora, 2024.

No Gráfico 2, podemos identificar a tendência do crescimento populacional dos municípios da RMB e fizemos o recorte a partir dos anos 90, haja vista que demais municipalidades passaram a serem inseridas no contexto metropolitano. Entretanto, não há um percentual significativo de aumento demográfico para além de Belém e Ananindeua, haja vista que os demais municípios ainda são caracterizados por obter uma população majoritariamente vinculada à uma perspectiva rural, sendo as cidades de Belém e Ananindeua a estarem nas circunstâncias da produção e consumo do espaço, ora destacada pela concentração de atividades comerciais, de serviços, industriais, áreas residenciais, etc.

Gráfico 2 - População Residente da RMB (1990-2022).

Fonte: Censos do IBGE, 1970-2022. Elaborado pela autora, 2024.

Nos anos 2000, as condições espaciais do espaço metropolitano belenense, Rodrigues, Sobreiro Filho e Oliveira Neto (2018), evidenciam o marco de sucessões de rupturas e metamorfoses espaciais relacionadas ao processo de *urban sprawl*, como um produto da mundialização do capital e de metropolização do espaço associado ao avanço de novos agentes econômicos passando a se territorializar em áreas próximas dos eixos da BR-316 e Augusto Montenegro, o que gerou a desterritorialização e reterritorialização de populações que viviam às margens destes eixos.

Nesse contexto, Costa e Santos (2020) ressaltam que essa dispersão estendida e ampliada no tecido urbano, corresponde a dinâmica de racionalização e homogeneização do uso do solo, entretanto carrega em si o passo da fragmentação e da diferenciação socioespacial marcado pela potencialização de novas dinâmicas dos fluxos e interações entre o centro metropolitano e a sua influência nos núcleos urbanos. Com isso, a expansão da RMB tem se complexificado nos últimos anos em virtude das mudanças de padrão de uso do solo, produção da habitação, oferta de serviços, comércio e que são circunscunciadas pela expansão da infraestrutura viária e de objetos de consumo como: shopping centers, hipermercados e centrais atacadistas (Costa; Santos, 2020).

Segundo Mendes (2018), o crescimento da cidade de Belém tem assumido características que permitem identificar uma nova etapa do processo de metropolização e a formação de um complexo metropolitano fragmentado, nessa circunstância um dos elementos que contribui é a financeirização urbana e imobiliária diante da propagação de espaços fechados e pela atuação intensiva do capital imobiliário, no qual favorece a formação de espaços de auto-segregação, onde se impõe de forma adjacente nos quadros de pobreza e precariedade urbana inerentes à metrópole paraense.

No caso de Ananindeua, assim como em muitas cidades médias brasileiras, o processo de fragmentação socioespacial é sinalizado através da existência desses espaços urbanos em forma de mosaicos, bem como, também, a existência de suas contradições espaciais estabelecidas por meio das práticas espaciais (mobilidade, habitar, trabalho e consumo).

Esse processo se evidencia, a partir das desterritorializações e reterritorializações no contexto de produção e consumo desigual na/da cidade, apresentando em suas especificidades, diferentes paisagens urbanas marcadas por dinâmicas capitalistas associadas a produção imobiliária, comércio e serviços (*Shopping Centers*, condomínios fechados, etc.) (Rodrigues; Sobreiro Filho; Oliveira Neto, 2018) criando novas centralidades urbanas associadas ao voraz

processo de reestruturação urbana da cidade.

Em contraponto ao intenso processo de reestruturação urbana amazônica e reestruturação da cidade de Ananindeua em sua porção continental, a uma dinâmica rural ribeirinha insular, inserida tanto no processo de fragmentação socioespacial de produção e consumo da cidade de Ananindeua, apresenta um mosaico de paisagens dotadas de urbanidades e ruralidades, de ações e relações, de práticas espaciais insurgentes que revelam ou permitem revelar territórios de moradia popular, nas quais a população ribeirinha vem sofrendo os efeitos territoriais da fragmentação socioespacial, em seu modo de vida.

As referidas populações tradicionais moradoras desta porção insular de Ananindeua tem sofrido uma série de privações e limitações do ponto de vista do usufruto do direito à cidade. Dentro desta perspectiva, a (i)mobilidade urbana e habitacional revela-se a partir da inexistência de transporte público ou coletivo para a referida porção insular.

Com relação a isso, na figura 8, podemos observar estas contradições espaciais que revelam o processo de transformação urbana mais ao norte do município. Estão retratadas diferenciações espaciais que ao longo do tempo tem consumido na paisagem urbana de Ananindeua, para além dos centros urbanos, a financeirização imobiliária tem alçado os horizontes em direção às periferias da cidade provocando espaços de segregação e autosegregação.

Figura 8 - Diferenciações espaciais de Ananindeua-PA.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo em jan. 2023.

O processo de expansão imobiliária às margens do Rio Maguari e da Estrada do Curuçambá, esta que obtivera em certo momento uma característica rural e em outra, o

deslocamento de moradores das ilhas de Ananindeua no Porto do Surdo, porto “improvisado” e de propriedade privada situado a aproximadamente 750 metros do empreendimento, revelando as desigualdades e diferenciações espaciais que refletem nas práticas espaciais e o direito à cidade dos indivíduos que os dificultam de ter acesso às infraestruturas e aos serviços urbanos.

2.2. A reestruturação urbana e a formação de novas centralidades na cidade de Ananindeua.

A reestruturação urbana da cidade de Ananindeua evidenciado a partir dos anos de 2000, segundo Rodrigues (2020), é resultado do processo de metropolização de Belém dado à nova divisão territorial do trabalho, que repercutiu nas dinâmicas demográficas, econômicas, políticas e espaciais que passaram a se expressar nas formas e estruturas da cidade, como resultado da sucessão e coexistência da produção do espaço da cidade.

A partir do final dos anos de 1990 e início dos anos 2000, surgiram novas expressões da centralidade urbana incentivada pela centralização dos segmentos econômicos de comércio e serviços em eixos, considerados complementares e articulados na escala da cidade e da RMB, como: 1) BR-316; 2) Rodovia Mário Covas; 3) Arterial 18; 4) Estrada do Maguari; 5) Avenida Independência (Rodrigues, 2020).

À luz da discussão acerca de centro e centralidade, Sposito e Lozano (2021), o centro da cidade e a centralidade formam um par dialético com o locais comumente definidos pela periferia, no qual se estabelecem relações de hierarquia por causa das localizações e dos tipos de uso do solo. Considerando Lefebvre (2006), isso se dá diante da espacialização do novo modo de produção (a nova sociedade) que se apropria e o organiza para seus próprios fins a partir de um espaço preexistente. “Modificações lentas penetram numa espacialidade já consolidada, mas às vezes subvertem com brutalidade” (Lefebvre, 2006, p. 13).

Desde as estradas de ferro às rodovias, desempenharam um papel primordial na espacialização do capitalismo e na organização do espaço nacional e mundial, a organização do espaço e do modo de produção geram para si os resultados (Lefebvre, 2006). “A organização do espaço centralizado e concentrado serve ao mesmo tempo ao poder político e à produção material, otimizando os benefícios. Na hierarquia dos espaços ocupados as classes sociais se investem e se transvestem.” (Lefebvre, 2006, p. 14).

Segundo Sposito e Lozano (2021), a relação hierárquica entre as localizações e uso do solo se dá diante do tipo de utilização do solo inerente à localização das atividades e ou das moradias, estas que seguem suas próprias lógicas ou da lógica do modo capitalista de produção. Para Sposito (2018), as “áreas centrais” da cidades são àquelas vinculadas às atividades comerciais e de serviços, estas áreas são espaços que sustentam a constituição de centralidades, mas não são consideradas o mesmo que elas. A centralidade não pode ser constituída como um lugar ou uma área da cidade, mas uma condição e expressão de central que uma área pode exercer e representar (Sposito, 2018).

A multiplicação de áreas de concentração de atividades comerciais e serviços revela-se através de nova espacialização urbana, permitindo-nos identificar o conceito de *centro* prevalentemente à dimensão espacial da realidade. [...] Essa redefinição não pode, no entanto, ser analisada apenas no plano da localização das atividades comerciais e de serviços, [...] mas deve ser estudada a partir das relações entre essa localização e os fluxos que ela gera e que a sustentam. Os fluxos permitem a apreensão da *centralidade*, porque é através dos nódulos de articulação da circulação intra e interurbana que ela se revela [...]. (Sposito, 2001, p. 238 *apud* Sposito, 2018, p. 73).

Nessa perspectiva, Sposito (2001) considera que não há centro sem que se revele sua centralidade, bem como, essa centralidade não se expressa sem que uma concentração se estruture. Com isso, é necessário compreender as articulações entre as sucessões, a modo de que possa vislumbrar do que é central, e as coexistências mais apropriadas para ler a centralidade, pois a partir delas somos capazes de analisar a definição das estruturas espaciais e as práticas espaciais à medida que a cidade se redefine (Sposito, 2018).

Os centros urbanos, segundo Sposito (1991), são a expressão das atividades e categorias sociais em sua dimensão espacial, ou seja, os centros urbanos são a organização espacial da configuração, o intercâmbio e da coordenação na relação com o processo da divisão social do trabalho. Em escala metropolitana, a expansão dos centros é relacionado ao crescimento populacional em que certo momento afasta sua população residencial em vista de uma transformação voltada às estratégias de comércio e serviços, esse processo de expansão provocou o cenário da formação de sub-centros diante do crescimento territorial obtendo as mesmas características, a modo que isso se traduz na configuração de eixos estruturantes e na constituição de centralidades (Sposito, 1991).

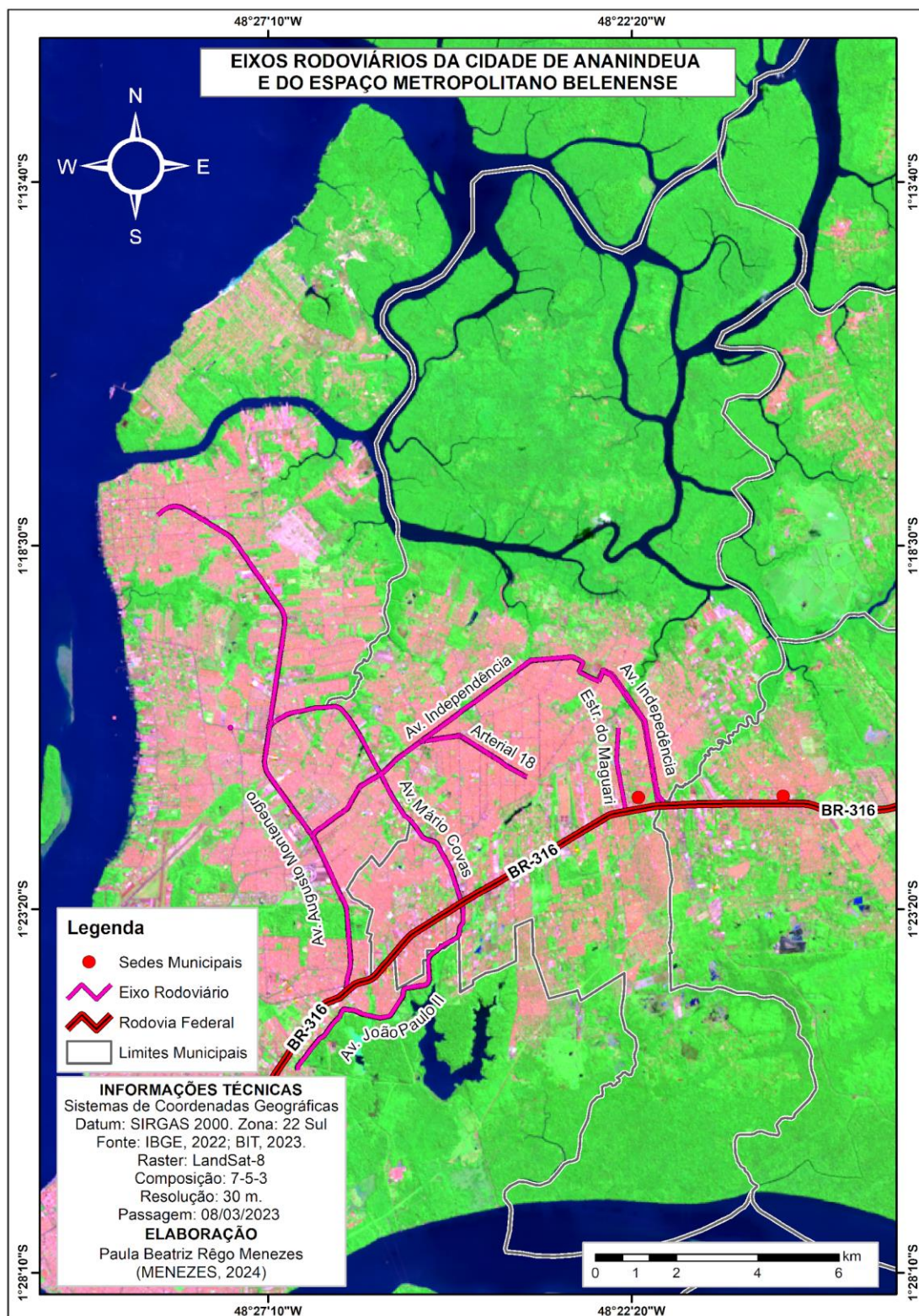
Sposito (2018), ressalta que a constituição da centralidade e a apropriação dos centros são capazes de montar uma separação à medida que, também, segrega tendo em vista que as possibilidades de ir e vir, se apropriar e viver nos espaços não são as mesmas para todos, há situações-limite, são elementos que possamos apreender acerca da segregação socioespacial.

Para discutir acerca das centralidades urbanas de Ananindeua, nos alicerçados na pesquisa de Rodrigues (2020), haja vista, o trabalho é eminentemente pioneiro e de grande importância para que possamos vislumbrar e caracterizar as nuances do processo de fragmentação socioespacial da cidade e do município de Ananindeua.

A autora define que as metamorfoses relacionadas ao processo de metropolização, reestruturação urbana e da cidade de Ananindeua apresentam novas formas de uso e ocupação do solo que assim, provocam novos arranjos espaciais. A respeito disso, a cidade passa por um intenso processo de valorização do solo urbano, tal como a especulação imobiliária (evidenciada anteriormente pela figura 8), a criação de *shoppings centers*, bem como, o Metrôpole Ananindeua, além de hipermercados, como o grupo Mateus, Atacadão BR, do grupo Carrefour e Assaí (Rodrigues, 2020).

Rodrigues (2020), considera que a cidade de Ananindeua apresenta sua expressão urbana através dos eixos rodoviários, exercendo maior centralidade no contexto da cidade e do espaço metropolitano belenense por meio entrecruzamento das rodovias BR- 316, Rodovia Mário Covas, Avenida Independência, Avenida João Paulo II e a Rodovia Augusto Montenegro. À proporção que se estabelece os eixos viários, há uma intensificação da urbanização nas bordas do município e demonstra com clareza a evidencia do tecido urbano sobre o tecido rural e/ ou agrícola, não obstante a coexistência de ambos em determinados espaço-tempos da cidade e com isso, revelando uma paisagem urbana constituída por elementos particulares do encontro e o desencontro de múltiplas territorializações (Rodrigues, 2020). No mapa 5, é possível identificar essa relação.

Mapa 5 - Eixo Rodoviário.



Fonte: Adaptações da autora com base em Rodrigues (2020).

Conforme Rodrigues (2020), o eixo da rodovia federal BR-316 exerce uma relevância na dilatação da malha urbana e a valorização da terra urbana do município de Ananindeua. Esse processo é mediado desde a EFB, embora intensificado com a inserção das rodovias no contexto dos anos 70, demonstrando que fora espacializado no território a possibilidade de acesso de pessoas, mercadorias e informação como resultado da estruturação do espaço urbano motivando a criação e recomposição de centros, bem como a formação de novas centralidades de comércio e serviços (Rodrigues, 2020).

Sob essa ótica, a cidade passa a assumir novas configurações, por meio de uma característica policêntrica, como bem explicitado por Sposito (2018), diante de uma nova concentração comercial e de serviços nas cidades que influenciam na “perda” da importância do centro comercial tradicional, no qual tende a dar lugar ao aparecimento de subcentros e eixos comerciais e de serviços, embora o centro principal ainda exerça centralidade no conjunto da cidade. Em Ananindeua, isso se traduz a partir da espacialização do capital imobiliário de diversos padrões e a presença de hipermercados de capital nacional (Rodrigues, 2020).

Sposito (2018), ressalta que as escolhas locais no cenário da policentralidade, são orientadas por uma cidade que já existe, haja vista, que esta detém infraestruturas e sistemas que garantem a mobilidade por obter mais pessoas circulando e alta acessibilidade. Por isso, considera que “As novas escolhas, aquelas realizadas pelas grandes incorporações responsáveis pela implantação das novas superfícies comerciais e de serviços, não procuram a cidade, mas esperam e realizam ações para que a cidade e os cidadãos as procurem.” (Sposito, 2018, p. 78).

Com isso, Rodrigues (2020) evidencia que o processo de reestruturação da cidade de Ananindeua parte da centralidade exercida por agentes econômicos de comércio e serviços, bem como, um espaço cada vez mais homogêneo.

Nessa perspectiva, o processo de homogeneização do território ananindeuense é facilmente identificado em elementos da sua paisagem urbana, quando torna-se cada vez mais comum nos depararmos com a presença de grandes edifícios comerciais, *shoppings centers*, filiais de grandes corporações nacionais e internacionais, condomínios que mais assemelham-se a “mini cidades”, dada a variedade e quantidade de serviços ofertados dentro de suas dependências. Além dos padrões de violência, consumo e comportamento que oferecem à cidade e, sobretudo aos eixos centrais de Ananindeua uma feição cada vez mais homogênea quando comparada a outras cidades do Brasil e do mundo. (Rodrigues, 2020, p. 85)

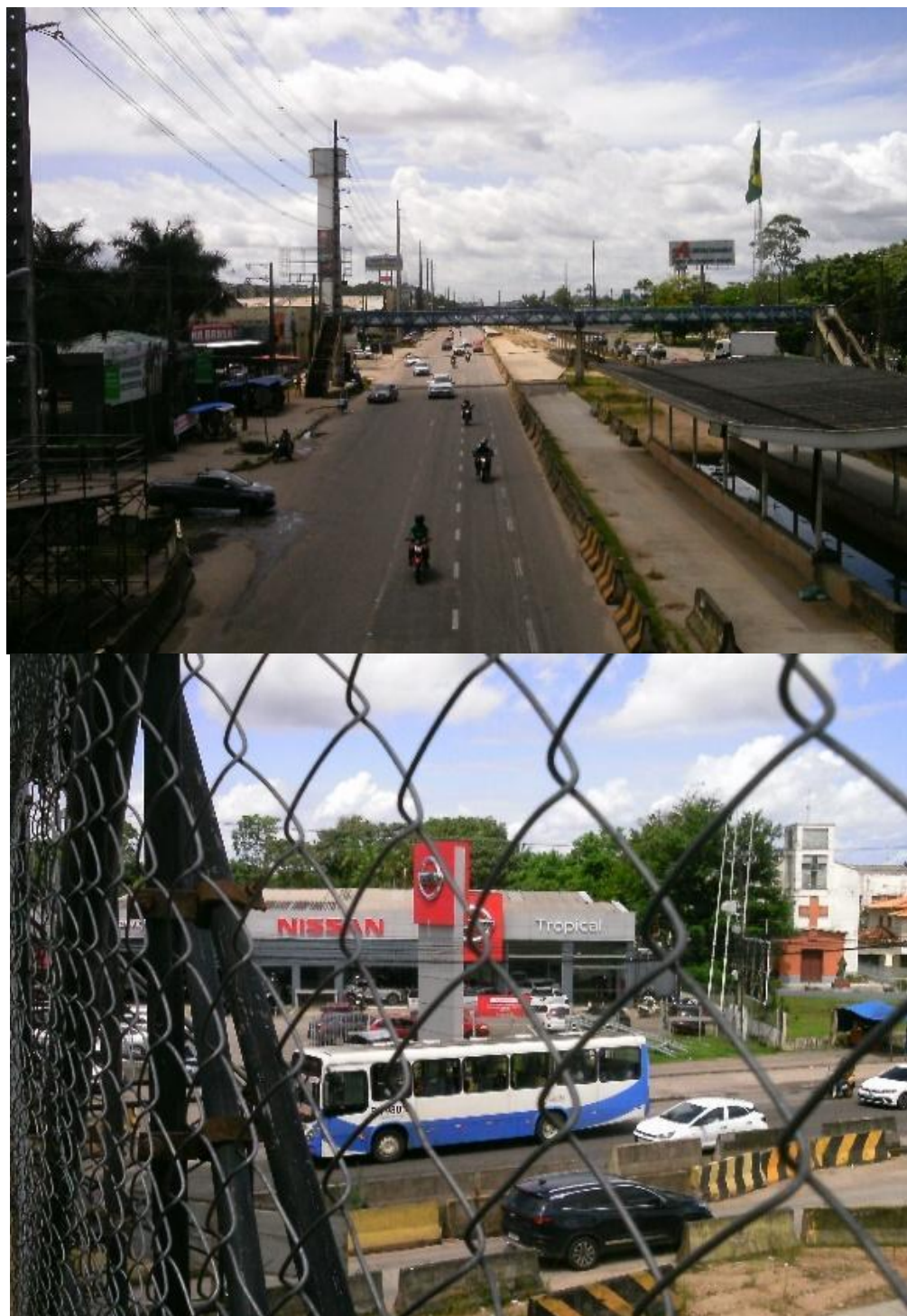
Sob essa ótica, Sposito (2018) considera a superação da lógica “centro-periferia”, leva-se em conta a partir do momento em que orientou o crescimento da malha urbana e a divisão econômica e social do espaço da cidade no século passado. Como resultado disso, há uma redefinição do processo de estruturação da cidade à luz de uma reestruturação, se justifica doravante a reorientação de escolhas locais motivadas pelos novos agentes econômicos, o que nos leva a novos padrões comerciais e estes, dispostos a um distanciamento que não predomina mais nas “periferias dos mais pobres” dado à nova condição espacial mais limitada, considerando as dificuldades de locomoção por transporte público (Sposito, 2018).

Rodrigues (2020), observa que a cidade de Ananindeua é compreendida a modo que se destaca as desigualdades socioespaciais e os interesses econômicos. A autora ressalta o processo tipologias de centro para pensar a cidade de Ananindeua e os caracteriza por eixos estruturantes por centros que revelam centralidades urbanas e comerciais, como: 1) Eixo da Rodovia Mário Covas – forte presença de motéis e concessionárias; 2) Eixo da Arterial 18 – pela manhã comércio e serviços e a noite, entretenimento, bares e restaurantes; 3) Eixo BR-316 – em parte, destinado a comércio e serviços automotivos, mas que detém de grandes terrenos especulativos (Rodrigues, 2020).

Na Figura 9, podemos observar o eixo da BR-316 km 03, neste trecho há a presença de hipermercados como o Atacadão – hoje dando lugar ao que antes era o supermercado Makro não resistindo às pressões aos concorrentes Assaí e Atacadão –, a presença de um dos polos da Universidade da Amazônia (UNAMA), instituição de caráter privado; alguns comércios informais e restaurantes; concessionárias FIAT, NISSAN e JEEP; um centro de distribuições automotivas da HONDA e atualmente, conta com a obra de estruturação do BRT Metropolitano (Sistema Troncal de Ônibus) iniciado em 2019.

A partir disso, refletimos que há grande tendência de crescimento da centralidade estruturada pelo eixo BR-316, tendo em vista que com a obra de estruturação do BRT Metropolitano, promoveram a sistematização da construção de novas vias que interligam os bairros situados ao norte do município à rodovia, bem como, a Avenida Ananin e a Avenida Radial Norte, as quais têm contribuído para a mobilidade urbana da cidade. Entretanto, esse processo estimula novas predisposições à especularização imobiliária, comercial e de terrenos especulativos, como Rodrigues (2020) ressalta em sua pesquisa.

Figura 9 - Empreendimentos BR-316 km 03.



Fonte: Acervo da autora, 2024.

2.3. A fragmentação da cidade e dos territórios insulares de Ananindeua?

Nessa conjuntura, torna-se importante refletir acerca do processo de homogeneização e hierarquização do território da cidade e do município de Ananindeua, haja vista, que espaço urbano desta cidade está circunscrita no contexto da reestruturação urbana e condicionada a manifestação de novas centralidades comerciais e de serviços (Rodrigues & Rodrigues, 2021).

Dada a óptica principal desta pesquisa, compromissada em compreender as práticas espaciais dos moradores da porção insular norte de Ananindeua no contexto da cidade, nos direciona a seguinte pergunta: a população insular consome e tem plenamente o acesso à cidade?

Dado esse momento, Vitte (2010) considera que as cidades têm sido para muitos um sinônimo de privilégios, onde as relações individuais e sociais são marcadas pela exclusão e sobretudo reguladas pela lógica do mercado. Nesse contexto, a autora faz uma reflexão muito importante em relação aos apontamentos de Henri Lefebvre, o qual aborda a crescente lógica do valor de troca e valor de uso na produção do espaço urbano, sendo que “a lógica relevante para os indivíduos é a de valor de uso, essencial na vida cotidiana, no tempo-espaço vivido e percebido pelos habitantes da cidade” (Vitte, 2010, p. 80)

Em sua visão, Vitte (2010) considera que há muitos desafios para a gestão urbana no que tange relacionar a cidadania e a qualidade de vida como meios de ação, visto que o âmbito da cidade as relações sociais têm sido marcadas pela produção capitalista. Ainda em Vitte (2010), a autora considera que mesmo obtendo a ideia de avanço da cidadania, há o recuo dela diante da caracterização de alguns espaços públicos, onde:

[...] demonstrada nas dificuldades de certos grupos sociais em acessar os equipamentos urbanos e de usufruir dos diferentes espaços que a cidade oferece, recuo esse condicionado em parte pela própria produção da cidade sob a economia capitalista, cuja marca é a crescente segregação socioespacial. Assim, procuramos mostrar que esse recuo da cidadania aumenta a segregação sócio-espacial e diminui a tolerância com a diversidade. (Vitte, 2010, p. 81)

Harvey (2014) explica que essa dinâmica se dá pela “morte” da cidade tradicional através do desenvolvimento capitalista “descontrolado”, mediante da sua indeterminável necessidade de usufruir da acumulação descontrolada de capital promovendo o crescimento urbano desordenado, sejam quais forem suas consequências sociais, ambientais ou políticas. Por meio dessas

considerações, Benach (2017) revela que as desigualdades tanto sociais quanto espaciais inseridas no capitalismo global, onde estão mais presentes no espaço urbano e aborda sobre a seletividade espacial a partir dos investimentos adotados pelas políticas neoliberais no consumo do espaço urbano destacando a supervalorização de alguns espaços em detrimento de outros. Além disso, o “neoliberalismo se sustenta” e com isso as políticas urbanas tendem a continuar ofuscadas “[...] buscando um modelo de cidade competitiva, internacionalizada, com a capacidade de atrair investimentos de todo tipo como solução a seus problemas.” (Benach, 2017, p. 21).

Segundo Carlos (2017) através de seu movimento de produção-reprodução, o espaço urbano detém de um embate entre o valor de troca (fonte de realização do lucro) e valor de uso (a vida urbana através do uso dos espaços-tempos, por sua essência improdutiva dada à lógica do capital). De certo, sob esse aspecto, o capitalismo realiza o que é de sua praxe, a concentração da propriedade privada da riqueza assentada na divisão da sociedade em classes sociais e por meio disso, o processo de reprodução social da cidade tende a se definir pelos limites das propriedades privadas (Carlos, 2018).

Carlos (2017) considera que essa contradição (uso/troca) se desdobra em diversas formas de precarização das esferas vida cotidiana e a partir disso, a reprodução do espaço urbano, diante a lógica da acumulação capitalista, redireciona outro ponto que a fundamenta: “a desigualdade dos indivíduos na sociedade vivida concretamente através dos modos de apropriação diferenciados da cidade para a realização da vida. A produção da cidade como valor de troca e sua consequente integração ao processo de valorização [...]” (Carlos, 2017, p. 35).

A esse respeito, Sposito (2018) considera que o conceito de segregação socioespacial não é suficiente para tratar as relações entre as formas radicais e aprofundadas da segmentação socioespacial diante da tendência da diversificação e diferenciação das áreas de bens de consumo e serviços, elementos que constituem a “multi(poli)centralidade” urbana. Por sua vez, a fragmentação é uma intensificação e uma complexificação de diversos processos entre eles o de segregação, tendo em vista que as separações socioespaciais se aprofundam e demarcam segmentações no espaço urbano – como os empreendimentos imobiliários –, há a diversificação dos espaços de consumo, novas práticas e percursos urbanos que geram outros tipos de segmentação que se inserem nas esferas da vida urbana, desta forma adota-se a ideia de fragmentação socioespacial (Legroux, 2021; Sposito 2018).

Para compreender a fragmentação socioespacial, formula-se a proposta de uma análise dialética que situa o entendimento da fragmentação socioespacial na interseção entre os determinantes do funcionamento atual do capitalismo, por um lado, e as práticas espaciais, o cotidiano urbano de indivíduos, por outro lado. Em outras palavras, a fragmentação socioespacial, nesta mediação, precisaria ser compreendida de cima – o “sistema capitalista” e a “urbanização planetária” – (de onde vem, para simplificar) e de baixo, isto é, a partir da análise empírica das práticas espaciais (como se manifesta, como é capturada). É nesta tensão, nesta mediação entre universal/particular, nesta dicotomia entre o “sistema” e as “práticas espaciais” dos indivíduos, grupos sociais e agentes, que a fragmentação socioespacial pode ser entendida na sua complexidade. (Legroux, 2021, p. 241).

Sobre isso, Rodrigues & Rodrigues (2021) evidenciam as metamorfoses da produção territorial da cidade de Ananindeua, relevadas à sua condição de poli(multi)centralidade caracterizada pela sua configuração de cidade porte médio. Isso se traduz, segundo os autores, quando se considera o espaço vivido, por meio das práticas espaciais e experiências da população que resgatam memórias, as quais inferem as dinâmicas, significados, relações, conflitos e contradições na produção das centralidades da cidade nos últimos anos. Do mesmo modo, em que estas mesmas dinâmicas e relações são ressignificadas diante às novas lógicas associadas ao consumo do espaço urbano.

Serpa (2020) salienta que as metrópoles contemporâneas, principalmente no Brasil, com a fragmentação do tecido sócio político espacial e a formação de enclaves territoriais no tecido urbano, possuem tendências à sofisticação das formas de segregação e autosegregação dos habitantes. Haja vista, que esses enclaves formam bairros planejados com urbanização de *status*, circuitos exclusivos, cada vez mais restritos, de residências (condomínios), lazer e consumo (Serpa, 2020).

No plano da cidade de Ananindeua, podemos observar estas questões, mesmo através dos espaços públicos, detém formas de segregação, a fim de atender determinadas classes sociais. Na figura 10, podemos observar os espaços do Parque Cultural Vila Maguary, produto da construção de obra pública pela gestão municipal que otimizou a área onde se iniciou o primeiro núcleo urbano de Ananindeua findado pelas mediações do Curtume do Maguary, por Saunders & Davids em 1916.

Através dos registros fotográficos, o espaço público nos chamou atenção diante a presença de restaurantes dentro do parque, os quais evidentemente possuem um público alvo de maior e/ou médio poder aquisitivo. As dependências do casarão simbólico construído para abrigar a indústria de curtimento no século XX, atualmente conta com um restaurante local cuja inspiração é na cidade de Dubai.

Além disso, há a presença de uma cafeteria anexa ao novo Teatro Municipal de Ananindeua que possui, nas suas dependências, assentos e uma varanda que permite ampla visão do campo aberto do parque. Também, há a existência de uma sorveteria regional, nas proximidades. Reitera-se, a lógica de consumo restrito à determinadas classes sociais, constituídas de relações de segregação.

Figura 10 - Diferenciações espaciais em espaços públicos, Parque Cultural Vila Maguary.



Fonte: Acervo da autora, 2024.

Não obstante, para se obter acesso à aquisição de produtos de consumo, de lazer e alimentícios, por valores mais acessíveis às classes populares, é necessário que o visitante possa sair do parque para que se possa consumir. Como bem representa a última imagem da figura 10.

Utilizamos este espaço público como exemplo, para que do ponto de vista prático, possamos compreender as especificidades da produção territorial da cidade de Ananindeua e seus emblemas face à fragmentação socioespacial, não apenas vinculados à lógica de espaços fechados e privatizados. Mas como, também, a fragmentação socioespacial “costura” as vivências do cotidiano dos indivíduos, pouco, talvez, percebido pelos cidadãos, manifestando-se através das desigualdades socioespaciais.

Reiteramos Serpa (2020), pela ótica de que o espaço público se torna “privatizado” através de barreiras simbólicas, por vezes invisíveis, convertendo-se em uma justaposição de espaços privatizados divididos em diferentes grupos. A partir disso, o autor, aponta que a acessibilidade generalizada passa a ser cada vez mais limitada e controlada, simbolicamente. “Os usuários do espaço contibuem [...] para a amplificação da esfera privada no espaço público, fazendo emergir uma sorte de estranhamento mútuo de territórios privados [...]” (Serpa, 2020, p. 36).

Portanto, para analisarmos os efeitos da fragmentação socioespacial dos territórios insulares em relação a cidade de Ananindeua, é necessário que façamos a reflexão acerca das dinâmicas espaciais exemplificadas neste item, para que haja a compreensão das práticas espaciais da população da comunidade de João Pilatos – sujeitos que destacamos como centrais nesta pesquisa – pelo ponto de vista das dimensões empíricas supracitadas anteriormente por Legroux (2021), das quais elegemos pelo viés do habitar, da mobilidade, do trabalho e do consumo.

3. FRAGMENTAÇÃO DA CIDADE E PRÁTICAS ESPACIAIS: PERCEPÇÕES E INTERPRETAÇÕES A PARTIR DO OLHAR RIBEIRINHO.

3.1. Práticas espaciais da mobilidade habitacional ribeirinha, face à fragmentação da cidade.

A cidade de Ananindeua é o resultado da acumulação de inúmeras coexistências de tempos histórico-geográficos, de interações espaciais diante do espaço-tempo, as quais permitiram profundas transformações nas estruturas espaciais da cidade, fato que contribuiu para o avanço do processo de fragmentação socioespacial em face da reestruturação urbana e reestruturação da cidade, hierarquizada e homogeneizada. Esse acúmulo, é produto dos processos espaciais e das práticas espaciais¹³ constituídas por forças atuantes geradas ao longo do tempo que proporcionaram localizações, realocações e permanências de atividades e da população no espaço da cidade, momentos estes que foram evidenciados nos capítulos anteriores (Corrêa, 2007).

A perspectiva das práticas espaciais que buscamos evidenciar, se dá a partir da análise do cotidiano dos moradores da Comunidade de João Pilatos na porção insular norte do município de Ananindeua, através das dimensões do habitar, da mobilidade, do trabalho e do consumo pelo viés lefebvriano do percebido-concebido-vivido (prática do espaço – representação do espaço – espaços de representação).

Acerca disso, Lefebvre (2006) considera as práticas espaciais como uma práxis que engloba a produção e reprodução em determinados lugares específicos de acordo com cada formação social, o que significa ser a relação do indivíduo com o espaço social, o seu espaço em determinada sociedade. Dada essa relação, há as representações do espaço, as quais estão vinculadas às relações de produção de modo que impõem “ordem” a essa dinâmica (Lefebvre, 2006).

Por sua vez, no espaço são incorporadas ações sociais, a esse respeito Lefebvre (2006) ressalta como sendo a partir “[...] de sujeitos ao mesmo tempo coletivos e individuais, que nascem e morrem, padecem e agem. Para eles, seu espaço se comporta, ao mesmo tempo, vital e mortalmente; eles aí se desenvolvem [...] e encontram os interditos; depois caem e seu espaço

¹³ Segundo Corrêa (2007, p. 68), os “processos espaciais” são impulsionados por agentes sociais da produção de espaço constituído por um “movimento em massa” de forma sistemática, estabelecido por um período longo de tempo “Centralização, descentralização e segregação residencial são exemplos de processos espaciais”. Quanto às “práticas espaciais”, o autor ressalta que são ações “espacialmente localizadas” por agentes sociais concretos, constituídas de atuações individuais “não necessariamente sistemáticas e regulares” caracterizadas por uma escala temporal.

contém sua queda.” (p. 59). Esses atos são práticas espaciais e por meio delas pode-se analisar como o espaço social funciona, ora, a prática espacial se vê antes do conceber ao que antecede, primeiramente, o concebido sobre o vivido que tende a desaparecer com a vida, a prática (Lefebvre, 2006).

Considerando Teixeira et. al (2022), as práticas espaciais são condição e produto da fragmentação socioespacial, em razão das formas de apropriação do espaço urbano. Com isso, os autores apontam a inter-relação da dimensão social e as novas formas de apropriação da cidade baseadas em novas lógicas de estruturação do espaço urbano à medida em que os nexos centro-periferia possuem relação direta com a divisão social do espaço.

Legroux (2021) destaca que a análise da vida cotidiana permite reunir diferentes escalas do processo de fragmentação, oferecendo uma variável cultural que perpassa a passagem da modernidade para a pós-modernidade, de modo que representa “a queda de grandes narrativas, a autonomização e individualização crescentes dos indivíduos, a perda de identidades e/ou a constituição de identidades fracionadas.” (Legroux, 2021, p. 243).

A esse respeito, destacamos um trecho de uma entrevista realizada com a líder da Comunidade de João Pilatos, em um momento primordial da pesquisa de campo na qual consistia da presente autora se apresentar à comunidade e explicar os objetivos da presente pesquisa. Neste momento da pesquisa fizemos algumas perguntas para que pudéssemos compreender as singularidades e a cotidianidade de um território pouco “ouvido”, seja na escala da cidade ou na escala metropolitana.

Em relação às práticas espaciais e usos do território ribeirinho de Ananindeua, a líder nos comenta acerca das plantações, hortas, adubos e pesca no território da comunidade e ressalta o sentido de pertencimento e identidade territorial sobre o rural insular:

[...] a gente mora numa área...é...rural e que a gente pode trabalhar dentro dessa área, coisas para nos facilitar. Não só pra gente ter aqui dentro, mas que a gente possa pôr lá fora também. Que tem pessoas que vem procurar coisas da horta aqui, entendeu. Tem pessoas de fora que querem e precisam das coisas, que vendem né, dessas fruteiras, eles querem cheiro verde, alface, couve...querem tudo. Aí tem um rapaz aqui, que trabalha mais direto, tem um outro ali, e eles levam e vendem. E agora tá bom de vender o cheiro, né. Tá na época. E, tipo, a gente na ilha, eu posso dizer que nós somos privilegiados. Porque a gente mora numa área rural, mas ao mesmo tempo como se fosse urbana, porquê eu posso sair daqui, eu tô aqui agora, daqui a pouco eu posso (es)tá(r) lá em Belém. Atravesso ali pro Fidelis, pego um ônibus, não demora muito eu tô lá no centro de Ananindeua, eu tô lá no centro de Belém. Então são coisas assim... (Líder da Comunidade de João Pilatos, entrevista cedida em pesquisa de campo em jan. 2023).

A fala da referida moradora da comunidade permite inferir que as relações com a cidade de Belém e Ananindeua, isso se traduz pelo viés de acesso a comércio e serviços. Embora o território da comunidade e ilha de João Pilatos sejam situadas no município de Ananindeua, os moradores têm a sua cotidianidade, também, entrelaçada pela dinâmica urbana do município de Belém.

Na figura 11 pode-se observar, como são configuradas as relações dos moradores da comunidade e a distância relativa entre os portos que dão acesso às cidades de Belém e Ananindeua. A imagem de satélite permite que possamos identificar, como se desembocam na realidade, o processo da (i)mobilidade urbana da população insular.

Figura 11 - Portos de Belém e Ananindeua de uso da comunidade.



Fonte: *Google Earth Pro*. Adaptações da autora, 2024.

A respeito disso, traçamos uma linha imaginária para compreender a estimativa de distância entre a comunidade e os portos de acesso às respectivas cidades de Belém, onde situa-se o Porto do Fidelis e em Ananindeua, onde as comunidades das ilhas tem acesso pelo Porto do Surdo. Sob esse ângulo, observamos em campo de forma empírica e através da imagem do *Google Earth Pro*, a maior proximidade da Comunidade de João Pilatos com o Porto do Fidelis, o

transporte é realizado por meio de barcos de pequeno e médio porte, geralmente dos próprios moradores da comunidade.

A linha imaginária, representada pela cor azul na imagem, corresponde a uma distância de quatro quilômetros e a travessia dura em torno de 15 a 20 minutos, o desembarque é realizado no Porto do Fidelis situado no distrito de Outeiro, na ilha de Caratateua que pertence ao município de Belém. A ilha possui “anexo” a parte continental do município através de uma ponte, na qual promove a fluidez do território como resultado de transformações relacionadas aos efeitos da urbanização e da fragmentação metropolitana de Belém, ora que alcançou essa parte insular.

Nessa perspectiva, a linha imaginária representada pela cor verde na imagem, corresponde a uma distância de sete quilômetros, no entanto, para desembarcar no Porto do Surdo situado no bairro do Curuçambá em Ananindeua, os moradores necessitam “contornar” a ilha de João Pilatos totalizando a uma travessia de um hora a uma hora e 30 minutos que variam conforme a embarcação utilizada. Na figura 12, podemos observar os portos de uso da comunidade para desembarcar em Ananindeua e Belém.

Figura 12 - Porto do Surdo e Porto do Fidelis.



(continua)



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo jan. 2023.

Embora seja narrado pela moradora “[...] Atravesso ali pro Fidelis, pego um ônibus, não demora muito eu tô lá no centro de Ananindeua, eu tô lá no centro de Belém.”, a mobilidade do transporte e o acesso à cidade pela população insular, é profundamente desigual, segregadora e excludente quando se considera as áreas centrais do espaço metropolitano de Belém, na qual evidenciam-se conexões com linhas de ônibus para diversas partes do da cidade de Belém.

A partir disso, consideramos Carlos (2017) sob o ponto de vista que a autora reitera acerca da reprodução da cidade capitalista que transforma e projeta uma morfologia social e uma morfologia espacial¹⁴, expressando contradições no espaço urbano por meio de políticas públicas, o direcionamento e regulação de fluxos, centralizando, valorizando e desvalorizando os lugares da vida, desta forma, aprofundando as desigualdades. Com isso, a vida é invadida pela lógica da acumulação e se define por uma racionalidade que mantém as relações capitalistas na totalidade do

¹⁴ Carlos (2017, p. 35), considera a morfologia social como sendo uma sociedade dividida em classes e quanto a morfologia espacial, “uma cidade segregada pela existência de propriedade privada da riqueza que define acessos desiguais.

espaço, assim estruturando a vida cotidiana e dominando todos os espaços-tempo da vida (Carlos, 2017).

Vivida no plano cotidiano, em seus fragmentos e percebida como exterioridade, a cidade privatizada torna-se fonte de privação.

[...] A segregação – como forma da desigualdade espaço-temporal – realiza-se como a negação do urbano e da vida urbana através da separação dos lugares da vida enquanto elementos autônomos. Portanto, a prática espacial urbana despedaçada sinaliza o empobrecimento e a deteriorização da vida social diante da extensão da mercantilização que acompanha a privatização do mundo. A urbanidade esfacelada em espaços fragmentados desvela a forma das relações sociais e a situação do cidadão reduzido à condição de mera sobrevivência que dissocia o homem da cidade (Carlos, 2017, p. 35).

Com a urbanidade esfacelada em espaços fragmentados, os moradores da Comunidade de João Pilatos resistem e exercem sua territorialidade sobre o (seu) lugar, ao mesmo tempo em que sofrem os efeitos da fragmentação socioespacial através de um condição de (i)mobilidade e restrita acessibilidade a serviços de educação, saúde, saneamento. Os moradores da comunidade – majoritariamente formada pela família “Souza” – ressaltam a importância de morar na ilha.

O que significa pra gente morar aqui na ilha é paz, eu posso dizer. [...] Vocês vejam o ambiente, a tranquilidade. A gente sabe que todos os lugares existem os problemas, as situações, mas eu posso dizer que diante de muitos lugares eu posso dizer que a gente anda muito bem aqui. Sem contar que a gente aqui a gente não tem aquela poluição sonora, assim como é em muitos lugares, né? Poluição do ar. A gente vê que a gente procura também, com as orientações, né? Trazer órgãos pra estar dando essas orientações sobre o desmatamento, sobre as coisas tudo. Quer dizer, pra gente poder ter uma qualidade de vida. Poder ter uma tranquilidade, ter uma qualidade de vida, porque não é só morar, é saber como tu vai morar. Como é que está a tua vida? Como é a qualidade da tua vida ali naquele lugar.

[...]Eu posso dizer que morar aqui pra mim, eu acho que não me sentiria melhor em outro lugar. Saí uma vez daqui, passei um ano e sete meses em Santa Maria do Pará, mas nem se compara. Muita gente até falou quando a gente veio embora – ‘mas vocês vão sair daqui pra ir lá pro meio do mato’- eu disse, “dez vezes, mil vezes, morar lá no meio do mato como vocês falam. eu prefiro [...]ter uma qualidade de vida melhor, do que viver como a gente vivia ali naquele lugar entendeu? Então eu posso dizer que viver aqui pra mim é paz, qualidade de vida, entendeu? Tranquilidade. (Líder da Comunidade de João Pilatos, entrevista cedida ao grupo de pesquisa LAHAM em jun. 2023).

Com isso, a líder da comunidade da comunidade resalta os aspectos do habitar na comunidade e viver na porção insular de Ananindeua, permitindo-nos a identificar a condição do

território como espaço em que as identidades territoriais revelam práticas espaciais de existência e resistências urbano-rurais no contexto da fragmentação metropolitana de Ananindeua.

Outra moradora, com faixa etária de aproximadamente 50 a 70 anos, relata sua vivência na comunidade e na ilha de João Pilatos.

Pra mim também, meu pai é nascido e criado aqui. Eu também nasci e me criei aqui. Nasci aqui porque no registro alguém disse que – ‘ah gente não nasceu aqui’ - mas a gente só tinha, a parteira, né? Que era aqui mesmo na casa que tinha os filhos, então quer dizer que eu fui nascida e criada aqui, nunca saí daqui assim, pra ir morar em outro lugar assim, pra passar anos e anos assim não. Às vezes eu vou lá na casa da minha filha lá em Marituba. Meu esposo já foi lá uma vez e disse que não se acostuma que parece pinto, só vive preso, que não sai pra canto, que só fica lá, não tem conhecimento né? Aí ele não vai pra canto nenhum, aí fica igual pinto de granja, só vive preso. Então é assim, aí já está acostumado aqui, nós ‘compremo’ um terreno ali no Fidelis, olha, nós já está anos e anos, já está com quase vinte anos o terreno lá. (Dona Socorro, entrevista cedida ao grupo de pesquisa LAHAM em jun. 2023).

A fala da Dona Socorro nos permite a reflexão acerca das condições de moradia, tendo em vista que a entrevistada quando se desloca à cidade de Marituba (município da RMB) se sente “presa” na casa de sua filha, por não obter o conhecimento dos espaços da cidade e tampouco, há o sentimento de pertencimento da realidade urbana. Essas são as circunstâncias provocadas como expressões do processo de fragmentação socioespacial através das práticas espaciais da moradora da ilha de João Pilatos, pela dimensão do habitar no espaço metropolitano.

Em contrapartida, o trecho da entrevista com a moradora, também, nos permite pensar acerca do exercício da sua territorialidade, ao qual compreendemos como a dimensão do “vivido” através das relações de existência e de produção do espaço. Além da territorialidade incorporar uma dimensão estritamente política, também está relacionada às questões econômicas e culturais porque está diretamente ligada ao modo de como as pessoas se apropriam e utilizam o espaço e o significado dado a este lugar, uma vez que a territorialidade não só é um elemento de poder, mas uma estratégia de relações das quais exprimimos e dotamos de significado (Haesbaert, 2007; Sack, 1986).

A partir a apropriação desses espaços que são dotados de significados, por outro lado, a cidade exprime essas relações através da produção do espaço metropolitano que exclui e segrega. Segundo Carlos (2017), a cidade segregada reforça as desigualdades socioespaciais promovidas pelo capital financeiro, nas quais resultam nas diferenças tanto nas formas de acesso à moradia

(diante da financeirização do espaço urbano) quanto ao aspecto do transporte urbano (fator limitante de acesso às atividades urbanas) provocando a separação do cidadão da centralidade.

3.2. Olhares cruzados e percepções da cidade em fragmentos: o trabalho e o consumo como expressões de práticas espaciais e resistências urbanas.

De certo, tal como destacamos no item anterior, neste momento há a necessidade de ressaltar as percepções dos moradores da Comunidade de João Pilatos em contraponto ao modo de vida urbano no contexto metropolitano e da cidade de Ananindeua que se insere no processo de fragmentação socioespacial. Busca-se alçar as impressões ribeirinhas do viver e as suas práticas socioespaciais pela análise das dimensões empíricas do trabalho, do lazer e consumo.

A partir disso, no que consiste às práticas espaciais, Carlos (2017, p. 40) ressalta “A cidade é um espaço apropriável para a realização da vida, o que envolve o uso do espaço pelo corpo”, é o modo em que o cidadão se utiliza dos lugares necessários para à efetivação da vida através de relações sociais que associam desde as relações familiares mais próximas no lugar de moradia, relações de vizinhança, de trocas comerciais e serviços, a circulação no bairro e etc. A autora aponta como um conjunto de atos e de situações ocorridas por meio de um espaço-tempo de apropriação marcados pelos usos e trajetos de uma prática vivida e construída em sua concretude, constituídas de laços profundos entre as pessoas e o lugar (Carlos, 2017).

[...] a escala do lugar e o plano cotidiano se revelam, fundamentalmente, pela construção real e ativa de uma identidade forjada na prática. Logo, a memória social construída é produto da relação que liga o tempo da ação ao seu lugar, o uso ao ritmo. Espaço e tempo, uso e ritmo se revelam em sua indissociabilidade através da ação produtora da identidade que sustenta a memória. É a história particular realizando-se numa história coletiva, na qual se insere e ganha significado a história particular de cada membro da sociedade pela associação de tempos (passado e futuro) que reúne identidade e a utopia contida no presente exigindo um espaço-tempo redefinido (Carlos, 2017, p. 40).

Sobre isso, os moradores da comunidade tradicionalmente vivem da agricultura, pesca e, principalmente, do açaí. Segundo a líder da comunidade, na época da safra do açaí, há pessoas “*que abandona até o serviço dele lá de fora só pra apanhar açaí*”. A divisão do trabalho no território da comunidade funciona da seguinte forma:

Tem alguns pais de família que trabalham fora né, mas a mulher trabalha aqui dentro. Tem muita gente que está pra lá, o marido pode estar trabalhando lá, mas ela está aqui. Tem a sua área, tem o seu terreno. Agora tem um monte de casados que trabalha junto nas suas áreas, roça, planta e colhe. Tem mulher aqui que sabe apanhar açaí melhor do que homem. Eu não sei mesmo, eu não sei porquê. Mas sou nascida criada. (Líder da Comunidade de João Pilatos, entrevista cedida ao grupo de pesquisa LAHAM em jun. 2023).

Entretanto, há alguns que deixam o território de João Pilatos pelo “anseio” da vida na cidade.

[...] Alguns foram pra cidade, algumas pessoas, por falta de estudo, às vezes migram pra cidade né. Porque como não tem ensino médio aqui, e aí, os jovens tem que estudar e pra ir todo dia daqui pra lá é um custo alto. É um custo alto. E disso eu sei porque, olha, tava com dois filhos estudando junto, fazendo ensino médio lá pra fora, meu marido trabalhava só pra pagar a passagem pra esses meninos. Passava a maior dificuldade, porque tinha que pagar e os meninos tinham que estudar, e a gente tem que fazer assim ó (gesto indefinido) pra ir. Porque ou tu bota teus filhos pra estudar ou eles vão ficar dentro de casa fazendo o que? Que num tem aqui dentro (escola), não tem na ilha. A gente tem que fazer alguma coisa.

[...] Mesmo que a gente tem que apertar o cinto, apertar a barriga pra tentar fazer alguma coisa pelos nossos filhos. Eu fico olhando hoje, às vezes eu sempre falo assim ‘tem muitos jovens assim, na cidade que não sabem aproveitar a oportunidade que tem. Tá perto do colégio, tá perto onde passa o ônibus e ele não quer estudar, ele não quer fazer uma faculdade, ele não quer fazer um curso técnico, ele não quer fazer nada, ele não quer se profissionalizar.

E aqui, tem muitos ainda jovens e adolescentes parados, que não tão estudando, porque o pai não quer ir morar pra fora, entendeu, a vida dele é aqui. Trabalho dele é aqui, então ele não quer deixar sua casa, sua moradia pra ir morar de aluguel, que vai ser um custo a mais pra ele e ele vai trabalhar no que lá fora, né? E muitos não tem uma capacitação, não tem nenhuma formação acadêmica, não tem nenhuma formação técnica, e aí ele vai chegar lá na cidade, ele pode alugar uma casa, pode ficar os primeiros meses e depois, né? (Líder da Comunidade de João Pilatos, entrevista cedida em pesquisa de campo em jan. 2023).

A partir dessa fala da líder da comunidade, são reveladas as problemáticas enfrentadas no cotidiano e na vida dos moradores da porção insular de Ananindeua, nas quais apresentam perspectivas de sobrevivência no espaço da metrópole e por outro lado, uma resistência da identidade ribeirinha que exerce sua territorialidade evidente no trecho “Trabalho dele é aqui, então ele não quer deixar sua casa, sua moradia pra ir morar de aluguel, que vai ser um custo a mais pra ele e ele vai trabalhar no que lá fora, né?”. Apesar dos moradores realizarem trajetos de longa duração para ter acesso à cidade e arcar com custos altos de deslocamento, muitos preferem permanecer no seu lugar.

Portanto, levando em consideração a dimensão do vivido, segundo Carlos (2017) a reprodução do espaço urbano aponta contradições que se englobam conflitos no plano da vida cotidiana e no plano do lugar, na qual são vividas as contradições e por meio da lógica capitalista, são repostas as desigualdades dos indivíduos na sociedade vivida e com isso, apropriam-se de formas diferenciadas no espaço da cidade. Como fora abordado no item anterior, a comunidade possui maior proximidade com o município de Belém, sobre tudo nos distritos de Outeiro (onde localiza-se o Porto do Fidelis) e Icoaraci, isso demonstra as apropriações em formas diferenciadas no espaço da cidade como apontado por Carlos (2017). No plano da mobilidade, as moradoras destacam no diálogo:

***Líder da Comunidade:** [...] as pessoas daqui da nossa comunidade pela nossa aproximação ser mais aqui Belém, a gente anda aqui por Fidélis e Icoaraci, lá pelo Curuçambá se for fazer alguma outra coisa. Por lá, mas o acesso aqui da nossa comunidade aqui é pelo Fidélis.*

***Dona Socorro:** Pra primeiro ano pra cá, muitas pessoas pararam [de estudar], muito jovem fica difícil. Olha, daqui vai, paga um barco daqui pra comprar gasolina, pra ir no barco até no Fidélis, no Fidélis eles pegam uma moto pra chegar até lá na beira da pista né. De lá já pega vão, pega ônibus pra ir pra Icoaraci ou lá pra Outeiro.*

***Líder da Comunidade:** Olha o custo que esse aluno tem todo dia.*

***Dona Socorro:** Às vezes os pais não tem pra dar esse dinheiro pra eles comprarem tudo isso, pra pagar passagem, às vezes não tem pra merendar.*

***Líder da Comunidade:** Lá de Igarapé Grande [também, comunidade da ilha de João Pilatos] de né, que vem a lancha que pega os alunos, os professores, paga o combustível, paga o barqueiro, tudo lá. Mas pra cá não veio, até mesmo pela distância. Pra rodar, né? Até mesmo porque o aluno que mora aqui, ele vai preferir ir pela trilha do que ele rodear na lancha tudinho e sair com aquele barulho no ouvido. Então ele prefere andar do que de vir na no barco, né? Então é isso aí. ” (Entrevista cedida ao grupo de pesquisa LAHAM em jun. 2023)*

O diálogo entre as moradoras demonstra as expressões das práticas espaciais no âmbito da mobilidade e do consumo, os quais revelam as desigualdades sociais e espaciais pela perspectiva do “direito à cidade” de Lefebvre, diante da falta de acessibilidade, seja por meios financeiros quanto de disposição de transporte público qualificado. Pelo ponto de vista da mobilidade, nota-se claramente as dificuldades de acesso à cidade e o custo diário para deslocar-se no espaço metropolitano, devido a população se utilizar de diversos meios de transportes além de canoas, rabetas e/ou voadeiras, se utilizam de moto táxi e ônibus.

O uso do mototáxi na RMB se dá diante a inexistência de acesso ao transporte público em alguns locais, geralmente, a população se utiliza deste meio de locomoção para chegar ao ponto de ônibus mais próximo para obter circulação nos demais espaços da cidade. Os pontos de moto táxi, normalmente, são consolidados nas porções periféricas da cidade nas proximidades das estações/pontos de ônibus onde as pessoas recorrem a este tipo de veículo para adentrar nos bairros em que transporte público é limitado.

Com isso, percebemos a dura realidade da vivência cotidiana da cidade, remontada pelas desigualdades e configuradas pelos efeitos da fragmentação socioespacial, embora a população seja sufocada pelas pressões destes efeitos, novas práticas espaciais alternativas são eleitas e assim, “[...]ler as práticas sociais alternativas e as apropriações do espaço em termos de sobrevivência e de resistência (não como uma mera “resiliência” em seu sentido restritivo de adaptação, não como “inovações sociais” que se inserem no sistema)” (Benach, 2017, p. 29).

3.3. A Cartografia do Vivido no território da Comunidade de João Pilatos.

Desta forma, neste item evidenciamos o processo de construção de uma Cartografia Participativa que tem como objetivo, não somente cartografar as singularidades e particularidades do território da comunidade de João Pilatos, mas como retratar a partir dela o que é vivido pelos moradores e os efeitos da fragmentação socioespacial metropolitana sobre o modo de vida desta comunidade insular. O intuito é reiterar que embora as práticas espaciais sejam tangenciadas pela profunda desigualdade socioespacial de uma cidade que segrega em seu processo de fragmentação, os moradores desta porção insular possuem dinâmicas próprias no contexto da cidade de Ananindeua e no espaço metropolitano de Belém.

A figura 13 retrata alguns espaços de uso da comunidade, grande parte desses espaços são de lazer e onde reúnem a associação de moradores. São espaços coletivos que demonstram os aspectos da identidade ribeirinha insular.

Figura 13 - Espaços de uso da Comunidade de João Pilatos.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo jan. e jun. 2023.

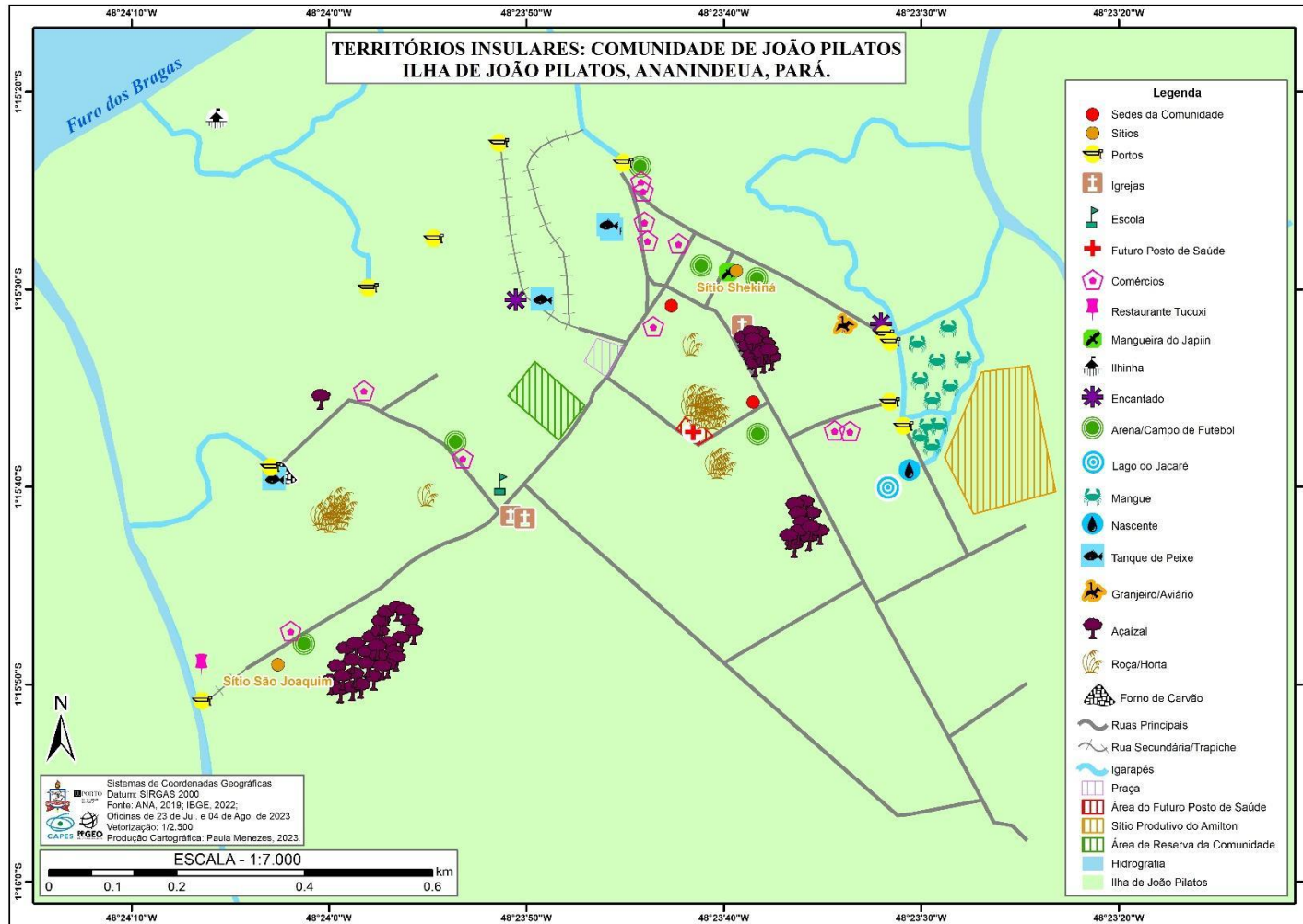
No plano da vida cotidiana e das práticas espaciais, ressaltamos a escala do território pelo ponto de vista de uma dimensão espacial que produz em si, retratos simbólicos da identidade e das

subjetividades, considerando-o como plano de fundo das existências e coexistências dos sujeitos que vivenciam suas singularidades. O intuito trata-se de analisar as representações sobre o espaço, sendo ele parte indissociável das relações.

Por esse ponto de vista, articulamos estes apontamentos pela perspectiva do território da comunidade de João Pilatos, coexistindo no espaço rural-urbano do município de Ananindeua.

A partir disso, relacionamos o teórico-empírico de um território simbólico-cultural (Haesbaert, 2004), a partir de uma Cartografia do Vivido enquanto instrumento de lutas, (re) existências e de identidade territorial (Mapa 6). Portanto, consideramos, também, a abordagem histórica, relacional e multidimensional do território, da territorialidade e da identidade sobretudo material correlacionada à unidade objetividade-subjetividade, na qual é compreendida por um viés da noção de territorialidade como um processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou grupo social (Saquet, 2003/2001; Saquet, Briskievicz, 2009).

Mapa 6 - Cartografia Participativa da Comunidade de João Pilatos na análise da fragmentação socioespacial, 2023.



Fonte: Oficinas de Cartografia em jul. e ago. de 2023.

Participantes da oficina: Elizângela Souza, Maria José Lima, Lindomar Souza, Everson Souza, Sebastião Souza.

Para a construção da Cartografia Participativa da Comunidade de João Pilatos, a perspectiva foi introduzida através das pesquisas de campo. Na primeira etapa da construção do trabalho, realizada em dois momentos, em que o primeiro consistiu em apenas uma visita para determinar e delimitar a área de estudo desejada, consistindo, também, na aplicação das entrevistas semiestruturadas. Em outro momento, se deu durante a pesquisa de campo realizada em conjunto com o grupo de pesquisa LAHAM, ao qual a presente autora é membro, partindo da prévia apresentação do objeto de estudo da respectiva pesquisa e o recorte territorial.

A segunda etapa, se deu com a execução da metodologia escolhida e a qual a autora da dissertação possui certa experiência. Sendo assim, consistiu na realização de duas oficinas de cartografia, as quais foram apresentados principais elementos para a construção e a importância da participação dos moradores (Figuras 14 e Figura 15).

Figura 14 - 1ª Oficina de Cartografia.



Fonte: Acervo da autora. Oficinas de cartografia em jul. de 2023.

Na primeira oficina, fora preparado e impresso em folha A3, um mapa base constituído por dados *raster* pelo conjunto de sensores óticos disponibilizados no *Software ArcGis*. No entanto, como haviam sido realizadas outras atividades de campo, foram colocados como referências da comunidade, o principal campo de futebol e o Restaurante Tucuxi, para que os moradores conseguissem se localizar .

Além do mapa base, utilizamos imagens de satélites do *Google Earth Pro* impressas em A4, com diversas cenas do território da comunidade. Para as marcações serem melhor evidenciadas, foi empregado o uso de canetas hidrocor, etiquetas adesivas para inserir “pontos” com numerações que serviram como guia para a construção da legenda do mapa.

Figura 15 - 2ª Oficina de Cartografia.



Fonte: Acervo da autora. Oficinas de cartografia em ago. de 2023.

A segunda oficina consistiu com a sistematização dos dados coletados da primeira, aos quais foram processados pelo *Software Arcgis* na versão 10.8.2 e formalizados em um mapa

temático. Com isso, houve o prosseguimento da identificação de novos itens a serem cartografados e estabelecendo uma legenda com bases nos usos do território evidenciados pela comunidade.

Portanto, relacionamos o mapa 6, a partir destas considerações. A cartografia está relacionada aos elementos que configuram o território de João Pilatos, dos quais fazem parte da dinâmica cotidiana dos moradores. Com isso, ressaltamos que a construção parte da percepção dos indivíduos envolvidos nas oficinas e mediados pela presente autora.

Desse modo, destacamos os espaços das principais atividades de trabalho da comunidade, como sítios onde são extraídos a produção de açaí, a presença de hortas e roças, e também a criação de peixes. Pode-se observar a espacialização dos portos que a comunidade utiliza para se deslocar para as demais ilhas e/ou chegar na cidade de Ananindeua e Belém, alguns estão situados em sítios de moradores, a exemplo do porto no Sítio São Joaquim nas proximidades do Restaurante Tucuxi.

Além disso, a presença de pequenos comércios, dos quais foram englobados o salão de beleza, barbearia, padaria, a “taberna” (pequeno mercadinho) e bar. A comunidade possui uma única escola da rede estadual de ensino fundamental anos iniciais (1º ano ao 5º ano). A figura 14 permite identificar e espacializar o prédio da escola situada na comunidade e o porto do Sítio São Joaquim.

Figura 16 - Escola de Ensino Fundamental e Porto Sítio São Joaquim.



(continua)



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo jan. 2023.

A comunidade possui forte relação com a prática esportiva do futebol, na figura 17, estão evidenciadas fotografias do principal campo de futebol que possui nas suas mediações a sede da Associação Transviário Futebol Clube, nomeado como “O dragão da Ilha”. Na qual, faz parte da identidade dos moradores. Segundo entrevista com a moradora da ilha, são realizados festivais em que há competições envolvendo as comunidades das ilhas e a Comunidade Quilombola do Abacatal.

Tem o festival cultural, né, que agora esse ano passado, foi o segundo ano, né. A Secretaria de Cultura junto com a Secretaria de Esporte, eles se juntaram e fizeram o Festival Cultural, que tem os jogos e tem a festa cultural, né, que é dos festivais. Festival do Cupuaçu, Festival do Açaí e a Festa do Produtor. Aí faz tudo junto, entendeu, aí vem pessoas de lá da cidade, pessoal daqui de todas as comunidades, vêm de outras ilhas, onde tem os jogos, entendeu. É muito legal e é a prefeitura que organiza, né, que faz.” Aí a ideia é assim, um ano faz em uma comunidade e outro ano faz em outra comunidade. No ano retrasado aqui, que foi o primeiro. Ano passado foi em Igarapé Grande. Esse ano

eu não sei se vai ser aqui. (Líder da Comunidade de João Pilatos, entrevista cedida em pesquisa de campo em jan. 2023).

Figura 17 - Campo de futebol e clube da associação de moradores.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo jan. e jun. 2023

Não obstante, estas relações determinam as práticas espaciais nos espaços de representação da Comunidade de João Pilatos, através das dimensões do percebido e do vivido. São determinantes, dado à lógica concebida do processo da fragmentação socioespacial que reorganizam no espaço as relações, em contrapartida de um território insular que resiste no contexto da homogeneização e hierarquização dos espaços da cidade e do espaço metropolitano.

Tendo como base o Mapa 6 – Cartografia Participativa da Comunidade de João Pilatos na análise da fragmentação socioespacial – é evidente que a população possui uma dinâmica própria, possui seu território repleto de usos vinculados ao modo de vida tradicional ribeirinho. Sobretudo, pelo ponto de vista de que no espaço da comunidade, são exercidas suas identidades territoriais.

À primeira vista, o que mais chama atenção são os diversos usos do território, sobretudo, a constituição de vários portos, embora não classificados no mapa, definem-se em portos de uso da comunidade e portos de uso particular. Os de uso particular, há a necessidade de aviso prévio para o desembarque, como por exemplo, o porto situado no Sítio São Joaquim.

Os portos representam a forte relação da comunidade com os rios, bem como, o principal meio de transporte utilizado para deslocamento extra-comunitário. Porque além de barcos, os moradores deslocam-se pela comunidade em grande parte à pé, todavia, também, se utilizam da bicicleta e a moto como meio de transporte, porém para maiores distâncias, como a trilha que dá acesso à Comunidade de Igarapé Grande (outra comunidade da ilha de João Pilatos).

Esse deslocamento realizado até outra comunidade, se faz devido às fortes articulações e de assistências que possuem entre si.

Destacamos as atividades comerciais, granjeiro/aviário, tanque de peixe, açáizal, roça/horta, mangue, forno de carvão e os sítios produtivos são atividades além de produzir renda, são de consumo próprio. Acerca disso, a líder da comunidade ressalta sobre a importância e a necessidade de visibilidade que as ilhas precisam ter e retratam a relação das atividades vinculadas à agricultura e criação de animais, também, são meios de subsistência.

E a gente faz de tudo, pra que nas nossas ilhas, né, elas venham crescer, venham ter mais visibilidade, mas que a gente não perca, é, as nossas origens, que a gente não perca os nossos princípios. Dentro das nossas ilhas, dentro das nossas comunidades, né.

Então, em relação a isso, eu posso dizer que na ilha, a gente vive, é, muitas pessoas estudam fora, trabalham fora, mas muitas pessoas trabalham aqui dentro, buscando sua própria sustentabilidade [sustento], tirar daqui de dentro.

Pessoas que vivem de, suponha, na época de safras, as pessoas, ajuntam cupuaçu, cortam e vendem a polpa. 15 reais (R\$) o quilo da polpa do cupuaçu. Se todo dia ele tirar, 10, 15

quilos de polpa, todo dia ele vai ter um dinheirinho! Na época de manga, tira a polpa da manga, vende-se 10 reais o quilo da polpa da manga, do muruci. Minha sogra tem uma plantação de muruci, tem uns mil (1000) pés de muruci, e ela junta muito muruci, tira muita polpa! 10 reais o quilo da polpa

Então, muitas pessoas, algumas pessoas, trabalham com horta, outros na pesca, né, não é aquela pesca industrial, aquela pesca, né, grande. Mas aquela pesca, é, artesanal. Pra que ele possa até dentro da sua casa, possa vender pro seu vizinho, pra que ele possa comprar uma outra coisa. E assim vai! Pesca de peixe, de camarão, siri e... é assim que a gente vai vivendo aqui dentro da ilha (Líder da Comunidade de João Pilatos, entrevista cedida em pesquisa de campo em jan. 2023).

Como mencionamos anteriormente, a comunidade possui forte ligação com a prática esportiva do futebol, é a dimensão do lazer bem marcante ao visitar a comunidade pela grande presença de campos e arenas de futebol. Entretanto, há a presença de outras fontes de lazer sistematizadas pela cartografia, se caracterizando pela praça (não tanto utilizada, mas apresenta-se como área de lazer) e principalmente, pelos pequenos rios, igarapés: Igarapé do Alcântara onde está localizado o Restaurante Tucuxi, Igarapé do Tapetéra onde situa-se a Ilhinha, Igarapé João Pilatos, Igarapé do Apáua, Igarapé do Penca e o Lago do Jacaré.

Chamamos atenção às Ruas bem delimitadas, segundo entrevistas com os moradores, as ruas foram delimitadas por eles mesmos e dos lotes, onde residem, constituíram-se da mesma maneira. Para a delimitação dessas áreas, a líder contribui com a seguinte fala:

Lindomar [irmão da líder] que na época era o presidente junto com o meu esposo e mais um primo deles, fizeram as delimitações da área de cada morador, de cada lote. Então teve regras, tu vai ganhar tanto, tu ganha tanto. Aqui não é tudo o mesmo tamanho os lotes, não é todo o mesmo o mesmo tamanho, né. Primeiro porque a gente tem que tentar manter a ordem. Tinha os mutirões lá de trabalho, se tu cumprisse com teus mutirões tudo direitinho, tu vai tu vai ganhar o teu lote cem por cento [100%], mas se tu não cumprir quarenta por cento [40%] desse lote a gente tira. Vai dar pro outro que tem direito aqui de também receber (Líder da Comunidade de João Pilatos, entrevista cedida em pesquisa de campo em jun. 2023).

Assim, refletimos acerca da organização espacial da comunidade, condicionada às ações coletivas de trabalho que detém de regras e compromissos vinculados às sistematizações do interesse da comunidade.

Ressaltamos que ainda não há a presença de posto de saúde na comunidade e sim, uma área delimitada e destinada para futuras instalações. A população anseia pela UBS, para atendimentos que abranjam as comunidades das ilhas.

Por fim, as práticas espaciais evidenciadas no plano cotidiano da Comunidade de João Pilatos a partir de sua organização espacial, revelam as suas dissociações dado ao contexto do espaço metropolitano e da cidade de Ananindeua. Haja vista, que as problemáticas enfrentadas no cotidiano e na vida da população insular, a partir da fala dos sujeitos, apresentam perspectivas de sobrevivência no espaço da metrópole face à intensa fragmentação urbana e por outro lado, revelam uma resistência da identidade ribeirinha que exerce sua territorialidade e caracterizam-se como uma prática evidente das expressões às lutas e resistências urbanas em busca da justiça espacial e o direito à cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os argumentos apresentados na jornada de construção da dissertação permitiram-nos a compreensão de elementos particulares do processo de estruturação e (re)estruturação da cidade de Ananindeua vinculados a produção do espaço mediadas pela lógica capitalista de produção-reprodução, este, o qual impulsionou um movimento de transformações das cidades amazônicas no início do século XXI. Por esse viés, procuramos pensar ainda, a condição dos territórios insulares do município de Ananindeua, enquanto unidade e diversidade, circunscritos na dinâmica de urbanização do território.

Baseado nisso, buscamos fazer uma leitura desta respectiva cidade, desvendando as nuances da formação e de sua trajetória, enquanto “peça” fundamental na gênese de constituição de um território metropolitano. Com isso, realizamos a interpretação de uma leitura histórico-geográfica que cerca a pesquisa em momentos, caracterizando-os como um espécime de “linha do tempo”. Ora, como se trata de uma perspectiva geográfica, consideramos como “linha espaço-temporal” da cidade.

A construção explorada ao longo desta dissertação, não tem como intuito de se constituir como verdade absoluta, tampouco, o esgotamento do debate. Haja vista, que o propósito da presente pesquisa se dá diante a escassez de uma literatura, no âmbito da geografia, que retrata o modo de vida ribeirinho insular de Ananindeua em contraponto ao panorama da metropolização do espaço, no qual, conseqüentemente, tem contribuído para o processo de fragmentação socioespacial através das práticas espaciais cotidianas. Não obstante, a cidade de Ananindeua, pelo papel exercido na escala metropolitana e na rede urbana do nordeste paraense, necessita que seus elementos sejam esmiuçados para compreendermos as suas complexidades enquanto cidade amazônica.

Dessa maneira, acionamos os procedimentos metodológicos qualitativos e quantitativos, de modo que o processo de pesquisa fosse assegurado. A articulação dos instrumentos, nas etapas do trabalho, possibilitou a determinação de um conjunto de bases analíticas que se complementam, por meio de uma abordagem interescalar, na qual considera as escalas cartográfica, temporal e espacial. Cujo critério consiste na sobreposição e articulação multiescalares acerca das dinâmicas espaciais produzidas, seja na escala global e/ou nacional, nas quais, de certa forma possuem suas representações e manifestações na escala local.

Em vista disso, nossa pesquisa objetivou analisar as práticas espaciais das comunidades de João Pilatos na ilha de João Pilatos, face à fragmentação socioespacial metropolitana na porção insular norte do município de Ananindeua, a partir dos anos 2000.

Os argumentos apresentados e sistematizados contribuíram para a defesa da seguinte tese: A nova urbanização, a (re) estruturação urbana e a reestruturação da cidade vêm contribuindo para novos usos e abusos no território, através da dispersão urbana contribuindo para a fragmentação do espaço urbano, para a produção de diferenciações e desigualdades socioespaciais, que com seus aspectos têm interferido nas práticas espaciais (habitar, mobilidade, trabalho e consumo) do cotidiano das famílias situadas no território insular.

De um ponto de vista geral, o processo de urbanização e de (re) estruturação urbana promovem a homogeneização dos espaços da cidade, ocasionando em determinadas conjunturas da cidade a segregação socioespacial associados ao processo de fragmentação socioespacial metropolitana, a medida em que vão se revelando através de antigas e novas espacialidades urbanas. Por meio disso, concordamos com a ideia de Rodrigues (2015), para quem a projeção de uma urbanização universal que em sua forma e conteúdo, apresenta-se em temporalidades e espacialidades desiguais, expressas por ações, diferenciações e desigualdades socioespaciais, aspecto particular em respectivas cidades médias paraenses, como o caso de Ananindeua, Marabá, Santarém, Belém, Castanhal.

As relações de poder construídas no espaço amazônico, por meio de atores sociais que se utilizam dessas relações, provocaram novas configurações e reconfigurações no espaço da cidade de Ananindeua, através da apropriação destes mesmos espaços. Traduzindo-se, de acordo com o ponto de vista lefebvriano da produção do espaço, no qual consiste nas relações de produção e nas relações sociais de produção. Ora, estes dispostos no território e que desenhou-se ao longo das décadas através da estrada de ferro e das rodovias.

A respectiva pesquisa aqui apresentada constitui resultado de leituras, debates, reflexões e maturações concebidas ao longo dos últimos anos junto ao Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre habitação e Moradia - LAHAM, momento no qual procuramos dar enfoque À temática da Fragmentação socioespacial, como horizonte teórico, empírico e mesmo epistemológico, de maneira a analisarmos as mutações urbanas do espaço metropolitano de Belém a partir de um olhar da periferia. Ressaltamos que as principais fontes inspiradoras para nossa análise foram os trabalhos de Sposito e Sposito (2020), Legroux (2021), Turra Netto et. al (2022), Melazzo, Goes e

Sposito (2016) que realizaram excelente abordagem acerca da fragmentação socioespacial e das dimensões empíricas (habitar, mobilidade, trabalho e consumo).

Sob essa ótica, a partir deste trabalho, passamos a compreender as dinâmicas de um território nas mediações da metrópole paraense, na qual embora seja articulada, é constituída por fragmentos, pedaços, condicionados à lógica do capital que pese à homogeneização das relações, onde, na escala dos sujeitos, em diferentes temporalidades, são engolidos por uma cotidianidade vinculada a produção do espaço. “Os espaços da cidade, são vividos aos pedaços, entre iguais [...], e a rua se torna mero lugar de passagem.” (Padua, 2017, p. 80).

Deste modo, a população vive a cidade como “privação”, tangenciada pelo acesso desigual dos espaços da cidade que são evidenciadas pela segregação. A partir daí, passam a se estabelecer formas de resistência e lutas urbanas. Onde, a luta pelo espaço passa a se revelar enquanto necessidade a partir do cotidiano (Padua, 2017).

Posto isso, as reflexões apresentadas ao longo do primeiro capítulo da dissertação foram construídas por meio de um diálogo entrelaçado pelos aspectos históricos e geográficos de formação da cidade de Ananindeua, bem como, a sua gênese à condição de município e cidade. Ao qual, fora permeado, inicialmente, pelas margens dos rios através de desertores, indígenas e escravos fugidos, assim obtendo-se as primeiras ocupações, uma delas onde situa-se a Comunidade Quilombola do Abacatal na porção sul continental de Ananindeua.

Durante o processo de pesquisa, a partir do levantamento bibliográfico e documental, não foram obtidas maiores informações consolidadas acerca do processo histórico do nosso recorte territorial. Com isso, a nossa preocupação se constituiu em produzir uma cartografia histórica da região para que pudéssemos triangularizar os dados de pesquisa entre: a) bibliografia acerca do processo histórico do município e cidade de Ananindeua; b) entrevistas com os moradores da comunidade; e c) cartografia histórica.

A estratégia de pesquisa consolidou-se no período de estágio investigativo na Universidade do Porto, situada na cidade do Porto em Portugal. As ideias sistematizadas, foram construídas em conjunto com o professor anfitrião da referida universidade, cujo o mesmo é coorientador da presente pesquisa, partindo da premissa de uma necessidade de situar o recorte territorial pelo viés de uma cartografia histórica.

Posto isso, a reunião destas informações permitiu apresentar ao leitor os marcos geohistóricos da região insular de Ananindeua, ressaltando a sua importância na construção de estudos

que colaborem para o fortalecimento da narrativa de um município que não é tão somente vinculado à uma historicidade associada ao contexto metropolitano. Mas também, que seja associada aos povos que habitaram a região como prospecto de refúgio, de vivência e/ou apenas de residência.

Com este propósito, o capítulo é crucial para o fortalecimento da narrativa dos sujeitos que habitam nas ilhas, tendo em vista a necessidade de contribuir para que sua história e práticas espaciais sejam documentadas através deste estudo.

Por sua vez, o segundo capítulo consistiu em uma abordagem cuja perspectiva é retomar os aspectos da urbanização, de modo que suas manifestações no território promoveram configurações e reconfigurações nas cidades amazônicas, e a formação de policentralidades urbanas, sobretudo, em Ananindeua. Dado ao momento, em que a região amazônica recebe projeções e visibilidades diante o processo de reestruturação urbano-regional.

Esse momento, corresponde ao processo de dispersão metropolitana da capital paraense que projetou novas configurações espaciais urbanas e padrões de organização espacial. Sendo assim, ao longo do capítulo buscamos contextualizar o desenvolvimento da cidade de Ananindeua associada às metamorfoses impulsionadas pelo novo consumo do espaço urbano, bem como, a formação de novas centralidades, estas que tendem a hierarquizar o território e homogeneizar a paisagem urbana.

Dessa maneira, procuramos refletir acerca da fragmentação da cidade em pese às influências da manifestação de novas centralidades no espaço urbano ananindeuense e seus efeitos nos territórios insulares, haja vista, que a pesquisa se compromete a compreender as práticas espaciais (habitar, mobilidade, trabalho e consumo) dos moradores no contexto de reestruturação da cidade. As quais, na dimensão da vida cotidiana, revelam as suas relações sociais e individuais no espaço da cidade, as quais são tangenciadas pelos desafios da segregação socioespacial e as desigualdades.

No último capítulo, traçamos reflexões acerca das práticas espaciais da Comunidade de João Pilatos na porção insular norte de Ananindeua diante do processo de fragmentação da cidade. Com isso, sua construção se deu por meio das falas dos sujeitos e a produção de uma Cartografia Participativa que permite uma análise empírica dos efeitos da fragmentação socioespacial a partir dos olhar dos sujeitos periféricos, a qual se encontra no bojo da periferia da cidade.

Sendo assim, o capítulo divide-se em três momentos: um primeiro momento, a discussão permeia em direção às práticas espaciais no contexto da fragmentação socioespacial no que tange

a mobilidade habitacional da população ribeirinha; o segundo momento, constituiu-se a partir das percepções dos moradores à luz da sua cotidianidade na cidade em fragmentos; por último, finalizamos as nossas reflexões, através da construção da Cartografia Participativa como elemento analítico da fragmentação socioespacial, instrumento que traduz a práxis da população da comunidade em seu território, considerando os efeitos da fragmentação socioespacial metropolitana.

O capítulo final, estabeleceu uma abordagem de natureza qualitativa, o qual buscou contribuir para a análise das práticas espaciais em detrimento das implicações da fragmentação socioespacial, pelo viés da sistematização dos procedimentos metodológicos de pesquisa os quais consistiram em: a) fotografias do vivido; b) fala dos sujeitos; c) produção cartográfica por elementos participativos.

Por meio disso, o conjunto de estratégias metodológicas, associadas à pesquisa de documentos, fontes bibliográficas, registros fotográficos, observações sistematizadas e pesquisa de campo, permitiu-nos conclusões valorosas para compreendermos as dinâmicas espaciais dos territórios insulares face à fragmentação socioespacial metropolitana.

Os fundamentos apresentados ao longo da dissertação permitiram que possamos ressaltar algumas afirmações:

- O território insular, atualmente, pertencente à Ananindeua, apresenta indícios de ocupação bem anterior ao título de legitimação obtido pela Comunidade de João Pilatos. Considerando entrevistas com a moradora em conjunto às análises documentais da cartografia geo-histórica, há pelo menos 254 anos o território é considerado ponto estratégico para as dinâmicas vinculadas à Coroa Portuguesa. Dado a existência de um documento histórico que delimita e possui sua toponímia datada do século XVIII, como sendo **Pinheiro dos Periquitos**.
- A formação territorial de Ananindeua, não é associada somente às prospecções ocasionadas aos trilhos de ferro, pela Estrada de Ferro Belém-Bragança. E sim, por ocupações iniciais relacionadas aos rios, seja pela

porção das ilhas ou pela porção continental sul do município. Onde hoje, estão situadas diversas comunidades, além de João Pilatos, e na porção continental sul, a Comunidade Quilombola do Abacatal.

- As transformações relacionadas ao processo de urbanização da cidade de Ananindeua, é resultado da dispersão metropolitana de Belém. Esse momento, induziu para a configuração de novas centralidades urbanas no município promovendo expressões de expansão associadas aos empreendimentos do gênero econômico, comercial e de serviços urbanos.
- Com o cenário da dispersão metropolitana e a formação de novas centralidades, a partir dos anos 2000 a cidade de Ananindeua passa por um momento de reconfiguração da rede urbana causada pela intensa dinâmica econômica que ocorre pela modificação e consumo do espaço urbano. Assumindo as características geradas pela financeirização urbana, que possui tendência em promover a hierarquização e homogeneização do território ao criar espaços que segregam, excluem e fragmentam as relações sociais.
- As populações tradicionais moradoras da porção insular de Ananindeua tem sofrido uma série de privações e limitações do ponto de vista do usufruto do direito à cidade. Dada a perspectiva, da (i) mobilidade urbana, habitacional, do trabalho e do consumo revelando-se as suas contradições meio às práticas espaciais dos sujeitos, tangenciados pela fragmentação socioespacial.
- As problemáticas enfrentadas no cotidiano e na vida da população insular, a partir da fala dos sujeitos, apresentam perspectivas de sobrevivência no

espaço da metrópole e por outro lado, revelam uma resistência da identidade ribeirinha que exerce sua territorialidade e caracterizam-se como uma prática evidente das expressões às lutas e resistências urbanas em busca da justiça espacial e o direito à cidade.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H.; COLI, L. R. Disputas territoriais e disputas cartográficas. *In: Cartografias Sociais e Território*. Henri Acserlrad (org.). Rio de Janeiro, RJ: UFRJ/IPPUR, 2008)

ACSELRAD, Henri; VIANNA JR, Aurélio, *et al.* **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.

ACSELRAD, Henri; VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. Cartografias sociais e território – um diálogo latino americano. *In: Cartografia social, terra e território*. Henri Acselrad (org.); Rodrigo Nuñez Viégas... [et al.]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013.

ALMEIDA, André Ferrand. "Arrumar as terras, rios e montes": os jesuítas matemáticos e os mapas do Brasil meridional, 1720-1748. *In: FERNANDES, Mário Gonçalves*. (Coord.). **Manoel de Azevedo Fortes (1660-1749): Cartografia, Cultura e Urbanismo**. Porto, Portugal: GEDES (Gabinete de Estudos de Desenvolvimento e Ordenamento do Território), 2006. p. 99-122.

ANANINDEUA. **Relatório Diagnóstico do Plano Diretor do município de Ananindeua**, 2006.

_____. 79 ANOS: Conheça a História de Ananindeua desde sua origem: Texto produzido com colaboração e pesquisa do Historiador Adrielson Furtado. *In: SECOM. Consultoria Geral do Município*. Ananindeua, 2 jan. 2023. Disponível em: <https://www.ananindeua.pa.gov.br/consultoria/noticia/4139/79-anos-conheca-a-historia-de-ananindeua-desde-sua-origem>. Acesso em: 27 jan. 2023

ANDRADE, Ericka Delania V. de. **A elaboração de documentos cartográficos sob a ótica do mapeamento participativo**. Dissertação (Mestrado em Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2008.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da amazônia. **Estudos avançados**, v. 19, p. 71-86, 2005

_____. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários. **Parcerias estratégicas**, v. 12, n. 1, p. 135-59, 2001

BENACH, Núria. Da desigualdade à justiça espacial. *In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; ALVES, Glória; PADUA, Rafael Faleiros de*. **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.

CARLOS, A. F. A. A privação do urbano e o “direito à cidade” em Henri Lefebvre. *In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; ALVES, Glória; PADUA, Rafael Faleiros de*. **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.

CORRÊA, Roberto L. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. *Cidades: Rio de Janeiro*, v. 4, nº 6, p. 62-72, 2007.

_____. **O Espaço Urbano**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1995

_____. A periodização da rede urbana da Amazônia. **R. bras. Geogr.** Rio de Janeiro, ano 49, n.3, jul/set. 1987, p. 39-68

COSTA, B. S. **Relações entre padrões e operários no Pará do século XX**: representações do Curtume Maguary para memória da sociedade ananindeuense. Monografia de Conclusão de Curso (História). ESMAC. 2009

COSTA, L. M G. da; R. B. dos. Metropolização, urbanização regional e periferização: como pensar a Belém metrópole? In: RIBEIRO; BRASIL e COSTA (Orgs.). **Cidades Amazônicas: formas, processos e dinâmicas recentes na região de influência de Belém**. Belém: EDUEPA, 2020.

DUARTE, Cristóvão Fernandes. **Via dos mercadores – Belém, Pará (2002)**. Disponível em: <<http://memoriaisdameiadoisnove.blogspot.com/2010/02/via-dos-mercadores-1-introducao.html>>. Publicado em 4 fev. 2010. Acesso em: 11 nov. 2023

GÓES, Eda Maria; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Práticas espaciais, cotidiano e espaço público: o consumo como eixo da análise do calçadão de Presidente Prudente-SP. **Revista da ANPEGE**, v. 12, n. 19, p. 39-65, 2016.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “Fim dos Territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004. 400p.

_____. Território e Multiterritorialidade: um debate. **Geographia**: Universidade Federal Fluminense, ano IX, nº 17, 2007.

_____. **Des-territorialização e identidade: A rede “gaúcha” no nordeste**. Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Cap. 1: O direito à cidade. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed: Belo Horizonte: Editora UFMQ 1999. 339 p.

LEÃO, Roberto Queiroz de. **Maguary**: Vôo ao seu passado. Ananindeua: s/e, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

LEGROUX, Jean. A lógica urbana fragmentária: delimitar o conceito de fragmentação socioespacial. **Caminhos de Geografia**, v. 22, n. 81, p. 235-248, 2021.

LIRA, T. de M.; CHAVES, M. P. S. R. Comunidades Ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento local**, v 17, p.66 – 76, 2016.

LOBATÓN, S. B. Reflexiones sobre Sistemas de Información Geográfica Participativos (sigp) y cartografía social. Cuadernos de Geografía. **Revista de Geografía**. n.18, Bogotá, Colômbia, p. 9-23, 2009.

- MACHADO, Lia Osorio. O controle intermitente do território amazônico. **Revista Território**, v. 1, n. 2, p. 19-32, 1997.
- MARÍN, R. E. A; CASTRO, E. M. R. **No caminho das pedras do Abacatal: experiência de grupos negros no Pará**. Belém: UFPA/NAEA, 1999.
- MARTINS, G. A. Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisa no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 9-18, 2008. DOI: 10.11606/rco.v2i2.34702. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/34702>. Acesso em: 2 fev. 2023.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013
- MENDES, Luiz A. S. A geografia-histórica da Região Metropolitana de Belém. **Revista Espacialidades [online]**. 2018a, v. 14, n. 1
- MENDES, L. A. S. **A urbanização metropolitana estendida: aspectos da produção do espaço de Belém e de sua região**. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-graduação em Geografia. Niterói, 2018b.
- MILAGRES, Cleiton S. F. **Uso da cartografia social e das técnicas participativas no ordenamento territorial em projetos de reforma agrária**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Viçosa, 2011.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1994. p. 9-29.
- MOREIRA, Eidorfe. **Belém e sua expressão geográfica**. Belém: UFPA, 1966
- PENTEADO, Antônio Carlos Rocha. **Problemas da colonização e uso da terra na Região Bragantina do Estado do Pará**. Belém: UFPA, 1967. (Série José Veríssimo).
- QUARESMA, Luis Augusto Barbosa; MAIA, Maíra Oliveira. A Estrada de Ferro Belém-Bragança (EFB): memórias e usos para além da integração. **Revista Iberoamericana de Turismo**, Penedo, Alagoas, v. 9, ed. Número Especial, p. 62-79, Mar. 2019. DOI 10.2436/20.8070.01.117. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/7091>. Acesso em: 15 nov. 2023.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Território e Poder. São Paulo: Editora Ática S.A., 1993.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, X., 2005, Universidade de São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.
- RODRIGUES, L. L. C. **Reestruturação da Cidade: Centro e Centralidade urbana de Ananindeua a partir dos equipamentos e serviços urbanos essenciais no eixo no eixo da BR 316, km-4**. UNAMA, 2017. 84f. Monografia (Graduação em Geografia). Universidade da Amazônia, Belém-PA, 2017.

RODRIGUES, Leide L. C. **Novas expressões do centro e da centralidade urbana: O papel dos agentes de comércio e serviços na (re)estruturação da cidade de Ananindeua, Pará.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2020.

RODRIGUES, J. C.; RODRIGUES, L. L. de C. (RE)ESTRUTURAÇÃO DA CIDADE E AS NOVAS EXPRESSÕES DE CENTRALIDADE URBANA NA CIDADE DE ANANINDEUA, AMAZÔNIA PARAENSE. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 22, n. 81, p. 106–126, 2021. DOI: 10.14393/RCG228155203. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/55203>. Acesso em: 17 nov. 2023.

RODRIGUES, J. C. Produção das desigualdades socioespaciais em cidades médias amazônicas: análise de Santarém e Marabá, Pará. **Tese (Doutorado em Geografia) - Presidente Prudente: UNESP 2015.**

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO, José; OLIVEIRA NETO, A. O rural e o urbano na Amazônia metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p.256-280, Dossiê, 2018.

ROSA, Larisse F. F.; PALÁCIOS, Flávia O. PATRIMÔNIO INDUSTRIAL NA AMAZÔNIA: acenos históricos da Estrada de Ferro de Bragança. **Revista História e Cultura**. São Paulo: v. 2, nº 2, 2020.

SACK, R. **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SALDANHA, Inácio dos Santos. A criação do ribeirão é narrada: exame do lugar Igarapé-Grande (Ananindeua, Pará) ao longo do século XX. *In*: ARAÚJO, Telmo Renato da Silva; COSTA, Tony Leão da; SILVA, Jairo de Jesus Nascimento da (org.). **Amazônia: História, Culturas e Identidades**. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2021. cap. 8, p. 221-254. Disponível em:

<https://www.academia.edu/47858788/A_cria%C3%A7%C3%A3o_do_ribeirinho_%C3%A9_narrada_exame_do_lugar_Igarap%C3%A9_Grande_Ananindeua_Par%C3%A1_ao_longo_do_s%C3%A9culo_XX>. Acesso em: 13 nov. 2023.

SALVADOR, Diego Salomão C.O. A Geografia e o método dialético. **Sociedade e Território: Natal, RN**. v. 24, nº 1, jan./jun. 2012, p. 97-114.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5º Ed., 3ª reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

_____. **O Espaço Dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2.ed. 2. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional**. 5º Ed., 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

_____. O espaço geográfico como categoria filosófica. **Terra Livre**, nº 5, 1988.

_____. O Território e o Saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**,

Rio de Janeiro, v. 2, n. XIII, p. 15-26, 1999.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 20ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

SAQUET, Marcos Aurelio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. **Geosul**, Florianópolis: Jan/Jun, ed. 22, ano 2007, n. 43, p. 55-76, Semestral. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12646>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, [S. l.], v. 1, n. 31, p. 3–16, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7437>. Acesso em: 3 fev. 2023. Regional, 2005. p. 49-53.

SEDOP. **Estudo de delimitação da região metropolitana de Belém**. (Orgs) Helena Lúcia Zagury Tourinho; Andréa de Cássia Lopes Pinheiro; Leonardo Augusto Lobato Bello. — Belém: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas, 2018.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. 2 ed. 4ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2020.

SILVA, Gilmara O. da. **Metropolização e Vulnerabilidade Socioespacial: dinâmicas territoriais e luta pela moradia na porção sul de Ananindeua-PA**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2022.

SILVA, Girlan Cândido da; GONÇALVES, Claudio Ubiratan. Análise da cartografia social na autorrepresentação das comunidades tradicionais e o conflito do desenvolvimento. **Revista de Geografia**. Recife: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE, ed. 36, ano 2019, n. 2, p. 194-204.

SIROTHEAU, José Luiz Terceros. **Impactos socioterritoriais e identidade quilombola em espaço metropolitano: o caso da comunidade de Abacatal (Pará)**. 2012. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2012. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

SOMBRA, D.; CANTO, O.; CASTRO, C. J. N.; QUARESMA, M. J. N. Cartografia temática e cartografia participativa: contribuições para uma abordagem materialista do tripé ensino-pesquisa-extensão. In: LEMOS, F. C. *et. al.* (Org). **Formação em Psicologia Social e sociologias insurgentes: tramas históricas em educação libertária**. Curitiba: CRV, 2021, p. 289-315.

SOMBRA, Daniel; RODRIGUES, Gilberto Pereira; PINHO, Danilo do Rosário. CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA COMO DIÁLOGO ENTRE SABERES: ontologia, epistemologia, metodologia e aplicações na construção social do conhecimento. **Revista Ensaios de Geografia**. Niterói, v. 8, n. 16, 46-74 p., jan-abr, 2022.

SOUZA, Marcelo L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, M. E. B. O desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo das cidades médias no mundo contemporâneo. **Cidades**, São Paulo: Universidade Estadual Paulista, ed. 3, ano 2006, n. 5, p. 143-157, 12 jan. 2022. Disponível em: <https://periodicdos.uuffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12786>. Acesso em: 18 fev. 2023.

_____. Fragmentação socioespacial e consumo na periferia de São Paulo. **Tlalli**. Revista de Investigación en Geografía, n. 8, p. 56-85, 2022b.

_____. Segregação socioespacial e centralidade urbana. *In*: VASCONCELOS; CORRÊA e PINTAUDI (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação especial**. 1ª Ed, 2ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2018.

_____. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intraurbana. **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP, v. 1, p. 235-254, 2001.

_____. O centro e as formas de centralidade urbana. *Revista de Geografia*. São Paulo: Unesp, v. 10, 1991, p. 1-18.

SPOSITO, E. S.; LOZANO, L. P. G. CENTRO E CENTRALIDADE URBANA. O comércio varejista como catalisador das mudanças na cidade contemporânea 90. **Entre escalas, processos e formas**, p. 197.

TEIXEIRA, V. M. L.; PEREIRA, C. S. S.; SILVA, C. F. da. DIVISÃO SOCIAL DO ESPAÇO E FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL. **Mercator (Fortaleza)**, v. 21, 2022.

TRINDADE JR, S. C. **A cidade dispersa: os novos espaços de assentamento em Belém e a reestruturação metropolitana**. São Paulo. 1998. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

VIANA, Janise M. M. R. **Atividade pesqueira e organização social: o caso das Comunidades Igarapé Grande, João Pilatos e Cajueiro**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Belém, 2017.

VITTE, Claudette de Castro Silva. Cidadania, qualidade de vida e produção do espaço urbano: desafios para a gestão urbana e para o enfrentamento da questão social. *In*: BAENINGER, Rosana (org.). **População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010. p. 79-95

APÊNDICE A

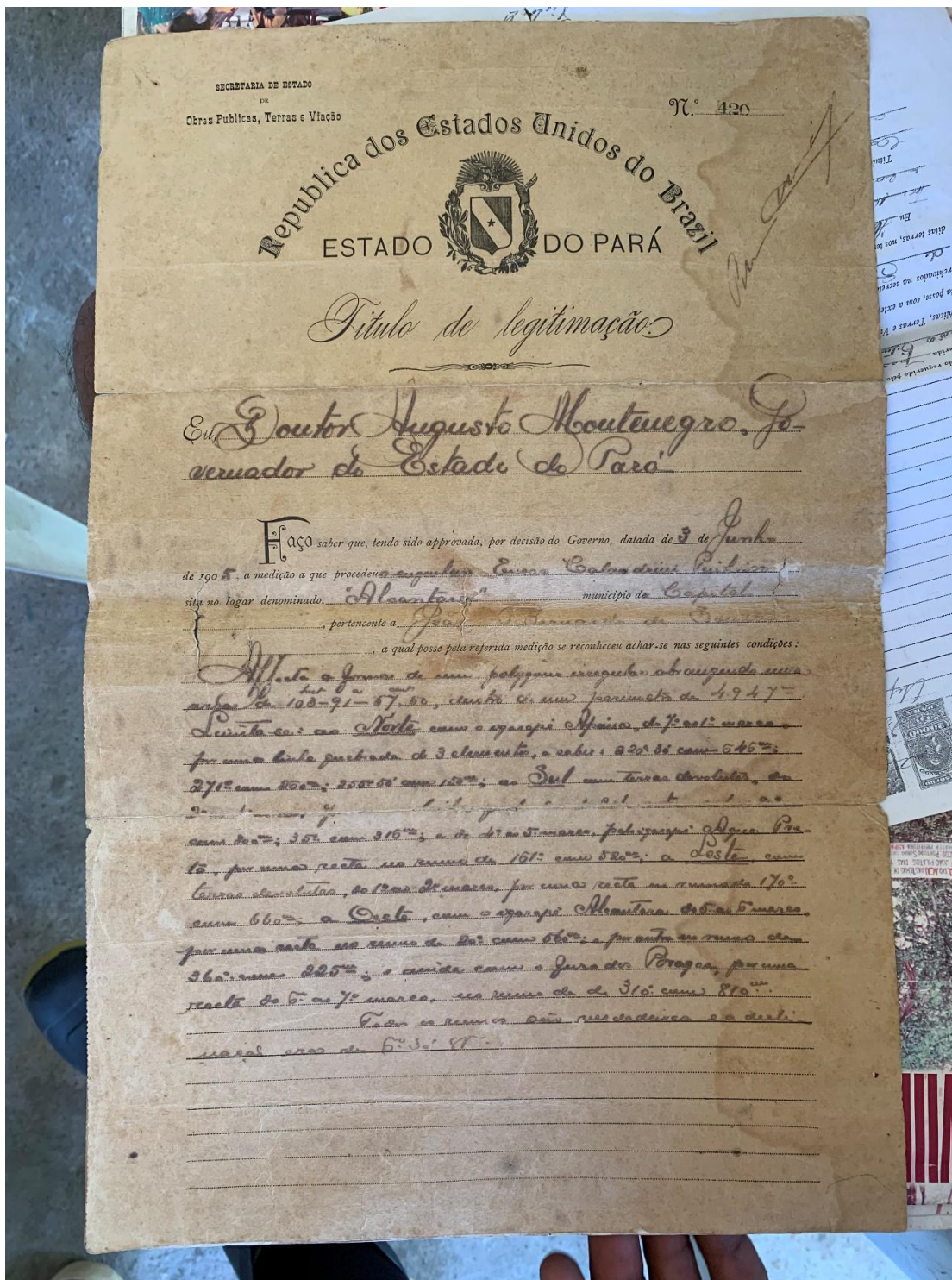
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo

Entrevista semi-estruturada com os moradores da Comunidade de João Pilatos, Ananindeua, Pará.

- 1) Para vocês, o que significa morar na comunidade de João Pilatos?
- 2) Há quanto tempo mora na ilha?
- 3) Como se deu a formação do território da comunidade?
- 4) Quantas famílias habitam na comunidade?
- 5) Quais as condições da habitação na ilha?
- 6) Quais as políticas públicas a população da comunidade têm acesso?
- 7) De que maneira se dá o acesso aos espaços das feiras, comércios e serviços no centro da cidade de Ananindeua?
- 8) O que mudou em relação a mobilidade e deslocamento da comunidade nos últimos anos?
- 9) Como é vista as novas iniciativas de turismo na comunidade?
- 10) Quais os principais problemas a comunidade têm enfrentado?
- 11) Por que “morar” na comunidade de João Pilatos?

ANEXO I

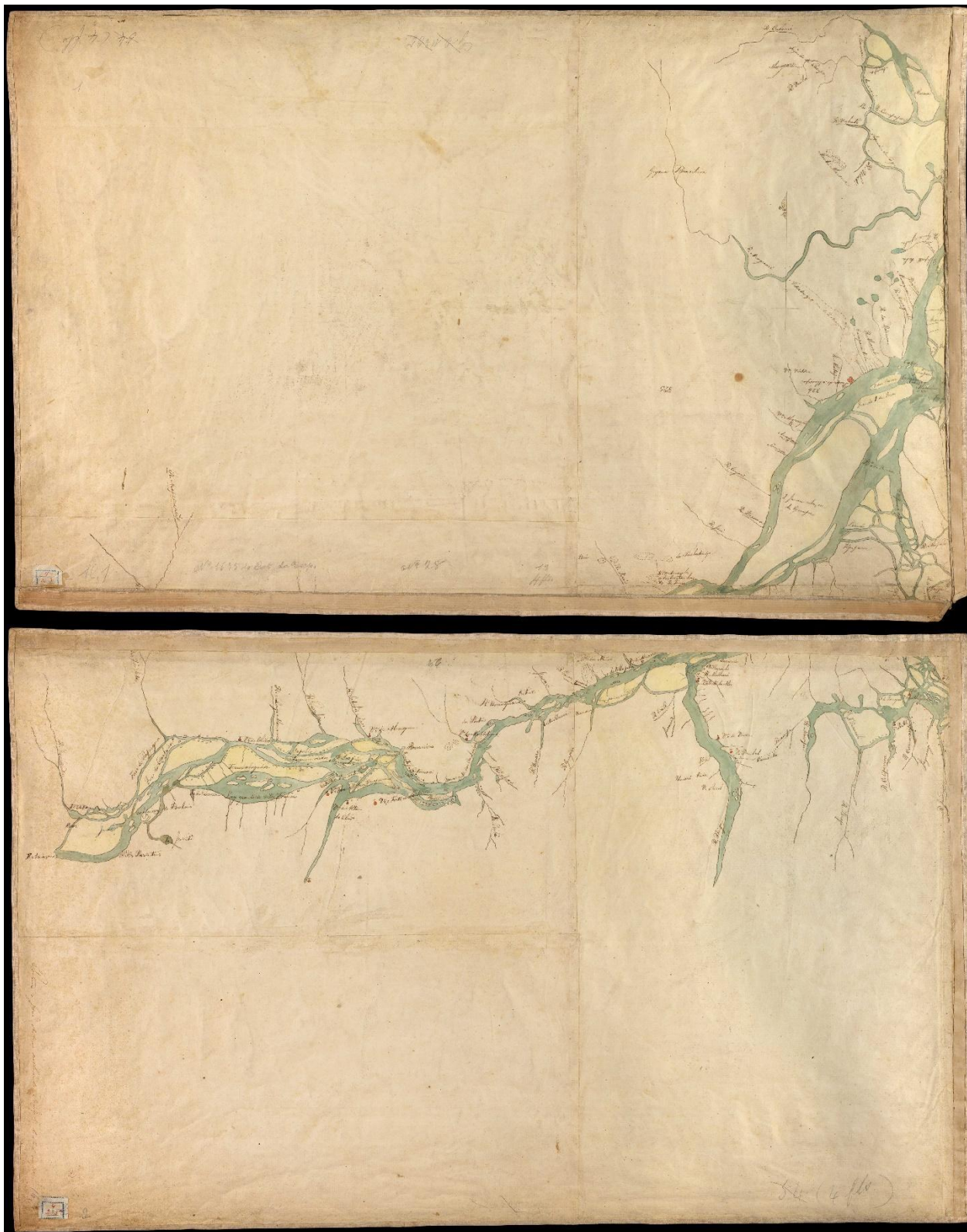
ANEXO I – Título de Legitimação do território de João Pilatos



Fonte: Registro da autora em oficina de cartografia, realizada na Comunidade de João Pilatos em 26 de jul. de 2023.

ANEXO II

ANEXO II – Documento cartográfico correspondente à hidrografia da costa Pará e Maranhão.



(continua)



Fonte: MAPPA hydrografico da costa do Pará e Maranhão...: desde o rio Caluene até o rio Turiasu compreendendo todo o Amazonas e o Tocantins [177-?]. 1 mapa ms. Em 4 seções, col., desenho a ananquin, 34,5x51,5. Escala gráfica de 20 léguas. Autor desconhecido.

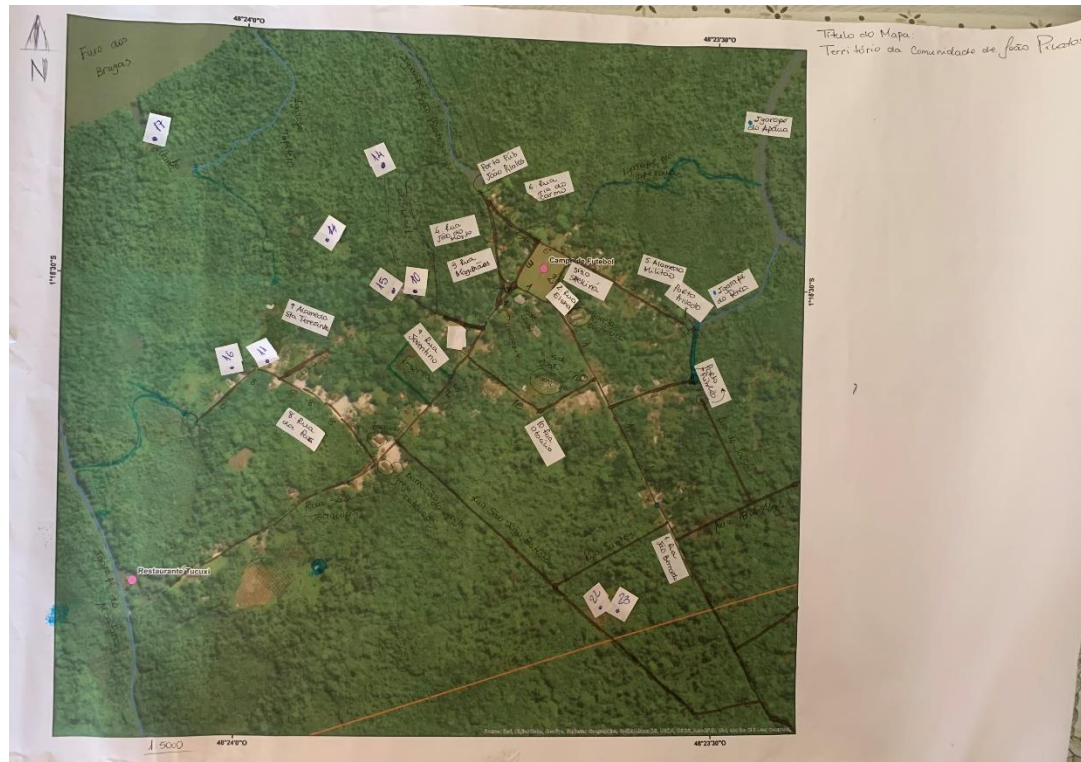
ANEXO III

ANEXO III – Materiais utilizados nas oficinas de Cartografia Participativa.

Fonte: Acervo da autora. Oficinas de cartografia em jul. e ago. de 2023.

ANEXO IV

ANEXO IV – Mapa base e imagens do *Google Earth Pro* para oficinas de Cartografia Participativa.



(continua)



(continua)



Fonte: Software ArcGis e Google Earth Pro. Oficinas de cartografia realizadas em jul. e ago. de 2023.